



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**



**SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA**

**Relatório de Gestão - 2009**

Março de 2010

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1.1 – IDENTIFICAÇÃO .....	5
1.2 – ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS .....	6
1.3 – IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA ATUAÇÃO DA SPE EM 2009 .....	11
1.3.1 - Ações adotadas antes da crise e seus impactos em 2009.....	11
1.3.2 - Ações temporárias de combate à crise e impactos em 2009.....	12
1.3.3 - Ações estruturais de combate à crise e impactos em 2009.....	14
1.3.4 – Com referência à Inflação e ao Crédito.....	15
1.3.5 – Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários.....	16
1.3.6 – Balanço de Pagamentos.....	17
1.3.7 – Demais Aspectos Fiscais.....	17
1.4 - MONITORAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA – ATIVIDADES ATINENTES AO DECRETO DE ESTRUTURA REGIMENTAL, Nº. 7050 DE 23/12/2009 .....	18
1.4.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial.....	18
1.4.2 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros .....	33
1.4.3 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar.....	39
1.4.4 - Coordenação-Geral de Políticas Públicas .....	44
1.4.5 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica.....	58
1.4.6 - Coordenação-Geral de Política Fiscal.....	61
1.4.7 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica.....	65
1.4.8 - Coordenação-Geral de Políticas Sociais.....	68
1.4.9 - Coordenação-Geral de Política Agrícola e Coordenação-Geral de Crédito Agrícola .....	74
<b>2 – ESTRATÉGIAS DE GESTÃO.....</b>	<b>127</b>
2.1 – MELHORIA CONTÍNUA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	128
2.1.1 – Planejamento Estratégico .....	128
2.1.2 – Mapeamento dos Processos de Trabalho.....	130
2.1.3 - Modelo de Atuação da SPE junto aos órgãos de Governo .....	130
2.1.4 - Assessoria do Gabinete da SPE.....	130
2.1.5 - Comissão de Ética da SPE.....	130
2.1.6 – Projetos Executados no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a FGV.....	131
2.1.7 – Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA.....	132
2.2 – GESTÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA.....	132
2.3 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	134
2.3.1 – Infra estrutura tecnológica.....	135
2.3.2 - Dificuldades Encontradas na área de TI.....	137
2.3.3 - Desafios para 2010.....	139
2.4 - GESTÃO DOCUMENTAL E PROTOCOLO DA SPE.....	139
2.5 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	141
2.5.1 – Quadro de Pessoal.....	141
2.5.2 – Capacitação dos servidores .....	144
2.6 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	148
2.7 – SUPRIMENTO DE FUNDOS/SERVIÇOS .....	149
2.8 – CONTROLE DA GESTÃO .....	149
2.8.1 - Controle interno da gestão .....	149
2.8.2 - Controle externo da gestão.....	152
2.8.3 – Diligências.....	152
<b>3 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....</b>	<b>153</b>
3.1. PROGRAMAS .....	153
3.1.1 – 1266 - Gestão da Política Econômica e 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas .....	153

3.1.2 – 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	154
3.1.3 – Resultados.....	155
<b>4 – DESEMPENHO OPERACIONAL E INDICADORES DA GESTÃO.....</b>	<b>156</b>
4.1. INDICADORES DE EFICIÊNCIA.....	156
4.2 - INDICADORES DE EFICÁCIA.....	156
4.2.1 - Orçamento e finanças.....	156
4.2.2 - Arrecadação de receitas próprias.....	156
4.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas.....	156
4.3 – INDICADORES DE ECONOMICIDADE.....	157
4.3.1 - Custos dos Serviços de Informática.....	157
4.3.2 – Custos com pessoal terceirizado.....	157
4.4 – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS.....	157
4.4.1 - Gastos Discriminados.....	157
4.4.2 – Eficiência do gasto da SPE.....	158
<b>5 – INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-100/2009.....</b>	<b>159</b>
<b>6 – INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-100/2009.....</b>	<b>159</b>
<b>7 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS, EM ESPECIAL QUANTO À CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE E OS OBJETIVOS A QUE SE DESTINAREM, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-100/2009.....</b>	<b>159</b>
<b>8 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, OCORRIDOS NO ANO E ACUMULADOS ATÉ O PERÍODO EM EXAME, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-100/2009.....</b>	<b>159</b>
<b>9 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL, CONFORME CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-100/2009.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO I – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO.....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
<b>ANEXO II – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO III– RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO V – DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXO VII – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO VIII – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.....</b>	<b>168</b>

## **1 - INTRODUÇÃO**

O ano de 2009 iniciou-se com uma grave crise financeira internacional, cujas raízes remontam períodos muito anteriores a esta década. A crise financeira internacional eclodiu com a quebra do banco de investimento norte-americano, *Lehman Brothers*, causando efeitos imediatos sobre todos os contratos de derivativos do mercado americano, o que resultou num “efeito dominó” sobre todo o sistema financeiro internacional. Este movimento iniciou-se nos Estados Unidos, mas teve repercussões no mundo todo e, como não poderia deixar de ser, também atingiu o mercado brasileiro, ainda que com menor intensidade. Os efeitos imediatos de contração do crédito internacional e a quase completa paralisação dos fluxos de capitais foram rapidamente contidos e ou minimizados pela atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio no segundo semestre de 2008. No entanto, a crise mostrou-se ser de largo espectro, provocando impactos profundos mundo afora, nas mais diversas e diversificadas economias do globo.

Interna e externamente, a economia brasileira inicia 2009 com dois grandes desafios de política econômica a vencer: a paralisação do mercado de crédito doméstico e a queda nos preços das commodities no mercado internacional, o que acarretou uma forte contração no volume de comércio internacional alterando substancialmente o movimento crescente de saldos positivos da balança comercial. No último trimestre de 2008 somou-se ainda a um forte movimento de saída de capital do Brasil, as quedas das exportações, o que acabou por desvalorizar sobremaneira a moeda nacional frente ao dólar, gerando uma crise de confiança dos investidores internacionais sem precedentes.

Imediatamente, a trajetória de crescimento da variável consumo desacelerou e na seqüência o investimento foi reduzido drasticamente diante do cenário de incerteza internacional. Parada total nos mercados do mundo todo. Analisando este passado recente, a equipe técnica da SPE avalia hoje que, face o impacto inevitável da crise na economia brasileira, a recessão brasileira restringiu-se basicamente a uma recessão “técnica”, resultado dos dois trimestres consecutivos de queda no PIB. A resposta do governo federal à crise internacional foi dada numa seqüência de medidas econômicas sem precedentes na história recente do Brasil. Contrariamente ao observado durante as crises internacionais dos anos 1980 e 1990, as autoridades brasileiras tiveram condições de adotar medidas monetárias e fiscais anticíclicas face, principalmente, ao contexto de redução paulatina da dívida externa frente ao PIB e da redução do sobrepeso do mercado externo na balança comercial.

Tais medidas impediram que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e, simultaneamente, proporcionaram condições para uma rápida recuperação no nível da atividade econômica. Neste ínterim, a SPE procurou executar as atividades que estavam contidas no planejamento estratégico, elaborado em agosto de 2008, para ser executado em 2009, além, é claro, de responder tempestivamente às demandas do Senhor Ministro e da Presidência da República na elaboração de análises e na formulação alternativas de política econômica que funcionasse como uma barreira à contaminação de uma crise que rondava nossa porta.

Este relatório de gestão foi elaborado com o intuito de retratar, com o maior detalhamento possível, todas as ações de gestão, tanto das atividades finalísticas relacionadas à formulação e à condução da política econômica, quando das atividades de gestão administrativa de suporte, executadas durante o ano de 2009.

## 1.1 – Identificação

**Tabela 1**  
**Dados identificadores da SPE**

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Secretaria de Política Econômica – SPE
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
<b>Órgão de vinculação</b>	Ministério da Fazenda
<b>CNPJ</b>	00.394.460/0343-99
<b>Principal atividade</b>	Regulação das atividades econômicas
<b>Tipo de atividade</b>	Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, coordenação, acompanhamento e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.
<b>Código CNAE</b>	8413-2
<b>Código SIORG</b>	001987
<b>Código no SIAFI</b>	170250/00001
<b>Código LOA</b>	Não se aplica à SPE
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Ativa
<b>Telefones/Fax de contato</b>	55 61 3412-2322 - Fax: +55 61 3412-1793
<b>Página da Internet</b>	<a href="http://www.fazenda.gov.br/spe">http://www.fazenda.gov.br/spe</a>
<b>Endereço Postal</b>	Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 Brasília/DF CEP: 70048-902
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>	Decreto nº. 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U de 24, de dezembro de 2009.
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	Regimento Interno, Portaria MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no DOU de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela Portaria MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996.

## 1.2 – Atribuições Institucionais

À SPE são conferidas atribuições institucionais, conforme disposto no Decreto de Estrutura Regimental, nº 7050, de 23 de dezembro de 2009, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências:

*Art. 26 À Secretaria de Política Econômica compete:*

*I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;*

*II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazo para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;*

*III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica, o crescimento da economia, o desenvolvimento de longo prazo, o emprego, a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda;*

*IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;*

*V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;*

*VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;*

*VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;*

*VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;*

*IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;*

*X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;*

*XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;*

*XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;*

*XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;*

*XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;*

*XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPC);*

*XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional;*

*XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;*

*XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;*

*XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;*

*XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;*

*XXI - acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e formular diretrizes voltadas à alocação equitativa do gasto público, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;*

*XXII - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e*

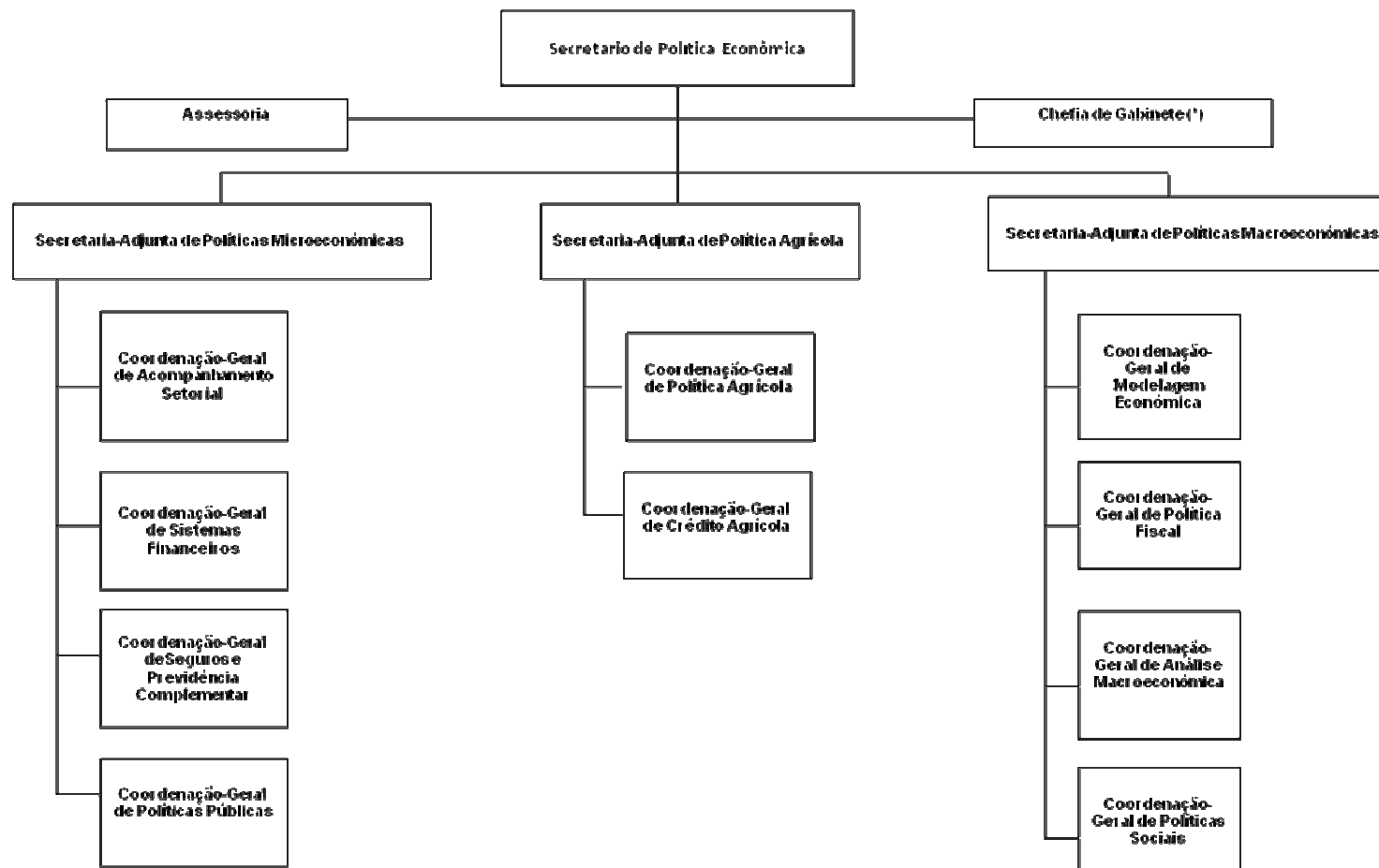
*XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.*

A Secretaria de Política Econômica está organizada em três grandes macroprocessos, sendo estes de políticas macroeconômicas, políticas microeconômias e agrícola. Dentro das secretarias adjuntas há ainda a subdivisão por processos e subprocessos, executados pelas coordenações-gerais e coordenações e ou divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada. Com a deflagração da crise, as medidas de curto prazo, ou seja, as medidas anticíclicas ganharam importância no cenário doméstico em função da orientação estratégica do governo federal em direção à priorização das políticas de manutenção e criação de postos de trabalho, da melhoria na distribuição renda dos brasileiros e da inclusão social.

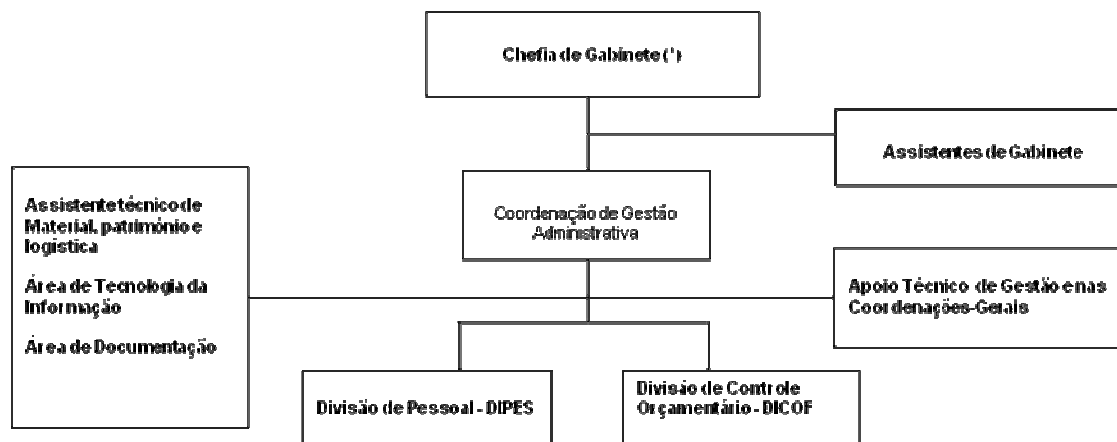
Segue abaixo o organograma da SPE, aprovado pelo Decreto de Estrutura Regimental nº 7.050, publicado no DOU em 23/12/2009, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2010. Ressaltamos que por necessidade institucional, a Secretaria de Política Econômica esteve trabalhando na prática com esta estrutura organizacional desde o final de 2008, decorrente da eclosão da crise financeira internacional e da necessidade de implementação das estratégias de gestão determinadas pelo atual secretário. Tal fato teve seu registro no Relatório de Gestão de 2008, enviado ao TCU e à CGU.



**ORGANOGRAMA DA SPE (Decreto 7.050, de 23/12/2009)**



## ÁREA DE GESTÃO



### **1.3 – Impactos Sócio-Econômicos da Atuação da SPE em 2009**

Para fins expositivos, a seguir o relatório abordará as ações do governo federal, que tiveram participação efetiva da SPE na formulação e na condução da política econômica, em três grupos.

Em primeiro lugar, cumpre mencionar as ações e programas adotados anteriormente à crise, que ajudaram a economia durante o desdobramento da crise. Em segundo, mostraremos as ações emergenciais adotadas durante a crise que, devido a seu caráter temporário, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. Por fim, temos as novas ações estruturais do governo federal, que ajudaram a combater a crise, mas que continuam a ter efeitos mesmo depois da fase aguda da crise ter passado.

#### **1.3.1 - Ações adotadas antes da crise e seus impactos em 2009**

Com relação às ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica durante a crise: (i) o aumento na rede de proteção social; (ii) o aumento no salário mínimo; (iii) a expansão do investimento público; (iv) as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e (v) a reestruturação dos salários e efetivo do serviço público federal. Vejamos cada item separadamente.

Desde 2003, como parte de sua estratégia de inclusão social, o governo federal tem direcionado mais recursos para as transferências de renda, especialmente para as famílias mais pobres. O valor total destas transferências passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, criando um estabilizador automático para evitar flutuações excessivas na renda disponível das famílias brasileiras. Com o advento da crise, e mesmo em um contexto de queda na arrecadação, outros 0,7% do PIB foram adicionados às transferências de renda programadas para 2009, que alcançaram a 9,3% do PIB. Desta forma, o governo federal manteve seus compromissos sociais em 2009, e com isso ajudou na sustentação da demanda doméstica, sobretudo a partir do consumo das famílias.

Em segundo lugar a política de aumentos reais no salário mínimo, que se acelerou em 2006, além de aumentar as transferências de renda via previdência social e seguro desemprego estabeleceu um piso progressivamente mais elevado para os salários de mercado. Em 2008, mesmo diante da crise internacional, o governo federal optou por manter os percentuais de aumento nominal do salário mínimo programados para 2009 (12%). Tal medida foi especialmente importante para os salários dos trabalhadores do setor informal de serviços, durante o período mais grave da crise.

Em terceiro lugar, o governo federal também manteve inalterado seu programa de investimento. Diante da queda no investimento privado, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - tornou-se um importante instrumento anticíclico ao longo de 2009. Em

números, os investimentos da União e da Petrobrás continuaram a crescer mesmo durante a crise e atingiram aproximadamente 1,2% e 1,7% do PIB ao final de 2009, respectivamente.

Em quarto lugar, a partir de 2007 o governo federal intensificou sua política de desonerações tributárias para estimular o crescimento e o investimento. Devido às iniciativas adotadas pelo PAC e pela PDP, as desonerações programadas para 2009 atingiram 0,3 pp do PIB.

Por último, mesmo em um contexto de crise, o governo Lula também decidiu manter inalterado o cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público ao longo de 2009. Devido à desaceleração no crescimento do PIB e à concentração dos aumentos salariais em 2009, o resultado macroeconômico desta decisão foi um aumento na folha de pagamento da União como proporção do PIB, de 4,5% do PIB, em 2008, a 4,84 % do PIB, em 2009.

### **1.3.2 - Ações temporárias de combate à crise e impactos em 2009**

Dentre as medidas temporárias de combate à crise, a mais premente delas relacionou-se ao enfrentamento da contração na oferta de crédito no Brasil. Em setembro de 2008 aproximadamente 20% da oferta de crédito doméstico tinham como fonte a captação de recursos no mercado externo. Esta fonte esgotou-se durante os primeiros meses da crise. Em paralelo, a corrida mundial para a liquidez resultou em uma enorme saída de recursos financeiros ao exterior – somente no último quadrimestre de 2008 saíram US\$ 27 bilhões. Conjuntamente, tais movimentos pressionaram a taxa de câmbio para cima.

A resposta imediata do governo federal à contração de crédito foi proporcionar expressiva expansão da liquidez, seja em moeda estrangeira ou nacional. Desta forma, o Banco Central utilizou parte de suas reservas internacionais para vender dólares no mercado à vista (US\$ 14,5 bilhões) e oferecer linhas de financiamento de curto prazo para as exportações (US\$ 24,4 bilhões). Tais intervenções foram complementadas por operações de “swaps cambiais” (US\$ 33 bilhões). A combinação destas medidas diminuiu a enorme pressão pela desvalorização cambial, obtendo êxito em manter um nível mínimo de liquidez no mercado cambial durante o pior momento da crise. Tais operações foram possíveis, ademais, porque antes da crise, o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 210 bilhões em reservas internacionais. Com o arrefecimento da crise e a melhoria progressiva nos mercados cambiais, as operações emergenciais do Banco Central puderam ser revertidas rapidamente no segundo semestre de 2009.

No cenário doméstico ocorreu a rápida redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário pelo Banco Central, medida esta que injetou 3,3% do PIB no mercado bancário ao final de 2008. O principal resultado da redução no compulsório bancário foi evitar o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro. Inicialmente a maioria das reservas recém liberadas acabou nos grandes bancos, especialmente nos grandes bancos públicos, que por terem garantia implícita do governo, tendem a atrair mais depósitos em momentos de grande aversão ao risco. Procurando amenizar esta “fuga para a qualidade”, o BC complementou a redução no compulsório com medidas de incentivo para os grandes bancos adquirirem carteiras

de bancos menores. Estas duas ações funcionaram razoavelmente bem e possibilitaram ao Brasil atravessar o pior momento da crise sem nenhuma quebra de instituição bancária nacional.

A redução no compulsório evitou o aprofundamento da crise, mas não foi suficiente para estimular a recuperação no crédito. A solução ocorreu por meio dos bancos públicos. Logo no começo de 2009 a União concedeu linha de crédito equivalente a 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os desembolsos do BNDES atingiram nível recorde em 2009 (R\$ 136,4 bilhões, contra R\$ 91 bilhões em 2008) evidenciando o importante papel anticíclico da instituição. Complementarmente, a União também ofereceu incentivos financeiros, na forma de equalização de taxa de juro, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Assim, estes bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro, dirigidas aos setores com maior dificuldade de liquidez, tais como a agropecuária, a construção civil, a produção de insumos básicos, bem como produção e venda de bens de consumo duráveis.

A adoção de uma estratégia mais agressiva durante o transcorrer da crise, com aumento na concessão de crédito e redução de spreads de taxas de juros, foi também uma recomendação do governo federal aos bancos comerciais públicos. Desta forma, ao considerarmos a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras apenas 1,5%.

A política monetária anticíclica também incluiu um corte substancial na taxa SELIC, que havia sido fixada em 13,75% desde setembro de 2008. Nos meses subsequentes a SELIC permaneceu constante, pois uma redução poderia alimentar a especulação contra o real, e a elevação da taxa de câmbio poderia causar efeitos inflacionários na economia. No início de 2009 o Banco Central iniciou um processo de redução da SELIC de forma consistente. O corte total foi de 400 pb, deixando-a em 8,75% em meados de 2009. A taxa real de juro<sup>1</sup> caiu para cerca de 5,0% ao ano no terceiro trimestre de 2009 e, dada defasagem temporal entre a redução na SELIC e seu impacto sobre o nível de atividade, a ação do BC deverá ter maior impacto sobre o crescimento da economia brasileira somente a partir de 2010.

As ações de política econômica, relativas à política fiscal, acabaram por compensar a relativa demora dos impactos positivos que se pretendia produzir com a política monetária. Neste sentido, vale à pena ressaltar que além das ações estruturais mencionadas anteriormente, o governo federal implementou uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e consumo. Elas partiram da redução do IPI para o setor automotivo ao final de 2008 e, ao longo de 2009 atingiram diversos setores fundamentais para a manutenção da demanda doméstica: bens de consumo duráveis, material de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo inicial do conjunto de desonerações temporárias atingiu 0,4% do PIB em 2009. Como esperado, o aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações acelerou a retomada do crescimento econômico e aumentou a arrecadação dos demais impostos e contribuições federais, contrabalançando o ônus fiscal inicial.

---

<sup>1</sup> Utilizaremos neste texto a taxa real de juros de acordo com o conceito *ex-ante*.

Importante ressaltar que o governo federal também tomou medidas no nível municipal e estadual, por meio de transferências orçamentárias extraordinárias para os governos subnacionais ao longo de 2009. Estima-se que o total de assistência tenha atingido R\$ 2 bilhões em 2009.

As ações temporárias do governo federal também incluíram o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego, assim como redução na taxa de juro para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009. Como resultado, houve uma elevação modesta na renda disponível dos trabalhadores e o investimento privado em máquinas e equipamentos voltou a crescer fortemente no final de 2009.

### **1.3.3 - Ações estruturais de combate à crise e impactos em 2009**

No tocante às novas ações estruturais adotadas durante a crise, observamos que o governo federal antecipou algumas iniciativas que já estavam na agenda de política econômica para combater os efeitos da crise financeira iniciada em 2008. Em linhas gerais as três principais iniciativas foram:

(i) Ainda em 2008, a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, que representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009;

(ii) Lançamento de um novo programa habitacional direcionado à construção de um milhão de novas residências aos mais pobres e à classe média baixa (o programa “Minha Casa, Minha Vida”), equivalente a 1,2% do PIB, a ser concedido, pela via de diferentes mecanismos, ao longo de até três anos; O novo programa habitacional, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país. De fato, após o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, o setor de construção residencial voltou a crescer e deve se tornar um dos líderes da expansão econômica em 2010; e

(iii) Mudança no patamar de taxa real de juro da economia. A redução no nível de atividade econômica também contribuiu para a desaceleração da inflação ao longo de 2009, permitindo ao BC reduzir a SELIC a níveis nunca antes vistos no Brasil desde a criação do Real. Em números, antes da crise a taxa real de juro do Brasil estava flutuando entre 7% e 9% ao ano, e imediatamente após a crise a taxa real caiu para 5%, tendo se mantido neste patamar desde então.

Devido às ações do governo brasileiro e à evolução da conjuntura internacional, o Brasil conseguiu atravessar a fase mais crítica da crise sem desestabilizar a estratégia da política econômica de longo prazo. Contrariamente às expectativas pessimistas prevalecentes no final de 2008, a taxa de desemprego no Brasil não subiu muito, os salários e os empregos voltaram a crescer, houve expressiva criação de postos de trabalho e a confiança dos consumidores e dos

empresários se recuperou rapidamente ao longo de 2009. A capacidade do Brasil em absorver os impactos da crise internacional e se recuperar rapidamente ao longo de 2009 melhorou a percepção dos mercados em relação ao país.

O retorno do capital estrangeiro, juntamente com a recuperação mundial nos preços das “commodities”, resultou na apreciação do real no final de 2009, o que, por sua vez, vem contribuindo desde então para a redução paulatina na taxa de inflação. Assim, apesar da intensidade da crise internacional, o Brasil registrou uma contração mínima, de 0,2% do PIB, se considerarmos os efeitos da crise nas economias desenvolvidas ou mesmo naquelas cujo porte e características em muito se assemelham à brasileira. A equipe da SPE está estimando um crescimento em 2010 da ordem de 5,5% do PIB.

Finalizando, além das políticas macro e microeconômicas descritas no item anterior, a SPE contribuiu, por intermédio da Secretaria Adjunta de Política Agrícola com a formulação de uma série de políticas dirigidas especificamente para a área agrícola, dentre as quais as mais relevantes são:

- Implementação do Plano Safra 2009/2010, com valor de financiamentos expandido para R\$ 107 bilhões, repartidos entre Agricultura Familiar (R\$ 15 bilhões) e Agricultura Empresarial (R\$ 92 bilhões); e
- Prorrogação de financiamentos, prazos de vencimento e recursos destinados a diversos programas agrícolas (Programa de Financiamento da Agricultura Familiar – Pronaf; Funcafé; Garantia de Preço da Agricultura Familiar – PGAF; FAT – Giro Rural, Procapcred, Prodecoopetc; Pronaf Eco);

As medidas de política econômica para as quais a SPE contribuiu, seja na elaboração ou na execução, terminaram por influenciar em graus diversos o desempenho da economia durante o ano. Indicaremos a seguir alguns destes efeitos.

### **1.3.4 – Com referência à Inflação e ao Crédito**

A inflação de 2009, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,31%, abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%, sendo a menor taxa anual desde 2006, quando atingiu 3,14%. Em 2009, a desaceleração do índice em 1,59 p.p. deveu-se em grande parte a contribuição do grupo Alimentação que subiu apenas 3,18% ante 11,11% em 2008. A inflação dos preços livres acumulada no ano alcançou 4,2% e ficou abaixo da inflação dos administrados 4,7%. Dentre as políticas elaboradas no âmbito da SPE que contribuíram para este resultado, podemos notar: i) elaboração do Plano Safra 2008/09 e 2009/10 que permitiram aumentar a oferta de alimentos; e ii) políticas gerais de apoio ao setor agrícola.

O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 1.410,3 bilhões em dezembro de 2009 (45,0% do PIB, ante 39,7% em dezembro de 2008). A carteira de crédito direcionado alcançou R\$ 457,2 bilhões, o que representa um aumento de 28,38% ante dezembro de 2008. Destaques para o crédito habitacional e as operações do BNDES que apresentaram apresentando crescimento interanual, respectivamente, de 41,46% e de 33,39%. A carteira de

crédito livre, por sua vez, alcançou R\$ 953,15 bilhões (aumento de 9,41% ante dezembro de 2008), com a média diária de novas concessões à pessoa física (PF) e à pessoa jurídica (PJ) apresentando variação interanual de +19,70% e de -6,01%, respectivamente. Na comparação interanual, os spreads total, PF e PJ encontram-se, respectivamente, 6,4 pp, 13,4 pp, e 1,9 pp abaixo dos níveis de dezembro de 2008. Vale ressaltar que desde o início da crise internacional em setembro de 2008 até dezembro de 2009 o saldo das operações de crédito dos bancos públicos cresceram 48,0%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (11,3%) e estrangeiros (4,2%). Desta forma, a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 41,4% em dezembro de 2009, tendo os bancos privados 40,4% e os estrangeiros 18,2%. No âmbito creditício, portanto, foi importante a participação da SPE na concessão do empréstimo ao BNDES, bem como a formulação das políticas de equalização de taxa de juros, além do direcionamento de capital de giro a setores com maiores dificuldades de liquidez.

Quanto ao mercado de capitais, a crise financeira ocasionou uma natural retração, de modo que o volume de recursos captados por meio de emissões primárias alcançou R\$ 75,7 bilhões em 2009, o que representou aproximadamente metade dos recursos captados em 2008. O valor de mercado das empresas listadas na BOVESPA alcançou R\$ 2,3 trilhões em dezembro de 2009, uma evolução de 70% frente a dezembro de 2008. Em dezembro de 2009, o volume diário de negociações foi, em média, de R\$ 6,6 bilhões, nível 70% acima do verificado em dezembro de 2008. No ano de 2009, o volume diário médio foi de R\$ 5,2 bilhões, marginalmente inferior ao registrado em 2008 – R\$ 5,5 bilhões.

### **1.3.5 – Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários**

A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dez/09, permanecendo inalterada em relação a dezembro de 2008 mesmo num contexto de forte crise. A taxa do mês de dezembro de 2008 foi a menor apurada no ano e a menor de toda a série histórica, comprovando a recuperação da economia. A População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 23,4 milhões de pessoas, cresceu 1,4% na comparação anual. A População Ocupada, por sua vez, somou 21,8 milhões de pessoas com alta interanual de 1,4%. A População Desocupada ficou estável no comparativo com dezembro de 2008. A taxa de formalização, definida como população ocupada com carteira assinada pela população ocupada, teve crescimento médio anual de 0,8%. O rendimento médio real habitual dos ocupados em dezembro de 2009 foi estimado em R\$ 1.344,40; houve variação de -0,9%, na comparação interanual. A massa salarial real efetiva da população ocupada foi estimada em R\$ 31,5 bilhões na pesquisa de dezembro (mês de referência novembro), o que representa alta de 2,5% na comparação interanual. No ano houve a criação líquida de 995 mil postos de trabalho na economia.

A SPE teve destacada participação na elaboração de políticas emanadas do MF que procuraram sustentar a atividade econômica doméstica (PAC, PDP, MCMV, reestruturação de carreiras, desonerações, melhoria da rede de proteção social, equalização da taxa de juros e incentivos para investimentos, dentre outras) contribuindo de forma bastante relevante para os resultados alcançados pela economia no ano.



### 1.3.6 – Balanço de Pagamentos

Em 2009, o resultado da Conta Corrente apresentou déficit de US\$ 24,3 bilhões, o que corresponde a -1,55% do PIB, contra déficit de US\$ 28,2 bilhões (1,72% do PIB) em 2008. A Balança Comercial teve superávit de US\$ 25,3 bilhões, sendo que o declínio das exportações no ano (22,7%) foi compensado pelo declínio ainda maior das importações (26,6%). A Balança de Serviços apresentou déficit US\$ 19,3 bilhões, ao passo que o Balanço de Renda apresentou déficit de US\$ 33,7 bilhões (com destaque para o déficit em lucros e dividendos de US\$ 25,2 bilhões).

A conta capital apresentou superávit de US\$ 1,13 bilhões, e a conta financeira superávit de US\$ 69,4 bilhões, o que representou um aumento de, respectivamente, 7,0 e 145,0 % em relação a 2008. No ano de 2009, os ingressos líquidos de IED (US\$ 25,9 bilhões) superaram o déficit de US\$ 24,3 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB aproximou-se de zero, tendo atingido -0,1%. As reservas internacionais atingiram US\$ 238,5 bilhões em dezembro de 2009, contra US\$ 206,8 bilhões ao final de dezembro de 2008. No âmbito da SPE, além da monitoração dos resultados, foram formuladas diversas políticas para ajudar exportadores durante o período mais grave da crise

### 1.3.7 – Demais Aspectos Fiscais

As receitas primárias líquidas atingiram 19,5% do PIB, contra 18,3% das despesas primárias, o que leva a um resultado primário de 1,3% do PIB. A receita bruta atingiu R\$ 739,3 bilhões em 2009 (23,58% do PIB), contra R\$ 716,7 bilhões em 2008 (23,85% do PIB), enquanto as despesas primárias, por sua vez, atingiram R\$ 572,4 bilhões (18,26% do PIB) contra R\$ 497,9 bilhões em 2008 (16,57% do PIB). Do Total das receitas, 4,07% do PIB foram transferidos aos Estados e Municípios (contra 4,42%, respectivamente, em 2008). A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu R\$ 698,3 bilhões em 2009, o que representou um aumento nominal de 1,84% em relação a 2008. As despesas primárias do governo central em relação ao PIB foram repartidas da seguinte forma: pessoal e encargos sociais, 4,84%; custeio, 3,37%; transferências de renda, 9,03%, (incluindo o Bolsa Família) e investimentos, 1,03%. Em termos de composição: pessoal e encargos sociais responderam por, 26,5% do total, custeio respondeu por 18,5%, as transferências de renda somaram 49,4% (incluindo o Bolsa Família) e, por fim, os investimentos representaram 5,6% do total. Destaca-se que o saldo previdenciário atingiu -1,4% do PIB, resultado ligeiramente inferior ao de 2008 (-1,3% do PIB). O Bolsa-Família, por sua vez, teve gastos totais de 0,40% do PIB, atingindo 12,5 milhões de famílias.

Além dos aspectos mais diretamente relacionados à atuação da SPE mencionados na parte inicial do texto (redução do superávit, exclusão da Petrobras do mesmo, determinação das metas fiscais para 2010, manutenção das transferências a Estados e Municípios) deve-se ressaltar o resultado fiscal relativamente positivo foi caudatário de toda a gama de políticas para enfrentamento da crise, na medida em que a utilização da política fiscal permitiu o pronto restabelecimento da atividade econômica e conseqüente recuperação das receitas do governo federal.

## **1.4 - Monitoramento da Política Econômica – atividades atinentes ao Decreto de Estrutura Regimental, n.º. 7050 de 23/12/2009**

### **1.4.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial**

(Coordenadora-Geral responsável: Hébrida Verardo Moreira Fam)

*A - Regulamentação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)*

Objetivo geral: atuar na formulação e acompanhamento da regulamentação da PDP

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias para a implementação dos projetos constantes na PDP visando: (i) a definição de ações integradas que buscam mudar o patamar da indústria nacional (ii) aumentar a competitividade da indústria nacional, ampliando sua inserção externa (iii) incentivar a inovação e o avanço científico-tecnológico dos setores industriais

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- (i) representação do Ministério da Fazenda no acompanhamento das discussões nos setores siderúrgico, mineração, aeronáutico, celulose e papel, carnes, automotivo, bens de capital, têxtil e confecções, madeira e móveis, construção civil, complexo de serviços, couro e calçados, agroindústria, plásticos;
- (ii) representação da Secretaria Executiva no Workshop da FIESP, de Avaliação setorial da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em outubro/2009, na cidade de São Paulo;
- (iii) Decreto n.º 6.761, de 05/02/2009, que regulamentou o artigo 9º da PDP – suspensão a zero da alíquota de IR e do PIS/Cofins-importação incidentes em despesas com prestação no exterior de serviços de logística de exportação e redução a do IR incidente na promoção comercial no exterior de serviços prestados por empresas brasileiras;
- (iv) Decreto n.º 6.887, de 25/06/2009, regulamentando parte dos artigos 3, 4 e 6 da PDP – suspensão da cobrança de IPI, PIS e Cofins incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de embarcações novas por estaleiros nacionais registradas no REB; alteração do critério de preponderantemente exportadora do REPES para 60%, podendo ser reduzido para 50% pelo Executivo e eliminação das exigências para que as empresas que estejam no regime não cumulativo acessarem ao referido programa e de software especial para controle da produção das empresas produtoras de software; alteração do critério de preponderantemente exportadora do RECAP para 60% para empresas do revitaliza e 70% para as demais;
- (v) Decreto n.º 6.909, de 22/07/2009, regulamentando parte do artigo 4 e do 10 - permitir a depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados em

- pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (P, D & I) e prorrogar até 2010 a depreciação acelerada estabelecida pela Lei 11.051/2004;
- (vi) Decreto n.º 6.945, de 21/08/2009, regulamentando o artigo 14 da PDP - desoneração da Folha para o setor de software e TI.

### *B - Acompanhamento do PAC*

Objetivo geral: acompanhar e controlar a implantação do novo modelo de planejamento e gestão do investimento público com o objetivo de modernizar a infra-estrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento.

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias à implementação de projetos que tenham por objetivo aumentar o ritmo de crescimento da economia nacional de forma sustentável.

Beneficiários: Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministro da Fazenda, Casa Civil da Presidência da República e Tribunal de Contas da União.

#### Resultados alcançados:

- (i) Participação em reuniões técnicas no âmbito das salas de situação, cujas pautas trataram de questões relacionadas aos projetos do PAC, inclusive com visitas a empreendimentos (Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco);
- (ii) Acompanhamento das medidas institucionais do PAC;
- (iii) Assessoria à Secretaria na avaliação de matérias relacionadas ao PAC;
- (iv) Elaboração de avaliação dos resultados dos projetos inseridos no PAC para atendimento ao TCU;
- (v) Subsidiar com informações pertinentes à execução do Programa os representantes do Ministério da Fazenda no âmbito do GEPAC;
- (vi) Acompanhamento e monitoramento das ações do PAC junto aos órgãos e entidades públicas que participam do Programa;
- (vii) Análise e emissão de parecer sobre matérias relacionadas ao PAC.

### *C - Acompanhamento de indicadores econômicos*

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômicos relativos à produção, comércio, emprego, produtividade, investimentos e comércio exterior, com foco nos setores agroindustriais

Objetivos específicos: análises conjunturais dos indicadores de produção industrial, comércio, balança comercial e preço de *commodities*

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica

Resultados alcançados: ver tabela com o detalhamento dos informativos produzidos durante ao ano.

**Informativos mensais:**

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dezembro 2009</b>
Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Balança comercial (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Balança comercial por setores (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras por setores econômicos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Balança comercial (FUNCEX)	Informativo mensal dos valores, preço e volume das exportações e importações brasileiras	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de automóveis	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)	Informativo mensal dos	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério, quando solicitado.

### Informativos semanais:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
Balança comercial semanal	Informativo contendo o resultado das exportações e importações semanais para acompanhamento da evolução e saldo comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana
Indicadores da balança comercial	Informativo com os principais indicadores da balança comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana
Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores da balança comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana
Indicadores das <i>commodities</i>	Informativo com os principais indicadores do mercado de <i>commodities</i>	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana
Monitoramento da Crise	Atualização das cotações das principais <i>commodities</i> e dados da Balança Comercial	Divulgação semanal	Foi atualizado um informativo por semana

### Relatório de acompanhamento dos setores industriais:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
Relatório de acompanhamento dos setores industriais	Relatório de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre produção industrial, balança comercial, capacidade	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Foi elaborado um relatório anual, com 163 páginas, analisando as informações das pesquisas industriais e de balança comercial por setores industriais (classificação PIMES)

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
	instalada, preços e estoques		
Apresentação de acompanhamento dos setores industriais	Apresentação com o acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre produção industrial, balança comercial, capacidade instalada, preços e estoques	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Foram elaboradas duas apresentações em 2009
Estimativa setorial da balança comercial por setores econômicos para o ano de 2009	Estimativa do crescimento das exportações e importações em 2009 por setores econômicos	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Uma estimativa anual

#### D - Medidas anticíclicas de combate à crise

**Objetivo geral:** adotar medidas de incentivo à economia para minimizar os efeitos da crise financeira internacional

**Objetivos específicos:** (i) atenuar os impactos da crise internacional nos níveis de produção industrial, assegurando as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos;

**Beneficiários:** setor produtivo e sociedade brasileira

**Resultados alcançados:** Ver detalhamento a seguir:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
<b>Setor de motocicletas:</b> MP 460, de 30/03/2009 MP 465, de 29/06/2009	Reduziu a zero a alíquota de COFINS incidente sobre motocicletas de até 150 cilindradas, até junho/2009. Posteriormente foi prorrogada até setembro/2009.	Publicação de 2 MPs	Término da vigência em setembro/2009.
<b>Automóveis</b> Decretos N° 6.743, de 15/01/2009, N° 6.809, de 30/03/2009,	Reduziu as alíquotas de automóveis de passageiros e transporte de cargas até 31 de março de 2009.	Publicação de 4 decretos	Vigência da desoneração dos automóveis até março/2010 e dos

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dezembro 2009</b>
Nº 6.890, de 29/06/2009 e Nº 7.017, de 26/11/2009	Posteriormente foram prorrogadas até junho/2010.		veículos de transporte de carga até junho/2010
<b>Móveis</b> Decreto Nº 7.016, de 26 de novembro de 2009	Reduziu a zero, até 31/03/2010, as alíquotas do IPI incidentes sobre assentos, móveis e painéis de madeira	Um decreto publicado	Vigência até março/2010
<b>Eletrodomésticos da linha branca</b> Decretos Nº 6.825,17/04/2009 Nº 6.826,20/04/2009 Nº 6.890,29/06/2009 Nº 6.996,30/10/2009	Reduziu alíquotas de IPI de fogões, geladeiras e máquinas de lavar roupa até 16/07/2009. Medida prorrogada primeiramente até 31/10/2009, e posteriormente até 30/01/2010 com base na eficiência energética dos produtos.	Foram publicados 4 decretos	Vigência da redução do IPI com base na eficiência energética até janeiro/2010
<b>Insumos da construção civil</b> Decretos Nº 6.809, 30/03/2009 Nº 6.890,29/06/2009 Nº 7.032,14/12/2009	Reduziu alíquotas de IPI de vários insumos da construção civil até 30/06/2009, tendo sido prorrogadas duas vezes, até 31/12/2009 e posteriormente até 30/06/2010.	Foram publicados 3 decretos	Vigência até junho/2010
<b>Bens de capital</b> Decretos Nº 6.890, 29/06/2009 e Nº 7.032,14/12/2009	Reduziu alíquotas de IPI de vários bens de capitais até 31/12/2009, sendo posteriormente prorrogada até 30/06/2010	Foram publicados 2 decretos	Vigência até junho/2010
<b>Programa pró-caminhoneiro</b> MP 465, de 29/06/2009, convertida na Lei 12.096, de 2009	Proposta de subvenção econômica para equalização de taxa de juros em operações de financiamento de bens de capital concedidas com recursos do BNDES		

*E - Participação em Comitês*

*Participação no Conselho Nacional das Zonas de processamento de exportação (CZPEs)*

Objetivo geral: a proposta da criação de ZPEs foi instituída na Lei 11.508, de 20/07/2007, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Objetivos específicos: assessorar o Secretário-Adjunto que participa do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do CZPE

Beneficiários: as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas exportadoras

Resultados alcançados:

- (i) Decreto 6.814, de 06/04/2009, que regulamentou a Lei N° 11.508, de 20/07/2007
- (ii) Resolução N° 01 do CZPE, de 15/05/2009
- (iii) Resolução N° 02 do CZPE, de 15/05/2009
- (iv) Resolução N° 03 do CZPE, de 15/05/2009
- (v) Resolução N° 04 do CZPE, de 15/09/2009
- (vi) Resolução N° 05 do CZPE, de 15/09/2009
- (vii) Resolução N° 07 do CZPE, de 15/09/2009
- (viii) Resolução N° 08 do CZPE, de 15/12/2009, que submete ao Presidente da República a proposta de criação da Zona de Processamento de Exportação de Suape, no Município de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco.
- (ix) Resolução N° 09 do CZPE, de 15/12/2009, que submete ao Presidente da República a proposta de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Assú, no Estado do Rio Grande do Norte.

#### *Fundo Garantidor da Construção Naval*

Objetivo geral: a indústria de construção naval é considerada um setor estratégico da economia nacional, desta forma o governo brasileiro vem adotando medidas que possam fomentar esta indústria

Objetivos específicos: garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro

Beneficiários: setor da construção naval

Resultados alcançados:

- (i) MP 462, de 14/05/2009, convertida na Lei N° 12.058, de 13/10/2009
- (ii) participação na elaboração do decreto de regulamentação do FGCN (publicado em janeiro/2010), assim como do seu estatuto, regimento interno e regulamento

#### *Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal da Inovação*

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a implementação e aperfeiçoamento da Lei n° 10.973, de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), e da Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem)



Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados: estudo das medidas e elaboração de parecer encaminhado à Receita Federal do Brasil

*Comitê Gestor Interministerial de Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia*

Objetivo geral: a indústria de construção naval é considerada um setor estratégico da economia nacional, desta forma o governo brasileiro vem adotando medidas que possam fomentar esta indústria

Objetivos específicos: representar o Ministério da Fazenda no Comitê, que tem como objetivos principais:

- (i) definir as diretrizes e prioridades da política de subvenção ao prêmio do seguro-garantia, observada a dotação orçamentária;
- (ii) deliberar sobre o percentual máximo da subvenção ao prêmio do seguro-garantia;
- (iii) aprovar as condições técnicas e operacionais específicas para a implementação e operacionalização da concessão dos benefícios; dentre outros

Beneficiários: setor da construção naval

Resultados alcançados: 3 resoluções publicadas em 2009

*F - Incentivos econômicos a setores produtivos específicos – reciclagem, informática, PADIS, PROUCA e RECOMPE, REACH (Registro, Avaliação e Autorização para Substâncias Químicas), Regime Automotivo Especial (RAE)*

Objetivo geral: adotar medidas de incentivo a setores específicos

Objetivos específicos: (i) atenuar os impactos da crise internacional nos níveis de produção industrial, assegurando as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos;

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- (i) MP 476, de 23/12/2009, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos por estabelecimento industrial para utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos;
- (ii) MP 472, de 15/12/2009, arts. 15 a 17, que prorroga até 31/12/2014 os incentivos da Lei de Informática;
- (iii) MP 472, de 15/12/2009, artigo 20, que propõe ajustes no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS;

- (iv) MP 472, de 15/12/2009, arts. 18 e 19, que desonera diversos tributos incidentes sobre remessas para o exterior, para compensar as despesas decorrentes dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e sobre barreiras técnicas ao comércio (TBT), no âmbito da Organização Mundial do Comércio – pode-se incluir nestes acordos o Registro, Avaliação e Autorização para Substâncias Químicas (REACH) implementado pela União Européia.
- (v) MP 472, de 15/12/2009, arts. 6 a 14, que cria o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) e institui o Regime Especial para Aquisição de Computadores para uso Educacional (RECOMPE)
- (vi) MP 471, de 20/11/2009, que prorrogou incentivos fiscais para a indústria automotiva brasileira, notadamente para as empresas do setor instaladas ou que viessem a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

*G - Incentivos econômicos a outros setores produtivos específicos, cujas discussões ainda estão em andamento – setor vinícola e setor químico*

Objetivo geral: adotar medidas de incentivo a setores específicos

Objetivos específicos: (i) assegurar as condições de competitividade desses setores; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos;

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- (i) Setor vinícola - participação nas discussões com o setor e com a Receita Federal sobre impactos da implantação do selo fiscal e adoção do ad-rem, com elaboração de 2 notas técnicas
- (ii) Setor de Transformados plásticos - Participação nas discussões com o setor e com a Receita Federal sobre possíveis medidas de estímulo.

## Pareceres

Parecer n.º	Assunto	Responsável	Data
Parecer 4	Minuta de Decreto - regulamenta o art. 14 da Lei n.º 11.774/2008.	Inácio	8/1/2009
Parecer 26	Caminhões – Redução do IPI	Luciane	13/2/2009
Parecer 31	Vídeo Games – Redução IPI	Luciane	19/2/2009
Parecer 33	Proposta de inclusão de novo dispositivo no art. 14 da Lei n.º 11.774/2008.	Mandai	19/2/2009

<b>Parecer n.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Parecer 34	PL n.º 4.199/2008 – Altera a Lei n.º 11.508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.	Luciane	19/2/2009
Parecer 35	PLS n.º 326/2008 – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação ZPE no Município de Serra de Navio, Estado do Amapá.	Luciane	19/2/2009
Parecer 37	Resposta ao pleito do deputado Renato Molling e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha	Amazico	20/2/2009
Parecer 38	Proposição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.	José Renato	20/2/2009
Parecer 41	Prorrogação da vigência do Convênio ICMS 95/08. (para: arquivo DIDOC)	Mandai	26/2/2009
Parecer 53	Projeto de Lei do Senado nº 455/2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre a tributação das exportações de etanol.	Mandai	16/3/2009
Parecer 61	PLS 478/2008- Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação- ZPE no Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.	Luciane	25/3/2009
Parecer 67	MP n.º 451/2008 – que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Luciane	3/4/2009
Parecer 68	Recap Naval – parecer enviado à Receita Federal	Luciane	3/4/2009
Parecer 79	Proposição da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – ABRACICLO com sugestão de elaboração de retificação da MP n.º 460.	José Renato	15/4/2009
Parecer 86	Requerimento de informações de autoria do Deputado Federal Otávio Leite sobre o projeto de implantação de um teleférico no Complexo do Alemão/RJ.	José Renato	23/4/2009
Parecer 87	Requerimento de informações de autoria do Deputado Federal Otávio Leite sobre os investimentos realizados no Complexo de Manguinhos/RJ.	José Renato	23/4/2009
Parecer 88	Requerimento de informações de autoria do Deputado Federal Otávio Leite sobre os investimentos realizados no bairro da Rocinha/RJ.	José Renato	23/4/2009
Parecer 100	Aviso n.º 35/GM-MDIC, de 19 de fevereiro de 2009 – OF PRES N.º 019/2009, de 13/02/2009, da Associação de Fabricantes de Produtos Eletrônicos- Eletros.	Josélia	7/5/2009

<b>Parecer n.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Parecer 116	Aviso n.º 054/2009: Alteração do prazo de vigência da Comissão Interministerial CTI, instituída pela Portaria Interministerial n.º 934/2008.	Josélia	13/5/2009
Parecer 121	MP n.º 449/2008 (projeto de lei de Convenção n.º 2/2009), que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição e dá outras providências.	Luciane	18/5/2009
Parecer 137	Reenvio de proposta de medida provisória para ampliação das operações de crédito passíveis de receberem subvenção econômica.	José Renato	9/6/2009
Parecer 142	PLS/155/2009: Criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Itóqui no estado do Rio Grande do Sul.	Luciane	12/6/2009
Parecer 143	PLS/93/2009: Criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Lucena no estado da Paraíba.	Luciane	12/6/2009
Parecer 144	PLS/131/2009: Criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Alegrete no estado do Rio Grande do Sul.	Luciane	12/6/2009
Parecer 145	PL/4856/2009: Criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Timon no estado do Maranhão.	Luciane	12/6/2009
Parecer 146	PLS/130/2009: Criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de São Borja no estado do Rio Grande do Sul.	Luciane	12/6/2009
Parecer 157	Aperfeiçoamento da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem), artigo 24 da Lei Complementar 123/2006.	Josélia	18/6/2009
Parecer 160	PLS/224/2008, altera a Lei 9.478/1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do Petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo.	Luciane	19/6/2009
Parecer 164	Requerimento de Parecer sobre o PLC/29/2003 e PL/687/1995 (origem) sobre a Política Pesqueira Nacional: regula a atividade pesqueira.	Antônio Elias	24/6/2009

<b>Parecer n.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Parecer 172	PL/4876/2009: Estabelece contra partidas para empresas que receberem incentivos fiscais do Governo Federal.	Luciane	29/6/2009
Parecer 173	PLS/40/2009 cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para manutenção do emprego e do valor de remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise.	Luciane	29/6/2009
Parecer 175	PL/4710/2009 (origem PLS/515/2007) dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Castanhal no estado do Pará.	Luciane	30/6/2009
Parecer 178	Edição de medidas compensatórias de natureza tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte.	Luciane	6/7/2009
Parecer 188	Fortalecimento da indústria naval - Regulamentação da Lei n.º 11.774, de 17 de setembro de 2008.	Josélia	27/7/2009
Parecer 189	PL n.º 5.375/2009 - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Marabá, Estado do Pará.	Josélia	28/7/2009
Parecer 199	Mp/465/2009 - concessão de subvenção econômica ao BNDES em operações de financiamento destinadas às aquisições e produção de bens de capital e inovação tecnológica.	Luciane	18/8/2009
Parecer 207	Acúmulo do crédito de contribuições PIS/PASEP, financiamento de seguridade social - COFINS - setor ferroviário.	Hébrida	21/8/2009
Parecer 228	Amêndoas e coco de babaçu: Proposta de alteração da sistemática de apuração das contribuições para o PIS e da COFINS, definida nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.	Mandai	4/9/2009
Parecer 235	Solicitação de desoneração de diversos tributos incidentes sobre remessas para o exterior para compensar as despesas decorrentes ...	Luciane	18/9/2009
Parecer 240	Proposição da União dos Mototaxistas do Município de Canindé - UNIMOTAMC sugerindo a criação de um programa de financiamento para aquisição de motos.	José Renato	24/9/2009
Parecer 241	Projeto de Lei do Senado n.º 81/2008: Dispõe sobre a comercialização e uso de óleo vegetal como combustível para tratores.	Mandai	24/9/2009

<b>Parecer n.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Parecer 242	Ajustes no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS	Luciane	24/9/2009
Parecer 250	Correspondência sem n.º do Sindicato das Empresas de Táxi de Frota do Estado de São Paulo - SINETAXI, de 07 de julho de 2009, sugerindo a extensão dos benefícios fiscais vigentes para taxistas autônomos para a categoria de pessoa jurídica.	José Renato	1/10/2009
Parecer 252		Joselia	5/10/2009
Parecer 261	PL n.º 5.418/2009, que cria a área de Livre Comércio no Município de Santarém.	Luciane	14/10/2009
Parecer 277	Proposta de instrução normativa que regulamenta o art. 13-A da Lei n.º 11.774/2008.	Luciane	29/10/2009
Parecer 278	Governo do Estado de Pernambuco propõe estudos com vistas à possibilidade de prorrogação da vigência do Regime Automotivo Especial (RAE) por um período adicional de 10 anos. Ofício n.º 238/2009 - GG/PE e Ofício n.º 302/2009 - GP/GAB-PR.	José Renato	30/10/2009
Parecer 280	Proposta de Medida Provisória que altera a Lei n.º 8.857/1994, que trata das áreas de livre comércio dos Municípios de Brasília e Cruzeiro do Sul.	Luciane	4/11/2009
Parecer 282	Aviso n.º 078, de 30 de junho de 2009 - Relatório "Medidas de Aperfeiçoamento do Marco Legal da Inovação".	Josélia	9/11/2009
Parecer 288	Projeto de Lei n.º 5.705/2009, de autoria da Comissão Especial da Crise - Agricultura, que acrescenta o inciso VIII ao art. 14 da Lei n.º 10.893/2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e Fundo da Marinha Mercante - FMM .	Mandai	11/11/2009
Parecer 289	PLV 15/2009 (MP origem: n.º 465/2009), que autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis n.º 10.925/2004 e 11.948/2009.	Luciane	12/11/2009
Parecer 314	Alíquotas de IPI para automóveis.	José Renato	25/11/2009

<b>Parecer n.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Parecer 316	Proposta de instituição de Grupo de Trabalho para avaliar tecnologias alternativas para o desenvolvimento da indústria automotiva com redução no consumo de energia e emissões e propor medidas de incentivo ao desenvolvimento, produção e utilização desses novos automóveis.	José Renato	26/11/2009
Parecer 321	Proposta de redução de IPI de materiais de construção.	Luciane	7/12/2009
Parecer 322	Proposta de redução de IPI de aerogeradores, reatores nucleares, plataformas de petróleo e bens de capital.	Luciane	7/12/2009
Parecer 323	PLC/190/2009: dispõe sobre isenção de imposto sobre produtos industrializados - IPI automóveis - transporte autônomo de passageiros - deficiência física.	Luciane	8/12/2009
Parecer 328	PLS n.º 353/2009 que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Rondonópolis/MT.	Luciane	9/12/2009
Parecer 336	Alíquotas de IPI para veículos comerciais leves.	José Renato	15/12/2009
Parecer 341	Ações para implementação e efetivo funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação.	Luciane	18/12/2009
Parecer 344	Pleito da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO: Prorrogação da isenção de PIS/COFINS.	José Renato	21/12/2009
Parecer 345	Alíquotas de IPI para veículos comerciais leves. CONFERIR = IGUAL AO PARECER 336	José Renato	23/12/2009
Parecer 349	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - preços de transferência.	André	29/12/2009

### Notas Técnicas

<b>Nota Técnica nº</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Nota Técnica 09	Projeto de Lei de Conversão – PLV n.º 01/2009, proveniente da MP 447- B, de 2008, aprovado pelo plenário do Senado Federal, com emendas. Memorando n.º 359/AAP/GM/MF, de 10 de março de 2009.	Mandai	27/3/2009

<b>Nota Técnica nº</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Nota Técnica 16	Projeto de Lei de Conversão – PLV n.º 01/2009, proveniente da MP n.º 447, de 2008, aprovado pelo Congresso Nacional, com emendas e submetido à sanção Presidencial. Memorando n.º 703/AAP/GM/MF, de 08 de abril de 2009.	Mandai	13/4/2009
Nota Técnica 17	Proposta de desoneração de TI e TIC: Considerações sobre o posicionamento contrário manifestado pela Receita Federal do Brasil. Nota Cosit n.º 39, de 02 de março de 2009.	Mandai	24/4/2009
Nota Técnica 19	Pleito sobre adoção do Selo de Controle Fiscal para todos os vinhos nacionais e, especialmente, importados.	Mandai	7/5/2009
Nota Técnica 23	Pif Paf Alimentos: Pedido de intermediação para liberação das parcelas de recursos para investimentos e capital de giro, junto ao BNDES e Banco do Brasil S/A. Procedência: Ofício n.º 0219/2009/VPR, da Vice-Presidência da República.	Mandai	25/5/2009
Nota Técnica 31	Mercado de leite no Brasil: considerações sobre os fatores conjunturais de mercado atuantes no comportamento dos preços de leite pasteurizado no varejo.	Mandai	19/6/2009
Nota Técnica 32	Resposta à mensagem enviada via fax ao Gabinete do Ministro da Fazenda pela ACEAV - Associação Cearense de Avicultura.	Amazico	19/6/2009
Nota Técnica 36	Informações sobre manutenção dos investimentos e ações desenvolvidas pela AmBev e manifestação quanto a um novo movimento de taxaço do setor.	Mandai	3/7/2009
Nota Técnica 43	ABRASEM: Pleito sobre a revogação da base de cálculo da contribuição previdenciária incidente na comercialização de grãos destinados a sementes. Procedência: Ofício n.º 850-SUPAR/SRI, da Presidência da República, de 01 de junho de 2009.	Mandai	4/8/2009
Nota Técnica 44	Comportamento do mercado da carne bovina: influências dos fatores conjunturais internos e externos e sazonais na formação dos preços ao consumidor.	Mandai	7/8/2009



Nota Técnica nº	Assunto	Responsável	Data
Nota Técnica 54	Redução da taxa de exportações de café solúvel dos países do Sudeste Asiático para o Japão, objeto da negociação do Acordo de Parceria Econômica em andamento e os seus reflexos negativos para o complexo cafeeiro nacional.	Mandai	13/10/2009
Nota Técnica 59	Programa Um Computador por Aluno (UCA), Programa de Inclusão Digital, instituído por intermédio da Lei n.º 11.196/2005 (Lei do Bem), e Lei de Informática.	Josélia	13/11/2009
Nota Técnica 61	Considerações sobre proposta de concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matéria-prima ou produto intermediário na fabricação de seus produtos.	André/Mandai	16/11/2009
Nota Técnica 62	Fertilizantes: Reativação do Direito Antidumping nas importações de fertilizantes. Ofício n.º 1415/09-GP, de 28 de setembro de 2009 (FAEP).	Mandai	1/12/2009
Nota Técnica 70	Implantação e aperfeiçoamento da política nacional de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos para a TV Digital.	Josélia	18/12/2009

#### **1.4.2 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros**

(Coordenador-Geral responsável: Esteves Pedro Colnago Junior)

*A – Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário*

Objetivo geral: fomentar o mercado de crédito imobiliário.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente e mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados: Foram analisados e produzidos normativos que resultaram na alocação de recursos para subsidiar diversos programas de habitação de interesse social e oferecer suporte para outras ações nessa e em áreas correlatas. Também foram produzidos pareceres acerca de

proposições normativas no âmbito dos Ministérios ou em trâmite no Congresso Nacional, a saber:

- A. Construção e aprimoramento da MP n.º 459/2009, convertida na Lei n.º 11.977/2009, que resultou:
- a) na criação do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, compreendendo o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e a transferência de recursos ao FAR, FDS e BNDES;
  - b) na transferência de recursos da União para subvencionar a construção de habitações em municípios de até cinquenta mil habitantes;
  - c) na criação do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), até o limite de R\$ 2 bilhões, destinado à garantia de financiamentos a mutuários com renda de até dez salários mínimos;
  - d) na instituição de subvenção ao BNDES, no valor de até R\$ 5 bilhões, para equalização da taxa de juros em operação de financiamento de infra-estrutura em projetos de habitação popular;
  - e) na instituição do registro eletrônico nos Registros Públicos de que trata a Lei n.º 6.015/73; f) em novas disposições sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos;
  - f) na redefinição das entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
  - g) na instituição da obrigatoriedade de notificação do titular do domínio pleno ou útil, inclusive o promitente vendedor ou fiduciário, nas ações judiciais de cobrança ou execução de cotas de condomínio, impostos e outras obrigações vinculadas ao bem imóvel;
  - h) na introdução de reformas à legislação atinente à capitalização de juros (anatocismo) e ao uso dos sistemas de amortização, mediante alteração da Lei 4.380/64;
  - i) na instituição de regra de cobrança única de custas e emolumentos quando do desmembramento de matrículas de imóveis em processos de parcelamento do solo ou de incorporação imobiliária;
  - j) na obrigatoriedade de contratação dos seguros de morte e invalidez permanente e de danos físicos de imóvel objeto de financiamento; e
  - k) na introdução da prerrogativa da livre escolha da seguradora na contratação dos seguros vinculados ao financiamento imobiliário.
- B. Construção e aprimoramento da MP n.º 460/2009, convertida na Lei n.º 12.024/2009, que resultou:
- a) na adoção de alíquota de 1% para o Regime Especial de Tributação (RET) incidente sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias voltadas para a produção de habitações de interesse social e redução de 7% para 6% para as demais incorporações;

- b) na instituição de benefício tributário até o ano de 2014, ano-calendário 2013, aos titulares dos Registros Públicos de que trata a Lei n.º 6.015/73, para fins de implementação dos registros em meio eletrônico; e
  - c) na alteração na forma de tributação dos ativos que compõem os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII).
- C. Construção e aprimoramento da MP n.º 445/2009, convertida na Lei n.º 11.922/2009, que resultou:
- a) na dispensa à Caixa Econômica Federal do recolhimento de até R\$ 1,05 bilhão dos dividendos e dos juros sobre capital próprio referentes aos exercícios de 2008 a 2010, para a cobertura de risco de crédito de novas operações de empréstimo de capital de giro, destinadas às empresas da construção civil; e
  - b) na aprovação de um conjunto de medidas com vistas às renegociações de contratos desequilibrados, sem cobertura do FCVS ou que perderam tal cobertura, contratados até setembro de 2001.
- D. Construção e aprimoramento da MP n.º 472/2009, ainda em tramitação no Congresso, que resultou:
- a) na realização de ajustes no PMCMV, por meio da alteração das redações dos artigos 6º, 11, 13 e 20 da Lei nº 11.977, de 2009; e
  - b) na instituição do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas Impedidas de Operar com os Fundos e Programas Habitacionais Públicos ou Geridos por Instituição Pública e com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH.
- E. Construção e aprimoramento da MP n.º 478/2009, ainda em tramitação no Congresso, que resultou:
- a) na realização de ajustes no PMCMV, por meio da alteração das redações dos artigos 11 e 79 Lei nº 11.977, de 2009; e
  - b) na extinção da apólice do SH/SFH, que impunha todos os riscos para a União, a qual ainda era obrigada a pagar pelo serviço de corretagem e de advocacia fornecido pelas seguradoras privadas que ofertavam suas apólices, principalmente, nos casos em que o segurado apresentava risco excessivo para as apólice privada.
- F. Construção de novas regulamentações no âmbito do Conselho Monetário que resultaram:
- a) na aprovação da Resolução n.º 3.706, de 27 de março de 2009, que: i) eleva os limites de financiamento imobiliário no âmbito do SFH e nas operações de microcrédito para a população de baixa renda e micro empreendedores; e ii) inclui os financiamentos a obras

de infra-estrutura em lotes urbanos destinados a imóveis residenciais no conjunto de possibilidades de aplicação dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

- b) na aprovação da Resolução n.º 3.718, de 30.04.2009, dispondo sobre a linha de crédito da CAIXA para empréstimos de capital de giro às empresas da construção civil, prevendo, ainda, sua inclusão no direcionamento de crédito dos depósitos em poupança e cobertura do risco de crédito de até 35% do valor do principal, nos termos da MP 445/2008.

G. Aprovação da Resolução CNSP n.º 205, de 18 de novembro de 2009, que dispõe sobre o seguro habitacional.

### *B - Medidas de Redução do Spread e de Incentivo à Concorrência Bancária*

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivos específicos: estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de um ambiente propício para redução do *spread* bancário e pelo incentivo à concorrência bancária.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral, rede bancária e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

- a) Aprimoramento da proposta de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo), aguardando votação no Senado Federal (PL n.º 5.870/2005 apensado ao PLC n.º 85/2009);
- b) Elaboração de estudos/propostas de alteração da remuneração da caderneta de poupança;
- c) Elaboração de proposta legal para instituição do Custo Efetivo Total – CET nas operações de venda a prazo;
- d) Construção e aprimoramento da Medida Provisória n.º 464/2009, convertida na Lei n.º 12.087, de 11 de novembro de 2009, dispondo sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito:
  - a. para micro, pequenas e médias empresas;
  - b. de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas.

### *C - Fortalecimento do Ambiente de Negócios*

Objetivo geral: reduzir os custos de transação, eliminar barreiras a novos investimentos, elevar a segurança jurídica e racionalizar o processo de execução de garantias.

Objetivos específicos: (i) conferir maior segurança jurídica e previsibilidade ao ambiente de negócios; (ii) fomentar e ampliar a concorrência econômica; (iii) reduzir a burocracia e

simplificar procedimentos e exigências legais que afetem a gestão dos negócios; (iv) reduzir o custo do capital e do investimento em geral; (v) incentivar o uso de procedimentos mais ágeis de resolução de conflitos; (vi) tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos; e (vii) racionalizar os procedimentos de execução de garantias.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setores agrícola, industrial e de serviços; atividade empreendedora em geral, micro e pequena empresa; setores de bens de capital e tecnológico; mercado de capitais e de crédito; mercado de trabalho; setor externo; e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

- a) Discussão sobre a necessidade de regulamentar o setor de fomento mercantil (*factoring*), mercado que atua sem regras específicas ou prudenciais;
- b) Discussão sobre o marco legal do arrendamento mercantil (*leasing*), atualmente normatizado pelo CMN;
- c) Apresentação de proposta de subsídios, formulada por GT informal do Poder Executivo, coordenado por MF/SPE, para disciplinamento do fomento empresarial (*factoring*), apresentada ao Senador Antonio Carlos Jr, relator do PLC nº 13/2007 (PL nº 3.615/2000 na Origem) na CAE/Senado Federal; e
- d) Inserido no art. 12 da Edição da Lei n.º 11.908, de 03 de março de 2009, dispositivo que regulamenta a taxa de registro, paga à CVM, para emissão do CRA, título que aproxima o mercado de capitais ao setor do agronegócio.

*D - Incentivo ao Mercado de Capitais*

Objetivo geral: fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais, com vistas a que o mesmo atue como efetiva fonte de financiamento e de mitigação de riscos para os diversos setores da economia.

Objetivos específicos: (i) ampliar as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento em empresas com elevado potencial de crescimento; (iii) aumentar as possibilidades de obtenção de recursos para empresas; e (iv) incentivar a utilização do mercado de derivativos como meio de mitigação de riscos futuros.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito, indiretamente.

Resultados alcançados:

- a) Continuidade das discussões, no âmbito de GTMK, sobre a regulamentação das Agências de *Rating vis-à-vis* avaliação feita no âmbito internacional;

- b) Discussão sobre a necessidade de supervisão e imposição de capital mínimo às empresas securitizadoras;
- c) Discussão sobre a necessidade de se regulamentar o mercado de derivativos de crédito;
- d) Discussão sobre a proposta de simplificar o processo de divulgação das demonstrações financeiras (Norma Contábil) agregada a proposições da CVM no sentido de alterar a Lei n.º 6.404/76.
- e) Aprovação da Resolução CMN n.º 3.790, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as aplicações em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados e Municípios;
- f) Aprovação da Resolução CMN n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar; e
- g) Alteração do Decreto n.º 7.011, de 18 de novembro de 2009, instituindo a incidência do IOF, à alíquota de 1,5%, sobre as cessões de ações que sejam admitidas à negociação em bolsa de valores localizada no Brasil, com o fim específico de lastrear a emissão de *depository receipts* negociados no exterior.

#### *E – Medidas de Combate à Crise Financeira Internacional*

Objetivo geral: Adotar medidas de incentivo à economia para minimizar os efeitos da crise financeira internacional.

Objetivos específicos: (i) manter as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos; e (iii) regularizar as linhas de crédito para empresas e pessoas físicas.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, setor produtivo, setor financeiro e tomadores de crédito em geral, indiretamente.

#### Resultados alcançados:

- a) Aprimoramento da Medida Provisória n.º 443, de 21.10.2008, convertida na Lei n.º 11.908, de 03.03.2009, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil;
- b) Edição da Resolução CMN n.º 3.692, de 26 de março de 2009, que permite às instituições financeiras captarem depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (FGC); e
- c) Inclusão de proposta na MP n.º 472, de 15 de dezembro de 2009, para criação da Letra Financeira (LF), título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, emitida exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos, autorizado pelo Banco Central do Brasil.

*F – Medidas para reduzir os efeitos de mudanças climáticas (participação de grupo de trabalho no âmbito do MF)*

Objetivo geral: Implementar políticas e ações para minimizar os efeitos referentes a mudanças climáticas.

Objetivos específicos: (i) Permitir o desenvolvimento econômico-social no país levando em consideração a proteção do sistema climático; (ii) Estimular a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima; e (iii) Identificar instrumentos de ação governamental já estabelecidos e prontos para contribuir ao sistema climático;

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, acordos internacionais e demais documentos sobre mudança do clima em que o Brasil seja signatário e a sociedade brasileira e mundial, indiretamente;

Resultados alcançados:

- a) Edição da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, PNMC;
- b) Apresentação de desenho institucional a ser criado no País para estimular o desenvolvimento e a negociação de instrumentos financeiros e econômicos para a promoção de ações e políticas de redução de mudanças climáticas.

### **1.4.3 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar**

(Coordenador-Geral responsável: Leonardo André Paixão)

*A – Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização*

Objetivo geral: acompanhar o mercado de seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor.

Objetivos específicos: Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de seguros.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setor regulado, consumidores, sociedade brasileira, indiretamente.

Resultados alcançados: Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao mercado segurador melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento

equilibrado. Também foram produzidos pareceres acerca de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional.

No campo das medidas legais, destaca-se a criação de 200 (duzentos) cargos de Analista Técnico e 50 (cinquenta) cargos de Agente Executivo para a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, bem como 34 (trinta e quatro) cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, por meio da Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, convertida na Lei nº 12.024 de 27 de agosto de 2009. Tal medida permitirá dotar aquela autarquia dos recursos humanos necessários para cumprimento de suas obrigações legais em um quadro de expansão expressiva do mercado segurador, de previdência privada aberta e capitalização nos últimos anos.

Já por meio da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, artigos 48 a 58, foi criada a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização, de previdência complementar aberta, bem como foi alterada a base de cálculo do PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidente sobre os prêmios de resseguros cedidos ao exterior de 8% para 15%, permitindo maior equilíbrio na tributação incidente sobre resseguradoras nacionais e estrangeiras.

Uma importante medida adotada no ramo de seguros em 2009 foi a introdução da liberdade de escolha do seguro habitacional, seguro obrigatório para financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Até então este seguro era sempre vendido por seguradora escolhida pela instituição integrante do SFH que concedia o financiamento.

Quanto à análise de projetos de resoluções do CNSP, foram publicadas cinco resoluções em 2009, de números 203 a 207, com destaque para a supracitada Resolução CNSP nº 205 que regulamentou o seguro habitacional.

Também foram emitidos pareceres acerca de proposições normativas sobre os setores de seguros, previdência privada aberta e capitalização que tramitaram no Congresso Nacional.

#### *B - Previdência Complementar Fechada*

Objetivo geral: acompanhar a previdência privada operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor, colaborando para que sua atuação seja compatível com o desenvolvimento econômico e social do país (Lei Complementar nº 109/2001, Art. 3º).

Objetivos específicos: Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC; (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de previdência complementar fechada.



**Beneficiários:** Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e gestores dos fundos de pensão e beneficiários participantes dos fundos de pensão, indiretamente.

**Resultados alcançados:** Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao setor de previdência complementar operado por fundos de pensão melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento equilibrado.

No campo das medidas legais, acompanhou-se, no Congresso Nacional, a tramitação do Projeto de Lei nº 3962, de 2008, de iniciativa do Poder Executivo, que “cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal, inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social, altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências”. O projeto foi transformado na Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.

No campo das medidas infralegais, destaca-se a análise dos projetos das Resoluções do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Destaca-se a participação ativa da Coordenação-Geral na edição de novas normas que disciplinam a aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e dos regimes próprios de previdência social dos servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Além disso, também foram emitidos pareceres acerca de proposições normativas que tramitaram no Congresso Nacional sobre previdência complementar.

### *C – Quadro resumo*

Por fim, apresenta-se tabela com os produtos, de todas as áreas, produzidos por esta Coordenação-Geral no ano de 2009.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dezembro de 2009</b>
Parecer	Ofício Abraciclo sobre DPVAT.	Arquivado	Arquivado
Parecer	PL que altera Lei nº 9.656/98.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Ofício Asastel contra Res. CGPC 26 .	Arquivado	Arquivado
Parecer	Minuta de PL sobre Taxa de Fiscalização da SUSEP.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Expediente Assoc. Hospitais SC e Fed. Hospitais e Estab. Saúde SC sobre MP 451/08.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dezembro de 2009</b>
Parecer	Ofício do Dep. Andre Zacharow sobre MP 451.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PL nº 4.389/08.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PL de conversão da MP 451/08, que altera a legislação tributária e dá outras providências.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Minuta de PL, que institui taxa de fiscalização do mercado de seguros e resseguros.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PL nº 3.266/08, que dispõe sobre a criação das sociedades especializadas em microsseguros, dos corretores de seguro especializados e dá outras providências.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PL nº 4.273/08, que acrescenta um artigo à Lei nº 6.194/74, para dispor sobre a divulgação de informações a respeito do DPVAT e dá outras providências.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Plano de enquadramento previsto no art. 2º da res. nº 3.121/03 do CMN.	Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS	Concluído
Parecer	PLS nº 442/08, que revoga o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063/1940, que dispõe sobre contratos de seguros sobre a vida de menores de 14 anos de idade.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PLS nº 511/07 que altera a Lei nº 11.053/04 para permitir que participantes e assistentes de planos de previdência complementar.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PL complementar nº 92/07 que regulamenta o inciso XIX do artigo 37 da CF, parte final, definindo áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dezembro de 2009</b>
Parecer	PLS 146/2009 que autarquia gestora do Regime Próprio de Previdência Social (previdência complementar) dos servidores públicos.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PLP 466/2009 que institui a autarquia gestora de Regime Próprio de Previdência Social (previdência complementar) dos servidores públicos.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Resolução	Novo plano de contas para fundos de pensão – substituição da resolução CGPC nº 05/92.	Conselho de Gestão da Previdência Complementar	Concluído
Medida Provisória	Formatação do Seguro Habitacional para inclusão na MP 459/09.	Secretaria-Executiva/GM-MF	Concluído
Resolução	CMN nº 3.790 acerca da aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social.	Conselho Monetário Nacional	Concluído
Resolução	CNSP nº 205 que dispõe sobre seguro habitacional.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CMN nº 3.811 que regulamenta as obrigações das instituições integrantes do SFH no que tange a liberdade de escolha.	Conselho Monetário Nacional	Concluído
Resolução	CGPC nº 28 que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.	Conselho de Gestão da Previdência Complementar	Concluído
Resolução	CGPC nº 29 que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Conselho de Gestão da Previdência Complementar	Concluído

#### **1.4.4 - Coordenação-Geral de Políticas Públicas**

(Coordenadora-Geral responsável: Marisa Socorro Dias Durães)

*A - Análise do impacto econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF.*

Objetivo Geral: Avaliar a adequação das proposições às diretrizes da política econômica e às normas que pautam a gestão das finanças públicas.

Objetivos específicos: (i) avaliar as disposições das proposições legislativas postuladas com base nas normas que regem o processo orçamentário – PPA, LDO e LOA; (ii) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (iii) analisar a execução orçamentário-financeira de ações do governo federal com escopo similar, consubstanciadas no PPA e na LOA; (iv) avaliar o impacto econômico da proposição; (v) sugerir aperfeiçoamentos que possam propiciar a adequação da proposição às diretrizes da política fiscal e às prioridades de políticas públicas, notadamente quanto à fixação de critérios atinentes à inclusão social.

Beneficiários: Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas.

*B - Elaborar, em conjunto com outras áreas da SPE, diretrizes de Políticas Públicas, de ordem microeconômica, que contribuam para o alcance dos objetivos da política econômica e para a melhoria da qualidade do Gasto Público.*

Objetivo Geral: Formular diretrizes de Política Econômica

Objetivos específicos: (i) propor medidas microeconômicas que contribuam para a melhoria do ambiente econômico; (ii) dimensionar o impacto fiscal das medidas propostas; (iii) identificar as vantagens e desvantagens das diferentes proposições; (iv) examinar a literatura especializada e as lições da experiência internacional; (v) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica e arcabouço normativo para implementação da proposição de política microeconômica.

*C - Elaborar atos normativos em consonância às diretrizes de política econômica e às atribuições regimentais da SPE (Portarias, Convênios, Contratos e outros) e analisar demais normativos encaminhados à avaliação técnica da Secretaria.*

Objetivo Geral: Elaborar proposição preliminar, para encaminhamento à PGFN, de normas pertinentes às competências institucionais da SPE.

Objetivos específicos: (i) Estabelecer disposições em consonância às diretrizes institucionais da SPE; (ii) fornecer elementos para otimizar a atuação da SPE; (iii) subsidiar as análises de proposições normativas de âmbito institucional; (iv) proceder às modificações ulteriores aos normativos já em vigor.

Beneficiários: SPE/MF

Resultados alcançados:

Elaboração e revisão de minutas de Acordo de Cooperação Técnica, Carta-contrato e Portaria da SPE.

*D - Participar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Mercado de Capitais e a área agrícola da SPE, do Grupo Técnico, coordenado pela Secretaria Executiva do MF, para avaliação dos impactos econômicos do aquecimento global.*

Objetivo Geral: Analisar os impactos econômicos e propor diretrizes para balizar a atuação do MF na definição de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivos específicos: (i) Analisar as diretrizes de políticas públicas do governo federal para fazer face às mudanças climáticas; (ii) examinar as fontes de recursos a serem utilizadas no financiamento das ações ambientais; (iii) contribuir para a definição de diretrizes de regulação do mercado de carbono; (iv) avaliar a literatura e as lições da experiência internacional; (v) propor diretrizes para pautar a análise econômico-fiscal de proposições atinentes às mudanças climáticas; (vi) propor normas atinentes às mudanças climáticas, em consonância às atribuições institucionais do MF;

Beneficiários: SE/MF e a Sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Apresentação das diretrizes de políticas públicas consideradas pertinentes ao tema, análise técnica e Parecer.

*E - Participar do Fórum de Integração do Ciclo de Gestão de Políticas Públicas, coordenado pela SOF/MPOG, para promover o aperfeiçoamento das atividades de formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas.*

**Objetivo Geral:** Promover a integração dos processos e ações dos órgãos que participam do ciclo de gestão, com vistas a contribuir para a melhor alocação dos recursos públicos e para a otimização dos resultados produzidos pelo Governo Federal.

**Objetivos específicos:** (i) contribuir para integração de ações do ciclo de gestão; (ii) participar de grupos técnicos atinentes à análise microeconômica do gasto; (iii) participar do comitê estratégico e contribuir para o planejamento de ações do fórum; (iv) propor medidas para aperfeiçoar as atividades do ciclo; (v) fortalecer o papel da SPE no ciclo de gestão; (vi) Harmonizar o entendimento sobre a organização e funcionamento do ciclo de gestão; (vii) Contribuir para o aperfeiçoamento e melhor funcionamento do ciclo de gestão; (viii) Propiciar troca de informações e experiências; (ix) Alinhar papéis e responsabilidades das organizações participantes nas etapas e processos do ciclo de gestão; (x) Melhorar processos internos de trabalho das instituições participantes; (xi) Identificar e explorar pontos de sinergia entre os órgãos participantes; (xii) Buscar o alinhamento dos processos de trabalho das organizações participantes; (xiii) Disseminar metodologias e boas práticas de gestão; (xiv) Buscar formas de propiciar maior eficiência na atuação dos órgãos centrais, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos gestores setoriais e otimizar os resultados produzidos pelo governo federal; (xv) Atuar conjuntamente para avaliar políticas, programas e/ou ações do governo federal.

**Beneficiários:** Entidades governamentais participantes do fórum e a sociedade em geral

**Resultados alcançados:**

Desenvolvimento de diretrizes no âmbito do Comitê Estratégico do Fórum; Elaboração de Plano de ação e desenvolvimento de atividades dos Grupos Técnicos de Saúde e Transporte.

*F - Representar a SPE na Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), constituída por representantes da SPI, SEGES e SOF/MPOG; SPE e STN/MF; IPEA; Subchefia de Articulação e Monitoramento e Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Presidência da República.*

**Objetivo Geral:** Assessorar o Comitê de Gestão do PPA, conforme previsto no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008 e deliberar sobre matérias atinentes ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e à análise e aprovação de projetos de grande vulto.

**Objetivos específicos:** (i) elaborar diretrizes gerais e orientações técnicas relativas ao monitoramento e à avaliação das políticas e dos programas públicos no âmbito do Poder Executivo; (ii) acompanhar e propor iniciativas de monitoramento e avaliação relacionadas às políticas e aos programas no âmbito do Poder Executivo, de modo a promover o aperfeiçoamento da gestão do PPA e do Sistema de Monitoramento e Avaliação; (iv) propor aperfeiçoamentos nos marcos legais vigentes relacionados à implementação dos programas federais; (v) definir orientações, critérios e parâmetros para a apresentação, seleção, execução, monitoramento e avaliação de projetos de grande vulto; e (vi) deliberar sobre assuntos das Câmaras Técnicas de Monitoramento e Avaliação - CTMA e de Projetos de Grande Vulto – CTPGV.

Beneficiários: A Sociedade em geral

Resultados alcançados:

Participação nas reuniões da CMA e aprovação de projetos de Grande Vulto, especificados no Quadro I:

**Projetos de Grande Vulto com manifestação favorável da CMA, no âmbito do PPA  
2008/2011**

<b>Produto</b>	<b>Descrição/Objetivo</b>
Resolução CMA / MP n° 3/2009	Aprova o parecer do Plenário da CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Construção de Contorno Rodoviário – no Município de Jataí – BR – 060 – no Estado de Goiás (processo 0101/2007).
Resolução CMA / MP n° 4/2009	Aprova o parecer do Plenário da CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica de Adequação do Trecho Rodoviário – Goiânia – Abadia de Goiânia – BR – 060 – no Estado de Goiás (processo 0001/2008).
Resolução CMA / MP n° 6/2009	Aprova o parecer do Plenário da CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X (processo 006/2009).
Resolução CMA / MP n° 7/2009	Aprova o parecer do Plenário da CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral – Projeto H-X BR (processo 0005/2009).

**Proposições analisadas no âmbito da COGPP**

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
Parecer n° 007, de 20.01.2009.	Projeto de Decreto s/n°, de 2008 e EMI n° - Disciplina o Programa Caminho da Escola	Secretaria Executiva - Memorando n° 29, de 20.01.2009.	Em análise à Casa Civil.
Parecer n° 27, de 13.02.2009.	Minuta de Portaria Interministerial MEC/MTb/MF/MCTs/n° - Institui o GTI para desenvolvimento de estudos sobre temas afetos aos serviços Nacionais de aprendizagem.	Secretaria Executiva Memorando n° 105 de 13.02.2009.	Portaria Interministerial n° 461, de 22 de maio de 2009
Parecer n° 28, de 13.02.2009.	Projeto de Lei n° 4143/ 2008 - Altera os artigos. 4° e 18° e seus incisos e acrescenta o art. 26-A à Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando n° 107, de 13.02.2009.	Apensado ao PL n° 1.139/2007 - em tramitação na Comissão de

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
	<i>Rouanet.</i>		Educação e Cultura (CEC).
Parecer nº 29, de 13.02.2009.	PLS nº 319/2008 - Cria o 14º salário dos Profissionais da Educação da rede pública e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 108, de 13.02.2009.	Comissão de Assuntos Econômicos – Aguardando designação do Relator.
Parecer nº 30, de 13.02.2009.	Projeto de Decreto s/nº e Exposição de Motivos nº 348/2008 - Substituição do Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, que versa sobre a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX.	Secretaria Executiva - Memorando nº 109, de 16.02.2009.	Em análise na Casa Civil.
Parecer nº 48, de 09.03.2009	Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (PL nº 129/2007, na origem) – Amplia de 3% para 5% a reserva de unidades habitacionais para idosos em programas habitacionais públicos, fixada pelo Estatuto do Idoso.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 153, de 09.03.2009.	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado.
Parecer nº 55, de 17.03.2009	Projeto de Lei nº 1621, de 2003 (PL 1621/2003) – Altera a Lei nº 10.177/2005, que dispõe sobre operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 176, de 17.03.2009.	Última ação - 15/7/2009 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes
Parecer nº 60, de 03.2009	PL nº 1.627, de 2007 (Substitutivo apresentado na Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007) - Regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, altera dispositivos da nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 190, de 20.03.2009.	Em tramitação. (Concluído Parecer pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007)
Parecer nº 80, de 17.04.2009.	Anteprojeto de Decreto REDESIM - Institui o Comitê de Gestão Rede Nacional. para simplificação do Registro é da Legislação de Empresas e Negócios.	Secretaria Executiva Memorando nº 248, de 17.4.2009.	Decreto nº 6.884, de 25 de Junho de 2009.



<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
Parecer nº. 96, de 05.05.2009.	Projeto de Lei da Câmara nº 31/2008 (PL nº 2576, de 2000) – Dispõe sobre a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências – Sanção.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 286, de 05.05.2009.	Convertido na Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.
Parecer nº. 101, de 08.05.2009.	PLS/338/08 - Institui a contribuição social para defesa civil (CSDEC), transforma o fundo especial para calamidade FUNCAP em FUNDEC.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 298, de 08.05.2009.	Em análise na CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.
Parecer nº 106, de 12.05.2009.	Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a liquidação do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (Turismo, Pesca, Florestamento, Reflorestamento)	Secretaria Executiva – Memorando nº 307, de 12.05.2009.	Em análise na Casa Civil.
Parecer nº 122, de 20.05.2009	Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2009 (origem: Medida Provisória nº 452, de 24/12/2008) - Dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, permitindo à União a emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal para integralização do FSB, e altera a Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, prorrogando até 31 de dezembro de 2010 o prazo para o DNIT aplicar recursos federais na execução de obras nas rodovias transferidas às unidades da Federação.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 335, de 20.05.2009.	Sem eficácia.
Parecer nº 131, de 05.06.2009	Projeto de Lei da Câmara nº 59/2009 (PL nº 2.509, de 2007) – Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001- Plano de Careira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências..	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 375, de 05.06.2009.	Convertido na Lei nº 11.950, de 17.6.2009
Parecer nº. 138, de 09.06.2009.	PEC nº 457, de 2005 (Origem: PEC nº 42/2003 - Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais para aposentadoria compulsória do servidor público em geral.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 386, de 09.06.2009.	Em discussão no Plenário da Câmara dos Deputados.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
Parecer nº 155. de 17.06.2009.	PLC nº 4.434/2008-(Origem: PLS nº 58/2003 - Dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e pela União aos seus inativos e pensionistas.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 410, de 17.06.2009.	Em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Parecer nº 156, de 17.06.2009.	PL nº 6.690/2002 – Estabelece normas gerais relativas ao funcionamento das policias estaduais, do DF e do Corpo de Bombeiros.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 412, de 17.06.2009.	Decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - tramitação em regime Especial (Cf. artigos 142 e 143 do Regimento Comum do CN).
Parecer nº 163, de 19.06.2009.	PL nº 4.293/2008 –Concede anistia aos servidores da Adm. Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, exonerados em virtude de adesão, a partir de 21/11/96, a programas de desligamento voluntário.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 424, de 19.06.2009.	Sob análise na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).
Parecer nº 171, de 29.06.2009.	PL nº 3.744/2000 – Substitutivo à Proposta do Poder Executivo - Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre a composição e forma de funcionamento, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 444, de 29.06.2009.	Em tramitação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
Parecer nº 192, de 06.08.2009.	Projeto de Lei nº 5.365./2008 - Prorroga o seguro defeso dos pescadores artesanais nos estados atingidos pelas enchentes nos meses de abril e maio de 2009.	Secretaria Executiva – Memorando nº 511, de 06.08.2009.	Em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
Parecer nº 194. de 11.08.2009.	PL nº 5.206/2009 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da distribuição equitativa, entre os titulares das respectivas contas bancárias, dos valores apurados com as vendas as Vendas das folhas de pagamento de servidores e empregados públicos para instituições financeiras.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 521, de 11.08.2009.	Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeitado na comissão de mérito).
Parecer nº 196, de 12.08.2009.	PL nº 5.345/2009 - Altera o dispositivo da Lei nº 11.530/ 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania/ PRONASCI.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 525, de 13.08.2009.	Em tramitação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
Parecer nº 206. EM/20/08.	PEC nº 52/2003 - Dá nova redação ao § 4º do Artigo. 18 da Constituição Federal.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 553, de 20.08.2009	Em análise na CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal.
Parecer nº 213. De 27.08.2009.	Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH III (Versão preliminar para compor Decreto Presidencial).	Secretaria Executiva – Memorando nº 571, de 27.08.2009.	Decreto nº 7.037 de 21.12.2009.
Parecer nº 227, de 04.09.2009.	Anteprojeto de Lei s/nº/2009 e EMI nº 17/C Civil/MME/MP/MMAMDIC/MF/MD/MRE/GSI-PR/SAE – Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria o conselho nacional de política nuclear e a Agência Nuclear Brasileira, estabelece normas gerais de segurança nuclear e radiológica e sanções administrativas.	Secretaria Executiva – Memorando nº 598, de 04.09.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR.
Parecer nº 229, de 04.09.2009.	Anteprojeto de Medida Provisória – Acrescenta e altera dispositivos das Leis nº 4504/1964 e 5629/ 1993.	Secretaria Executiva – Memorando nº 600, de 08.09.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR.
Parecer nº 233, de 15.09.2009.	PL. nº 1.932/2007 - Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 615, de 15.09.2009	Transformado na Lei nº 11.964, de 3 de julho de 2009.
Parecer nº 245. De 24.09.2009.	PLC nº 14/2007 (origem: PL nº 761/2003) - Altera o artigo 2º da Lei nº 6.088, de 16 de Julho de 1974, para incluir o Ceará na área de atuação da CODEVASF.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 641, de 24.09.2009.	Transformado na Lei nº 12.040, de 01 de outubro de 2009
Parecer nº 249, de 29.09.2009.	Proposta de Emenda Constitucional s/nº/2009 e EMI nº, 0015/MCT/CC/MF/MPS - Altera o inciso II do §1º do artigo 40 da Constituição Federal.	Secretaria Executiva – Memorando nº 650, de 29.09.2009	Proposição sob análise na Casa Civil/PR.
Parecer nº 256, de 13.10.2009.	PLS nº 302/2009 – Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para permitir o refinanciamento de débitos de Estados e Municípios nas situações que especifica.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 687, de 13.10.2009.	Pronta para a Pauta da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
Parecer nº 257, de 13.10.2009.	Projeto de Decreto s/nº e Exposição de Motivos Interministerial Minc//MP/MIN nº 033/2009 – Constitui Grupo de Trabalho para apresentar propostas para extensão do Parque Exibidor de Cinema.	Secretaria Executiva – Memorando nº 688, de 13.10.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR.
Parecer nº 265, de 21.10.2009.	Projeto de Decreto s/nº e Exposição de Motivos Interministerial MCT/MDIC/MEC/MP/MF nº 00029, de 05 de outubro de 2009 – Altera o art. 21 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.	Secretaria Executiva – Memorando nº 704, de 21.10.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR.
Parecer nº 272, de 29.10.2009.	Consolidação das Leis Sociais - Consolidação de ações governamentais, atinentes às políticas públicas sociais, bem como dos diversos mecanismos de participação social na definição de políticas públicas (Conselhos, Conferências e Ouvidorias).	Secretaria Executiva – Memorando nº 723, de 29.10.2009.	Assunto em análise na Secretaria Geral da Presidência da República.
Parecer nº 275, de 29.10.2009.	Anteprojeto de Lei – Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).	Secretaria Executiva – Memorando nº 723, de 29.10.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR..
Parecer nº 281, de 05.11.2009.	PL nº 130, de 2008 (nº 3.452 na Câmara dos Deputados) – Sanção - Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei no 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a	Secretaria Executiva – Memorando nº 739, de 05.11.2009.	Transformado na Lei nº 12.094, de 19.11.2009.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
	Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar		
Parecer nº 284, de 10.11.2009.	Análise (Auditação) da Fórmula de Cálculo para a Concessão de Bolsas do Programa Universidade para Todos – PROUNI.	Ministério da Educação - Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior. Ofício MF/SPE nº 248, de 10.11.2009.	Ministério da Educação - Portaria Normativa nº 15, de 27 de Novembro de 2009.
Parecer nº 290, de 13.11.2009.	Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2009 – Cria o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 756, de 13.11.2009.	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado – Aguardando inclusão na ordem do dia.
Parecer nº 307, de 25.11.2009.	PL nº 5.692/2009 – Institui o Fundo de Amparo ao Aposentado.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 789, de 25.11.2009.	
Parecer nº 324, de 08.12.2009.	Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2009 – Acrescenta o art. 159-a à Constituição Federal para assegurar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 829, de 08.12.2009.	Proposição sob análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Parecer nº 326, de 09.12.2009.	Projeto de Lei da Câmara nº 284/2009 (origem PL nº 2.223/2007) – Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências – Sanção Presidencial.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 831, de 09.12.2009.	Transformado na Lei nº 12.114, de 9.12.2009.
Parecer nº 330, de 11.12.2009.	Minuta de Projeto de Lei s/nº e EMI nº 00026 MCT/MMA, de 15 de setembro de 2009 - Dispõe sobre a coleta, a remessa e o transporte de material biológico, o acesso aos recursos genéticos e seus derivados e o acesso a conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos, para pesquisa científica e tecnológica ou desenvolvimento de produtos e processos para fins comerciais ou industriais, a proteção aos conhecimentos tradicionais	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 831, de 09.12.2009.	Transformado na Lei nº 12.114, de 9.12.2009.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez/2009</b>
	associados aos recursos genéticos, a repartição de benefícios, o incentivo e a promoção da pesquisa científica e tecnológica no país com recursos genéticos, seus derivados e com conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos e dá outras providências.		
Parecer nº 339, de 17.12.2009.	Projeto de Lei nº 1.842/2007 (PL da Câmara nº 60/2009) Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 857, de 17.12.2009.	Transformado na Lei nº 12.127, de 17 de Dezembro de 2009.
Parecer nº 342, de 21.12.2009.	PL nº 5.690, de 2009 - Acrescenta o §2º ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispondo sobre a correção anual dos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 862, de 21.12.2009.	Proposição sob análise na Comissão de Educação.
Parecer nº 343, de 21.12.2009.	Proposta de Medida Provisória – Dispõe sobre a organização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.	Secretaria Executiva – Memorando nº 861, de 21.12.2009.	Proposição sob análise na Casa Civil/PR..
Parecer nº 346, de 23.12.2009.	Projeto de Lei Complementar nº 462/2009 (PLC 200/2009) – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o enquadramento das atividades de produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 865, de 23.12.2009.	
Parecer nº 347, de 29.12.2009.	Projeto de Lei Complementar nº 166, de 2000 - Dispõe sobre cobrança de taxa, pelos Municípios, em casos de exercício do poder de polícia que específica.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 868, de 29.12.2009.	Proposição sob análise na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

### Notas Técnicas

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>
Nota Técnica nº 06, de 18 de Fevereiro de 2009.	Diretrizes de Tributação aplicáveis às Microempresas e empresas de pequeno porte – atividades de prestação de serviços de produção cultural e artística, cinematográfica e de artes cênicas.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Técnica nº 21, de 19 de 19 de 2009.	Renúncia fiscal do IRPF, autorizada no âmbito da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, mediante dedução, até o exercício de 2012 (ano-calendário de 2011), da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.	Nota técnica elaborada para subsidiar manifestação do MF atinente à solicitação registrada no Aviso 021/SPM/PR, de 15 de abril de 2009. Nota Técnica encaminhada ao Gabinete do Ministro - Memorando nº 333, de 19.05.2009.
Nota Técnica nº 22, de 20 de 19 de 2009	Criação de um Programa de Financiamento de Capital de Giro no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Memorando nº 342, de 21.05.2009.
Nota Técnica nº 25, de 29 de 20 de 2009.	Minuta de Voto do Conselho Monetário Nacional-CMN, que dispõe sobre o Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Altera o art. 9º-H da Resolução nº 3.430, de 26 de Dezembro de 2006. Amplia prazo para a contratação de operações de crédito no âmbito da Linha de Financiamento do BNDES, destinada à Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações estaduais.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Técnica nº 30, de 09 de Junho de 2009.	Exercício descentralizado de servidores integrantes da carreira de Finanças e Controle no MF.	Secretaria Executiva – Memorando nº 383, de 09.06.2009.
Nota Técnica nº 34, de 26 de Junho de 2009.	Criação de um Programa de Financiamento de Capital de Giro no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Memorando nº 437, de 26.06.2009.
Nota Técnica nº 52, de 02 de Outubro de 2009.	Proposta de alteração do Regulamento do FDA (Decreto nº 4.254/2002).	Secretaria Executiva – Memorando nº 670, de 02.10.2009.
Nota Informativa sobre os Fundos Garantidores de Crédito	Fundos Garantidores do Risco de Crédito – normas regulamentadoras; principais elementos constitutivos: organização, objetivos, modalidades de garantia, patrimônio, fluxo de	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>
	recursos e publicidade de informações.	
Nota Informativa sobre a desoneração tributária da folha de pagamentos.	Abordagem sobre os aspectos técnicos atinentes à desoneração tributária da folha de salários, contemplando: resumo sobre estudos acadêmicos; impacto fiscal, notadamente sobre a arrecadação da previdência social, com projeções correlatas; impactos setoriais; comparação internacional; e propostas alternativas.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa - Mensuração dos Investimentos Públicos no período 1995/2008	Análise da evolução e composição dos Investimentos Públicos no período 1995/2008	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF Publicado na Revista Brasileira de Administração Municipal/Out/2009.
Nota Informativa - Perspectivas para o cumprimento das metas fiscais trimestrais de Resultado Primário do Governo Central para o ano de 2009.	Análise prospectiva do cenário fiscal para 2009 e a perspectiva de cumprimento das metas fiscais trimestrais de Resultado Primário do estipuladas para o Governo Central.	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa -Mensuração dos Investimentos Públicos em Educação e Saúde no período 2000/2007	Mensuração dos Investimentos Públicos em Educação e Saúde no período 2000/2007	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa - Critérios para avaliação de despesas oriundas da contabilidade pública e seus reflexos nas políticas de governo.	Análise de critérios alternativos para avaliação de despesas, considerados os parâmetros da contabilidade pública, e seus reflexos nas políticas de governo	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa - Barreiras Institucionais à redução da Taxa de Juros - O caso da caderneta de Poupança.	Análise das Barreiras Institucionais que limitam a redução da Taxa de Juros SELIC, com ênfase nos impactos derivados da medida sobre a rentabilidade da caderneta de Poupança	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa - Diferenças Metodológicas na mensuração de despesas das Funções de Saúde e Educação, divulgadas pela SOF e pela STN	Apuração das diferenças Metodológicas na mensuração de despesas das Funções de Saúde e Educação divulgadas pela SOF e pela STN	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF. Encaminhamento das divergências encontradas à SOF/MP e STN/MF, via e-mail, e sugestão de correções pertinentes.
Nota Informativa - Relacionamento Tesouro Banco Central	Análise do Relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, com ênfase na evolução do resultado do BACEN, no período recente, e as diretrizes operacionais efetivamente adotadas na hipótese de superávit ou déficit do BACEN.	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF



Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
Nota Informativa - Repartição do Superávit Primário para 2009 entre as Esferas de Governo.	Repartição do Superávit Primário entre as Esferas de Governo com base nas diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e demais normas legais.	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa – Despesas Públicas com saúde e educação do Governo Federal no Brasil no Período 1995-2008	Apuração das despesas públicas com saúde e educação do Governo Federal no Brasil no Período 1995-2008	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF
Nota Informativa sobre o Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Fator Acidentário de Prevenção (FAP).	Análise das alterações na legislação do Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e do Fator Acidentário de Prevenção (FAP): Detalhamento da metodologia de cálculo; geração do FAP por empresa; e questionamentos atinentes aos impactos das novas regras de tributação e propostas correlatas.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.

### Organização de Seminários e Elaboração de Apresentações

Evento	Data
Apresentação GT/MF Mudanças Climáticas	Fevereiro de 2009
Apresentação Desoneração da Folha de Pagamento	Março de 2009
Apresentação CGPP/Aula ministrada para Curso de Formação de AFC/STN	Setembro de 2009
Seminário “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Futuro, Território e Desenvolvimento”. Palestrantes: Elaine Xavier e Amarildo Baesso/SPE/MPOG	16 de Novembro de 2009
Seminário Tributação do lucro no exterior Palestrante: Marcos Valadão/SRFB/MF	30 de Novembro de 2009
Apresentação FAP/SAT	Dezembro de 2009

### Participação em Congressos, Seminários e demais eventos

Evento	Instituição	Data
Seminário – Sistema de Informação de Custos na Administração Pública Federal	ESAF	24 de Abril de 2009
Workshop Gastos Tributários da União (Renúncia Fiscal).	SRFB/ESAF	21 e 22 de maio de 2009
Aula Magna - As regras de tributação de lucros e serviços das Sociedades (Curso de Especialização em Direito Tributário)	ESAF	08 de Setembro de 2009
Seminário Direito e Desenvolvimento: Debates sobre o Impacto do marco jurídico no desenvolvimento econômico brasileiro.	SECEX/MDIC e ABDI	28 de Outubro de 2009
Debate sobre o Projeto de Lei de Qualidade Fiscal – Gestão orientada para resultados, com transparência, controle responsabilidade: Gestão Pública, Transparência e Controle.	STN/ESAF	3 a 5 de novembro de 2009
Seminário Internacional Sistemas de Proteção Social: desafios no contexto Latino-americano.	MDS	8 a 11 de Dezembro de 2009

### Outras atividades

- Coordenação dos trabalhos do MF, atinentes à elaboração do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2008/2009
- Participação, em conjunto com a área de Mercado de Capitais e a Área Agrícola da SPE, das atividades do GT/MF instituído com o objetivo de analisar os impactos econômico-fiscais das mudanças climáticas

#### *G - Curso de Formação da STN*

Objetivo geral: ensino em curso de formação.

Objetivo específico: elaboração de apostila e apresentação sobre Política Pública.

Beneficiários: ESAF

Resultados alcançados: apostila realizada e apresentada em aula.

#### **1.4.5 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica**

(Coordenador-Geral responsável: Fábio Mitsuo Fukujima Goto)

#### *A – Elaboração da Grade de Parâmetros*

Objetivo geral: Elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: instituições do Governo Federal envolvidas na elaboração no processo orçamentário.

Resultados alcançados:

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Grade de Parâmetros	Atualização bimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros	Processo Orçamentário	Finalizada.
Grade de Parâmetros	Melhorias de eficiência (tempo de atualização) e qualidade (precisão da projeção).	Processo Orçamentário	Finalizada.

### *B – Acompanhamento Conjuntural*

Objetivo geral: acompanhamento de indicadores da conjuntura econômica e das projeções de outros agentes de mercado para a realização de apresentações e de projeções.

Objetivo específico: acompanhamento e atualização de banco de dados das séries (1) geração de energia (ONS); (2) tráfego de veículos (ABCR) e (3) produção de embalagem (ABPO); apresentações sobre o PIB.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais da SPE/MF.

Resultados alcançados: acompanhamento e atualização de banco de dados; apresentação para PIB.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Banco de Dados	Atualização.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Apresentações sobre o PIB	Elaboração de apresentação.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Projeções de Outras Instituições	Acompanhamento das projeções publicadas por outras instituições.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.

### *C – Estudos Diversos*

Objetivo geral: elaboração de estudos e cenários macroeconômicos (ensaios, previsões e avaliações de premissas para composição de cenários).

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais da SPE/MF.

Resultados alcançados:

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Indicadores Coincidentes da PIM	Previsão de curto prazo para Produção Industrial	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Indicadores Coincidentes do PIB	Previsão de curto prazo para o PIB, anual/trimestral, demanda/oferta.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Estimação do Hiato do Produto	Estimação do Hiato do Produto através do Filtro HP(simples e com função de produção)	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Modelo de Impacto Fiscal	Estimação de Modelo de pequeno porte produto, inflação e juros e superávit primário.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Modelo Macroeconômico de Pequeno Porte	Elaboração de Modelo considerando as principais variáveis macroeconômicas: produto, inflação e juros.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
PIB mensal	Elaboração do PIB mensal com base em métodos de desagregação temporal.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Em andamento.
Modelo de Consistência Macroeconômica	Elaboração de modelo considerando diferentes cenários para variáveis exógenas e avaliação dos cenários gerados por estas.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Em andamento.
FIES	Avaliação inicial com amostra restrita e técnica limitada.	TCU, Coordenação-Geral do Arnaldo	Em andamento.
Técnicas de Dessazonalização no SCN	Implementação do método de dessazonalização do IBGE.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Projeção de Inflação	Projeção de inflação segundo modelos utilizados pelo Banco Central	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.

*D – Outros: Curso de Formação dos servidores da carreira de Analista de Finanças e Controle*

Objetivo geral: ensino em curso de formação.

Objetivo específico: elaboração de apostila e apresentação sobre “Grade de Parâmetros”.

Beneficiários: ESAF

Resultados alcançados: apostila realizada e apresentada em aula, conforme solicitado.

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Capítulo de Apostila	Capítulo sobre Grade de Parâmetros e componentes.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Aula	3h de aula ministrado na ESAF.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada

#### **1.4.6 - Coordenação-Geral de Política Fiscal**

(Coordenador-Geral responsável: Manoel Carlos de Castro Pires)

##### **Apresentações**

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Cenários Fiscais	Mostrar a evolução dos principais indicadores fiscais	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente
Investimentos do Governo Central	Mostrar a evolução e os impactos dos investimentos do governo central	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente
Arrecadação do Governo Federal	Mostrar a evolução das receitas tributárias do governo federal	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente
Previdência Social	Mostrar a evolução dos indicadores relativos à Previdência Social	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente
Resposta de Política Fiscal à Crise Financeira Internacional	Mostrar as medidas fiscais adotadas como reação à crise financeira internacional	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente

### Notas Técnicas

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Impulso Fiscal	Desenvolver Metodologia de Análise do Impulso Fiscal para 2009	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Superávit Primário em 2009	Avaliar a factibilidade da meta de superávit primário em 2009	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Multiplicador dos Investimentos das Empresas Estatais	Apresentar estimativas do impacto dos investimentos estatais na formação bruta de capital fixo da economia	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Dívida Líquida do Setor Público em 2009	Projetar os principais indicadores de dívida líquida para 2009	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Em execução. Atividade Permanente
Consistência da Política Fiscal	Calcular a poupança pública do Governo Federal	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Fundo Soberano do Brasil	Analisar a operacionalização do Fundo Soberano do Brasil	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Proposta de Superávit Primário	Propor mudanças na meta fiscal para 2009	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Fatores Condicionantes da Carga Tributária Bruta	Explicar os fatores condicionantes do aumento da Carga Tributária no Brasil em 2007	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Metodologia de Cálculos dos Subsídios Implícitos dos Projetos do PAC	Responder a questionamentos do Tribunal de Contas da União conforme o Acórdão 1.690/2007, do TCU	Tribunal de Contas da União	Em andamento
PLS nº 611/2007	Analisar os impactos da medida e contextualizar a sua efetividade	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF.	Concluído
Metodologia de Cálculo dos Subsídios Creditícios e Financeiros	Responder a questionamentos do Tribunal de Contas da União conforme o Acórdão 1.718/2007, do TCU	Tribunal de Contas da União	Em andamento
Medidas Fiscais de Longo Prazo Propostas pelo	Detalhar o estágio do PLC 1/07 no Congresso Nacional que estipula uma regra de	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Atividade permanente até aprovação

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
PAC	cálculo para as despesas com pessoal no Governo Federal		
Esforço fiscal dos governos subnacionais durante a crise	Avaliação da evolução do esforço fiscal dos governos subnacionais	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído

### **Pareceres (quantidade entre parêntesis)**

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
Alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (3)	Flexibilizar o cumprimento das obrigações	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Alterações na distribuição do FPM e FPE (4)	Mudanças na regra	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Relacionamento com os Municípios (8)	Ajuda financeira	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Dívida Previdenciária dos Municípios (3)	Renegociação das dívidas previdenciárias dos Municípios	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
COFIEX (2)	Alteração das atribuições e da composição do Órgão	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Fundo Soberano do Brasil	Situação legal e estrutura de financiamento do FSB	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Dívidas Rurais	Securitização de Dívidas Rurais	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Dívidas Trabalhistas	Indexação das Dívidas Trabalhistas ao INPC	Atender à Secretaria Executiva	Concluído
Controle das Despesas	Impor limites quantitativos à expansão das despesas públicas	Atender à Secretaria Executiva	Concluído

### **Participação em Comissões e Grupos de Trabalho**

<b>Produto</b>	<b>Breve Descrição</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Situação Dez. 2009</b>
COFIEX	Analisar os projetos que demandam financiamento externo	Atividade Interministerial	Atividade Permanente
CTPGV	Analisar os projetos de investimento de Grande Vulto que pleiteiam recursos junto ao orçamento.	Atividade Interministerial	Atividade Permanente

### Indicadores

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
Indicadores Fiscais	Quadro comparativo com os principais indicadores fiscais. Elaborado mensalmente	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Atividade Permanente
Estatísticas Fiscais	Atualização mensal das principais estatísticas fiscais do setor público: investimentos, NFSP, dívida pública, receitas e despesa etc.	Alimentar o Banco de Dados da SPE e permitir o desenvolvimento dos trabalhos técnicos da Secretaria	Atividade Permanente
Subsídios Governamentais	Calculo, conforme metodologia desenvolvida pela SPE, dos subsídios implícitos dos Fundos de Financiamento Constitucionais (FNO, FNE e FCO) e dos Programas contidos na Portaria MF, nº 130, de 10 de março de 2009, conforme Acórdão 1.718/2005, do TCU.	BACEN, STN, SOF	Atividade Permanente

### Outros Trabalhos

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
Revisão da Portaria nº 379/2006	Revisar, por força do Acórdão 1.718/2005 do TCU a Portaria de cálculos dos subsídios em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional	Tribunal de Contas da União	Concluído
PLS nº 611/2007	Estimativa e discussão dos impactos da medida, juntamente com a STN/MF	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Concluído
Metodologia de Cálculos dos Subsídios Implícitos dos Projetos do PAC	Discussão e revisão da metodologia	SPE/MF e Tribunal de Contas da União	Em andamento
Proposições legislativas na área fiscal	Acompanhamento das principais medidas com possibilidade de impacto na área fiscal	SPE/MF	Processo contínuo
Seminário de Cooperação Federativa no	Preparação de propostas de ações para a 3º Oficina - Cooperação Federativa e	Casa Civil, Secretaria Executiva/MF	Concluído



Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
contexto da crise econômica mundial	Sustentabilidade das Atividades Produtivas		
Seminário de Regras Fiscais	Participação no Seminário organizado pela STN/MF para discutir a experiência do Reino Unido na aplicação de regras fiscais		Concluído
Previsão da Arrecadação Federal	Prever a arrecadação com vistas a subsidiar as políticas públicas	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Atividade permanente
Acompanhamento da programação financeira e do limite de empenho do Governo Federal	Acompanhar a execução da política fiscal	Divulgação interna para assessorar a SPE/MF	Atividade permanente

#### *Curso de Formação da STN*

Objetivo geral: ensino em curso de formação.

Objetivo específico: elaboração de apostila e apresentação sobre Política Fiscal.

Beneficiários: ESAF

Resultados alcançados: apostila realizada e apresentada em aula.

#### **1.4.7 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica**

(Coordenador-Geral responsável: Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos)

##### *A - Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico*

Objetivo geral: organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira.

Objetivo específico: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas e da atividade econômica para produzir informativos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: órgãos estatais e agentes privados nacionais.

Resultados Alcançados:

- Políticas públicas subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- Produção de 39 informativos por mês.

<b>Relação dos informativos</b>		
Objeto	Tema	Fonte
<b>Informativos trimestrais</b>		
Resumo do Relatório de Inflação	Inflação	BCB
<b>Informativos mensais</b>		
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA	Inflação	IBGE
Índice de preços ao consumidor amplo 15 - IPCA 15	Inflação	IBGE
Índice geral de preços 10 - IGP 10	Inflação	FGV
Índice geral de preços disponibilidade interna - IGP DI	Inflação	FGV
Expectativas para o Copom	Política Monetária	Diversas
Balanço de pagamentos	Economia internacional	BCB
<b>Informativos quinzenais</b>		
Atividade e Crescimento	Economia brasileira	Diversas
Medidas de volatilidade cambial	Economia monetária e internacional	BCB, BM&F
<b>Informativos decenais</b>		
Índice geral de preços mercado - IGP M	Inflação	FGV
<b>Informativos semanais</b>		
Índice de preços ao consumidor semanal - IPC S	Inflação	FGV
Índice de preços ao consumidor Fipe - IPC Fipe	Inflação	Fipe
Expectativas de mercado	Economia brasileira	BCB
Fluxo cambial	Economia monetária e internacional	BCB
Indicadores de conjuntura	Economia brasileira	Diversas
Monitoramento da crise	Economia monetária e internacional	Diversas

*B - Produção de estudos macroeconômicos*

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Nota sobre a volatilidade do câmbio em 2008 e 2009.
- Nota sobre a definição da meta para a inflação para 2011.
- Capítulo sobre Macroeconomia no Balanço Geral da União.

*C - Produção de cenários macroeconômicos*

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da inflação e das contas externas através do uso de hipóteses claras e das técnicas econométricas mais apropriadas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Cenário para inflação em 2009 e 2010.
- Cenário para o Balanço de Pagamentos para o período 2009-2010.

*D - Curso de Formação do servidores da carreira de Analista de Finanças e Controle*

Objetivo geral: ensino em curso de formação.

Objetivo específico: elaboração de apostila e apresentação sobre Inflação e Setor Externo.

Beneficiários: ESAF

Resultados alcançados: apostila realizada e apresentada em aula

*E – Desenvolvimento do Projeto Data Warehouse*

Objetivo geral: prover maior rapidez e flexibilidade na construção da análise macroeconômica.

Objetivo específico: desenvolvimento em parceria com o SERPRO de um sistema na tecnologia DW contendo as principais bases de dados macroeconômicos para que os formuladores de política possam criar análises personalizadas e de forma ágil.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: protótipo para o DW de preços.

#### **1.4.8 - Coordenação-Geral de Políticas Sociais**

(Coordenador-Geral responsável: Arnaldo Barbosa de Lima Junior)

##### *A - Elaboração da Grade de Parâmetros*

Objetivo geral: Elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais: População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, População não Economicamente Ativa, População Ocupada, População Ocupada Com Carteira, População Desocupada, Taxa de Atividade, Taxa de Desocupação e Taxa de Formalização.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: Elaboração de 12 demonstrativos.

- Atualização mensal das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.
- Aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos

##### *B - Revisão do Anexo da Portaria nº 379 de 13 de novembro de 2006.*

Objetivo geral: Atender ao artigo 165, §6º da Constituição Federal, no que se refere aos benefícios financeiros e creditícios, e o item 9.1 do Acórdão TCU nº 1.718/2005.

Objetivos específicos: Atualizar os programas do Governo que envolvem subsídios ou subvenções econômicas da União e estabelecer a metodologia a ser utilizada no cálculos desses.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: Publicação da Portaria nº 130 de 10 de março de 2009.

##### *C - Elaboração de Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios da União*

Objetivo geral: Elaborar os demonstrativos de que tratam o artigo 165, §6º da Constituição Federal, no que se refere aos benefícios financeiros e creditícios, e o item 9.1 do Acórdão TCU nº 1.718/2005.

Objetivos específicos: Calcular os subsídios encontrados na Portaria nº 130 de 10 de março de 2009 do Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Tribunal de Contas da União.

Resultados alcançados: Elaboração de 1 demonstrativo

*D - Avaliação do Programa de Financiamento Estudantil - FIES*

Objetivo geral: Avaliar a efetividade dos recursos aplicados no âmbito dos programas públicos associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União, segundo o Acórdão nº 1.718/2005.

Objetivos específicos: Verificar se o impacto do diferencial educacional no diferencial salarial dos estudantes do FIES contribui para a elevação da remuneração dos trabalhadores e corroborar o resultado com modelo econométrico utilizando o método painéis.

Beneficiários: Tribunal de Contas da União.

Resultados alcançados: Elaboração de 1 análise preliminar.

*E - Apuração do Resultado Fiscal dos Fundos Constitucionais de Financiamento*

Objetivo geral: Estimar o Resultado Fiscal dos Fundos Constitucionais de Financiamento, participando na elaboração do relatório de acompanhamento do Resultado Primário do Governo Central, em cumprimento à determinação legal.

Objetivos específicos: Consolidar as estatísticas fiscais, mediante a agregação dos dados dos balanços dos Fundos Constitucionais de Financiamento: FNE, FCO e FNO.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Banco Central do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretário de Política Econômica.

Resultados alcançados: Elaboração de 12 demonstrativos.

*F - Elaboração de Estudos Internos Diversos*

Objetivo geral: Avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento de políticas sociais, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica e o crescimento de longo prazo.

Objetivos específicos: Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas voltadas para aceleração do crescimento, promoção de inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: Elaboração de 9 estudos/notas informativas.

- Simulações de Impacto Fiscal da Intervenção Governamental no Mercado de Trabalho;

- Fundo Brasil de Cidadania e Fundo Social;
- Modelo de Formalização;
- Modelo de Rendimento;
- Modelo de Desemprego;
- Bolsa Família;
- Cenário para 2009 do Seguro-Desemprego;
- Massa Salarial Ampliada;
- Acórdão TCU 1690 – PAC (anexo específico).

#### *G – Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico*

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.

Objetivos específicos: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

#### Resultados alcançados:

- Políticas sociais subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- Produção de 56 informativos e 48 indicadores econômicos.
- Participação na elaboração de 50 relatórios de monitoramento da crise, 2 revistas impressas, 2 cadernos de “Economia Brasileira em Perspectiva” e apresentações do Ministro da Fazenda e do Secretário de Política Econômica.

#### *H – Elaboração do Anuário Estatístico*

Objetivo geral: Proceder ao levantamento dos principais dados do mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Consolidar as estatísticas do mercado de trabalho.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos.

Resultados alcançados: Publicação do Anuário no site da SPE.

#### *I – Participação na Elaboração do Projeto de Lei de Criação do Fundo Social*

Objetivo geral: Preservar os recursos advindos da exploração e produção do petróleo.

Objetivos específicos: a) oferecer fonte regular de recursos para projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e

da sustentabilidade ambiental; b) controlar o impacto cambial das operações relativas ao setor petrolífero; e c) evitar os efeitos inflacionários decorrentes do excesso de recursos disponíveis sobre a capacidade de investimento e de produção da economia em determinado período.

Beneficiários: Sociedade Civil.

Resultados alcançados: Envio do Projeto de Lei nº 5.940/2009 para o Congresso Nacional.

#### *J - Elaboração de Pareces Diversos*

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar as proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com a política macroeconômica.

Objetivos específicos: Apreciar, sob a ótica da eficiência econômica, proposições legislativas, emitindo pareceres técnicos quando solicitados pela Assessoria do Ministro de Estado da Fazenda.

Beneficiários: Parlamentares e Comissões Temáticas do Congresso Nacional.

Resultados alcançados: Expedição de 27 pareceres técnicos.

- Parecer nº 09/SPE-MF de 22 de janeiro de 2009  
Assunto: proposta de revitalização do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.
- Parecer nº 11/SPE-MF de 02 de fevereiro de 2009  
Assunto: proposta de concessão de salário-maternidade à segurada desempregada.
- Parecer nº 12/SPE-MF de 02 de fevereiro de 2009  
Assunto: proposta de concessão de benefício de seguro-desemprego durante o período de defeso ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal.
- Parecer nº 13/SPE-MF de 02 de fevereiro de 2009  
Assunto: proposta de concessão de aposentadoria especial ao segurado que tiver trabalhado em atividade penosa, insalubre ou perigoso, que coloque em risco a saúde e a integridade física.
- Parecer nº 17/SPE-MF de 05 de fevereiro de 2009  
Assunto: proposta para transformar a autarquia Caixa de Casas para o pessoal da Marinha – CCCPM em empresa pública.
- Parecer nº 52/SPE-MF de 12 de março de 2009  
Assunto: emendas à Medida Provisória que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.
- Parecer nº 74/SPE-MF de 09 de abril de 2009  
Assunto: proposta de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.
- Parecer nº 108/SPE-MF de 13 de maio de 2009  
Assunto: proposta de impor ao Banco do Brasil a emissão, de no mínimo uma vez ao ano, dos demonstrativos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.

- Parecer nº 110/SPE-MF de 13 de maio de 2009  
Assunto: proposta da extensão dos direitos previstos para todos os trabalhadores urbanos e rurais aos empregados domésticos.
- Parecer nº 113/SPE-MF de 13 de maio de 2009  
Assunto: proposta de ampliação do período máximo de duração do seguro-desemprego de seis a dez meses, de forma continuada ou alternada, a cada período letivo.
- Parecer nº 114/SPE-MF de 13 de maio de 2009  
Assunto: proposta de criação do Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.
- Parecer nº 115/SPE-MF de 13 de maio de 2009  
Assunto: proposta sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a regulação dos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.
- Parecer nº 139/SPE-MF de 10 de junho de 2009  
Assunto: proposta da criação do Auxílio de Avaliação Educacional – AAE e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera.
- Parecer nº 186/SPE-MF de 23 de julho de 2009  
Assunto: proposta de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENATur) e do Serviço Social do Turismo (SESTur).
- Parecer nº 200/SPE-MF de 17 de agosto de 2009  
Assunto: proposta de definir as atividades de movimentação de mercadorias em geral como aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais, sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução de atividades.
- Parecer nº 202/SPE-MF de 20 de agosto de 2009  
Assunto: proposta de condições de anistia.
- Parecer nº 203/SPE-MF de 20 de agosto de 2009  
Assunto: PEC 310, que inclui os fundos destinados a promover a inovação tecnológica dentre os entes passíveis de terem parte da receita dos Estados e do distrito Federal.
- Parecer nº 204/SPE-MF de 20 de agosto de 2009  
Assunto: proposta de modificação do *caput* do art. 1º da lei Complementar nº111, para incluir políticas de superação das desigualdades raciais no rol de financiamentos realizados pelo Fundo de Erradicação da pobreza.
- Parecer nº 205/SPE-MF de 20 de agosto de 2009  
Assunto: proposta de criação do Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica.
- Parecer nº 217/SPE-MF de 31 de agosto de 2009  
Assunto: proposta de modificação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica.
- Parecer nº 259/SPE-MF de 14 de outubro de 2009  
Assunto: proposta de refinanciamento de saldos devedores de contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.
- Parecer nº 260/SPE-MF de 14 de outubro de 2009  
Assunto: proposta de refinanciamento de saldos devedores de contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.



- Parecer nº 268/SPE-MF de 27 de outubro de 2009  
Assunto: proposta de emendas ao Projeto de Lei que cria o Fundo Social.
- Parecer nº 294/SPE-MF de 17 de novembro de 2009  
Assunto: proposta sobre a concessão de certificação às entidades beneficentes de assistência social e de sua isenção nas contribuições para a seguridade social.
- Parecer nº 318/SPE-MF de 27 de novembro de 2009  
Assunto: proposta de Substitutivo ao PL que cria o Fundo Social.
- Parecer nº 350/SPE-MF de 31 de dezembro de 2009  
Assunto: proposta de alteração da Lei nº10.260, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.
- Parecer nº 351/SPE-MF de 31 de dezembro de 2009  
Assunto: proposta de alteração da Lei nº10.260, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

**1.4.9 - Coordenação-Geral de Política Agrícola e Coordenação-Geral de Crédito Agrícola**  
(Coordenadores-Gerais responsáveis: Aloísio Lopes Pereira de Melo e Monica Avelar)

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
4	28.01	3.677	29.01	Prorrogação do pagamento de parcelas do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.	Manter em situação de normalidade os financiamentos obtidos no âmbito do Programa da Lavoura Cacaueira Baiana para que fossem renegociados nas condições estabelecidas no art. 7º da Lei nº 11.775, de 17.9.2008, que ainda se encontravam na dependência de ajustes nos contratos a serem firmados entre a União, o Estado da Bahia, a Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e os agentes financeiros operadores.
5	28.01	3.679	29.01	Regulamentação de artigos da Lei 11.775, de 17.9.2008 - Novos prazos para cumprimento de condições de adimplemento – Revogação da Resolução 3.580, de 2008	Dilatação de prazos para o cumprimento das condições previstas nos artigos da Lei nº 11.775, de 2008, que tratam das operações de crédito fundiário ao amparo de Fundo de Terras e Reforma Agrária.
6	28.01	Portarias MAPA 101 e 103	16.02	Preços mínimos para a uva industrial, safra 2008/2009, e ajustes nas condições operacionais dos produtos extrativos.	Sinalizar, ao setor vinicultor, a necessidade de ajustar a produção ao consumo, por meio da manutenção do preço mínimo da uva; ampliação do apoio governamental aos produtos pó cerífero de carnaúba e borracha natural extrativa por meio de sua inclusão nas AGF.

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
7	28.01	3.680	29.01	Amplia o limite de operação de Empréstimo do Governo Federal (EGF) e da Linha Especial de Crédito (LEC) para leite.	Atender à demanda dos produtores rurais por crédito adicional para estocagem por meio da elevação dos limites para EGF e LEC.
8	28.01	3.682	29.01	Medidas de apoio à produção e à comercialização de café.	Prorrogar os prazos de vencimento das operações de estocagem, custeio e colheita de café, com vistas a apoiar a produção e comercialização de café e preservar a capacidade creditícia dos cafeicultores.
9	28.01	3.676	29.01	Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Ampliar os prazos de renegociação a fim de não comprometer todo o processo de renegociação de dívidas rurais no âmbito da Lei nº 11.775/2008.
10	28.01	3.678	29.01	Elevar o volume de recursos para o Prodecoop e o limite permitido para capital de giro no âmbito deste programa. Amplia o limite individual do Moderagro em Santa Catarina.	Elevar o apoio creditício oficial às cooperativas de produção agropecuária por meio da ampliação dos limites de financiamento e do volume de recursos do Prodecoop; apoiar à retomada das atividades dos produtores rurais de SC atingidos por fenômenos climáticos por meio da elevação do limite individual do Moderagro.
14	18.02	3.685	19.02	Promove ajustes nas normas do Pronaf - Linha Especial de Crédito Pronaf Mais Alimentos.	Aperfeiçoar o foco do programa por meio da adequação do porte dos itens financiáveis.
15	18.02	3.687	19.02	Elevar o limite de financiamento para despesas de custeio da avicultura de corte e da suinocultura exploradas sob regime de parceria e autoriza a concessão de créditos para a retenção de matrizes suínas.	Elevar a disponibilidade de recursos creditícios para avicultura de corte e suinocultura exploradas em regime de parceria, por meio da ampliação dos limites de financiamento de custeio com recursos obrigatórios; apoiar a suinocultura por meio de financiamento para retenção de matrizes.

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
29	25.03	3.702	26.03	Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Aperfeiçoar as medidas contidas na Lei 11.775/2008 por meio da ampliação dos prazos de renegociação e pagamento.
30	25.03	Portaria MAPA 324	08.05	Preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2009.	Reajustar os preços mínimos, tendo em vista que é um importante instrumento de política pública para estimular o aumento da produção e incentivar a colheita do produto com qualidade compatível com a necessidade dos consumidores.
31	25.03	3.701	26.03	Consolida as normas sobre a linha especial de crédito para pagamento de até 40% do valor de prestações de operações dos programas de investimento agropecuário no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de que trata a Resolução nº 3.639, de 2008, e autoriza a inclusão da poupança rural como fonte suplementar de recursos.	Aperfeiçoar a operacionalização da linha de crédito especial criada pela Resolução CMN 3.637/2008, por meio da ampliação da fonte de recursos para a linha, que passou a contar com recursos da Poupança Rural captados pelo BB e pelas demais instituições financeiras autorizadas a efetuar essa modalidade de captação.
32	25.03	3.703	26.03	Altera normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Ampliar e melhorar a cobertura do Pronaf, por meio de: I) aplicação de rebate sobre a renda bruta de vários produtos antes não contemplados com tal benefício; II) elevação dos limites de crédito para agroindústrias familiares; III) elevação do limite para financiamento da integralização de cotas-partes de cooperativas;
33	25.03	3.699	26.03	Dispõe sobre Financiamento para Aquisição de Café (FAC) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Atender à demanda adicional por crédito para aquisição de café por meio da elevação do limite de crédito da linha FAC, lastreada no Funcafé.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
34	25.03	3.700	26.03	Dispõe sobre limite de crédito nas operações de custeio para lavoura de trigo.	Ampliar o apoio financeiro oficial ao produtores rurais, por meio da elevação do limite de crédito de custeio para trigo.
41	16.04	3.712	16.04	Altera os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Aperfeiçoar as medidas contidas na Lei 11.775/2008 por meio da ampliação dos prazos de renegociação e pagamento.
42	16.04	3.708	16.04	Programa de financiamento para estocagem de álcool etílico combustível com garantia em produto.	Estabilizar os preços e a oferta de álcool etílico combustível mediante abertura de linha de crédito para estocagem do produto.
43	16.04	3.711	16.04	Dispõe sobre contrato de opção de venda como instrumento de política agrícola.	Aperfeiçoar a definição e a metodologia de cálculo do preço de exercício para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda.
44	16.04	3.713	16.04	Eleva o volume de recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e altera as condições para contratação de crédito para capital de giro ao amparo deste programa. Eleva o volume de recursos no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), para aplicação junto a produtores beneficiários do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). Autoriza concessão de Linha Especial de Crédito (LEC) destinada à avicultura de corte e suinocultura em regime de parceria.	Reforçar o capital de giro das cooperativas agropecuárias por meio de elevação do limite de crédito do Prodecoop e da disponibilização de mais recursos para a linha; atendimento a demanda adicional por crédito para investimento por meio da elevação do volume de recursos do Moderagro destinados a beneficiários enquadrados no Proger Rural; elevação do volume de crédito disponível para as atividades de avicultura de corte e suinocultura exploradas sob regime de parceria mediante concessão de empréstimos amparados na LEC.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
45	16.04	3.714	16.04	Institui linha de crédito ao amparo de recursos do BNDES, para financiamento de capital de giro a agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e a cooperativas agropecuárias.	Elevar o apoio creditício oficial à cadeia produtiva do setor agropecuário por meio da criação de linha de crédito ao amparo de recursos do BNDES, para financiamento de capital de giro.
54	27.04	Portaria MAPA 339	14.05	Dispõe sobre os preços mínimos para cafés arábica e robusta da safra 2008/2009.	Reajustar os preços mínimos do café de forma a ajustá-los com a evolução dos custos dos principais fatores de produção da atividade, em especial com os dispêndios em mão-de-obra e insumos, que são da maior importância na cafeicultura.
55	27.04	3.720	30.04	Estende o período de contratação de operações ao amparo da linha de crédito destinada ao financiamento de lavouras cafeeiras atingidas por chuva de granizo e concede novo prazo de contratação da Linha Especial de Crédito para financiamento da aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR).	Apoiar financeiramente a recuperação de lavouras cafeeiras atingidas por chuvas de granizo mediante dilatação do prazo para contratação da linha de crédito instituída pela Resolução CMN 3.640/2008; apoiar financeiramente a cafeicultura mediante dilatação do prazo para contratação de financiamento para liquidação de dívidas vinculadas a CPR, autorizado pela Resolução CMN 3.643/2008.
60	15.05	3.724	15.05	Prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf em regiões atingidas por enchentes ou por estiagem - Linha Emergencial de Crédito para financiamento de atividade dos agricultores familiares.	Mitigar os impactos financeiros resultantes das enchentes que atingiram estados do Norte-Nordeste e da estiagem que atingiu estados do Sul-Sudeste desde o final de 2008, mediante prorrogação do vencimento de prestações e renegociação de operações de crédito rural e criação de Linha Emergencial de Crédito, destinada a unidades familiares enquadradas no Pronaf que tenham sido atingidas por enchentes ou estiagens.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
61	15.05	3.725	15.05	Altera as condições estabelecidas pela Resolução nº 3.714, de 16 de abril de 2009, com vistas a permitir a transferência de recursos para os bancos públicos federais.	Tornar mais ágil a aplicação dos recursos destinados à linha de crédito instituída pela Resolução CMN 3.714/2009, por meio da transferência de recursos do BNDES para outros bancos oficiais.
67	28.05	3.730	28.05	Autoriza a prorrogação de parcelas de operações de custeio e investimento e a concessão de linha emergencial de crédito a produtores rurais com atividades financiadas atingidas pela estiagem, nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, e pelas enchentes nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.	Mitigar os impactos financeiros resultantes das enchentes que atingiram estados do Norte-Nordeste e da estiagem que atingiu o MT e estados do Sul-Sudeste desde o final de 2008, mediante prorrogação do vencimento de prestações e renegociação de operações de crédito rural e criação de Linha Emergencial de Crédito, amparada na fonte MCR 6-2, destinada a unidades produtivas que tenham sido atingidas por enchentes ou estiagens.
69	16.06	3.734	17.06	Crédito Rural - PRONAF - Autoriza prorrogação de parcelas para agricultores atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008.	Mitigar os impactos financeiros resultantes dos excessos de chuvas que atingiram Santa Catarina em 2008, mediante prorrogação do vencimento de prestações de créditos amparados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.
70	16.06	Portaria MAPA 507	10.07	Crédito Rural - Preços mínimos a partir das safras de verão e de produtos regionais 2009/2010 e das regiões Norte e Nordeste 2010.	Sinalizar preços de diversos produtos mediante ajustes nos preços mínimos oficiais para a safra 2009/2010.
71	16.06	Portaria MAPA 543	27.07	Crédito Rural - Preços mínimos para os produtos extrativos a partir da safra 2009/2010.	Sinalizar preços de produtos extrativos mediante manutenção nos preços mínimos oficiais para a safra 2009/2010.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
72	16.06	3.739	22.06	Crédito Rural: Institui no âmbito do BNDES o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).	promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira mediante integralização de quotas-partes do capital social, repasse para saneamento financeiro, capital de giro e investimento.
73	16.06	3.738	22.06	CRÉDITO RURAL - Ajustes nas normas de financiamento com recursos controlados e livres do crédito rural a partir da safra 2009/2010.	Ajustar as normas de financiamento do crédito de forma a propiciar melhores condições para o desenvolvimento do setor agropecuário e de estimular os produtores rurais na safra 2009/2010, de maneira a possibilitar-lhes condições mais favoráveis a produção e comercialização de seus produtos.
74	16.6.2009	3.737	22.06	CRÉDITO RURAL - Ajustes no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).	Aperfeiçoar as normas de crédito rural concernentes a financiamentos do Proger Rural, mediante ajustes nas condições de enquadramento no programa e nos limites e prazos de financiamento.
75	16.06	3.740	22.06	CRÉDITO RURAL - Ajustes nas normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do BNDES.	Aperfeiçoar as normas de crédito rural concernentes a financiamentos com recursos do BNDES, com vistas a modernização e aprimoramento do setor agropecuário.
76	16.06	3.731	17.06	CRÉDITO RURAL - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Ajustes nas normas a serem aplicadas a partir da Safra 2009/2010.	Alteração das disposições estabelecidas no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural, para financiamentos no âmbito do Pronaf, com vistas ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010.



RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
77	16.06	3.732	17.06	CREDITO RURAL - Dispõe sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em regiões atingidas por enchentes ou por seca e sobre a Linha Emergencial de Crédito para financiamento de atividades dos agricultores familiares atingidas por enchentes ou por seca.	Mitigar os impactos financeiros resultantes das enchentes que atingiram estados do Norte-Nordeste e da estiagem que atingiu estados do Sul-Sudeste desde o final de 2008, mediante concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de crédito rural e ampliação do limite financiável da Linha Emergencial de Crédito instituída pela Resolução CMN 3.724/2009.
78	16.06	3.741	22.06	Dispõe sobre redução da taxa de juros nas linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Reduzir a taxa de juros das linhas de crédito operacionalizadas com recursos do Funcafé, de forma a adequá-la ao cenário de taxas de juros, especialmente a redução da Selic, para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2009.
79	16.06	3.735	17.06	CREDITO RURAL - Dispõe sobre ajustes nas condições básicas do crédito rural referentes à documentação comprobatória da regularidade ambiental.	Reduzir o desmatamento no Bioma Amazônia mediante manutenção, para a safra 2009/2010, da exigência de documentação comprobatória da regularidade ambiental dos empreendimentos rurais a serem financiados com recursos do Crédito Rural.
80	16.06	3.733	17.06	Crédito Rural - Autoriza a prorrogação e a renegociação de parcelas de financiamentos de custeio e de investimento para produtores rurais atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008.	Apoiar financeiramente a recuperação dos empreendimentos rurais, localizados em SC, atingidos por excesso de chuvas em 2008, mediante prorrogação e renegociação de prestações de financiamentos.

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
81	16.06	3.736	17.06	CREDITO RURAL - Autoriza a prorrogação de parcelas de operações de custeio e investimento e a concessão de linha emergencial de crédito a produtores rurais com atividades financiadas atingidas pela estiagem nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, e pelas enchentes nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.	Aperfeiçoar e ampliar o alcance das medidas contidas na Resolução CMN 3.730/2009.
82	18.06	Portaria MAPA 460 (revoga a Portaria MAPA 339/2009)	19.06	CRÉDITO RURAL - Ajuste na descrição técnica do café arábica da safra 2008/2009 utilizado para a garantia do preço mínimo.	Ajustar a descrição do produto cujo preço mínimo, objeto do Voto CMN nº 054, de 27.4.2009, foi determinado pela Portaria MAPA nº 339/2009, para adequá-lo à condições normais de mercado.
83	23.06	3.742	23.06	CRÉDITO RURAL - Revoga o art. 10 da Resolução nº 3.731, de 17 de junho de 2009.	Aperfeiçoar os dispositivos de renegociação de dívidas rurais instituídos pela Lei 11.775/2008, mediante revogação do art. 10 da Resolução CMN 3.731/2009.
97	30.06	3.755	30.06	Dispõe sobre as linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Adequar o custo financeiro das operações do Funcafé destinadas à recuperação de lavouras afetadas por granizo, mediante redução da taxa de juros; aperfeiçoamento das normas relativas às operações de dação em pagamento.

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
98	30.06	3.754	30.6.2009	CRÉDITO RURAL - Estabelece prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Obter, no âmbito do Pronaf, maior número de adesões ao processo de renegociação instituído pela Lei 11.775/2008, mediante dilatação dos prazos para adesão, renegociação, pagamento e formalização.
106	28.07	3.763	29.07	Altera dispositivos da Resolução nº 3.739, de 22 de junho de 2009, que instituiu o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).	Estender o alcance das medidas previstas na Resolução CMN 3.739/2009, mediante inclusão das cooperativas centrais no conjunto de beneficiários do Procap-Agro.
107	28.07	3.764	29.07	Dispõe sobre a Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização de maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá e abacaxi da safra 2009/2010.	Incentivar a produção de maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá e abacaxi mediante concessão de apoio creditício oficial sob a forma de Linha Especial de Crédito (LEC) com recursos do MCR 6-2.
108	28.07	3.765	29.07	Altera os prazos e condições de acesso à linha de crédito de refinanciamento de dívidas de cooperados, de que trata o art. 57 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Tornar mais ágil a contratação de operações de refinanciamento de créditos amparados no Pronaf, contraídos por produtores rurais junto a cooperativas, por meio de dilatação do prazo para contratação da linha de crédito.
109	28.07	3.766	29.07	Dispõe sobre a concessão de prazo adicional para reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública nas regiões atingidas por enchentes ou por seca.	Aperfeiçoar os dispositivos instituídos pelas Resoluções CMN 3.732, de 17.6.2009, e 3.736, de 17.6.2009, mediante prorrogação do prazo para reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública nas regiões atingidas por enchentes ou por seca.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
110	28.07	3.769	29.07	Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF.	Ajustar as normas do PGPAF, aprovadas pelo Comitê gestor do PGPAF, de forma a assegurar remuneração aos agricultores familiares por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito para a Safra 2009/2010.
111	28.07	3.767	29.07	Dispõe sobre a forma de definição da taxa efetiva de juros das operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Tornar viável a contratação de operações de investimento do Pronaf na safra 2009/2010, mediante ajuste na regra de definição de encargos financeiros da linha de crédito.
119	25.08	3.772	26.08	Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES.	Agilizar o processo de renegociação de dívidas e reduzir os impactos financeiros das renegociações nas contas públicas com a inclusão de operações de investimento rural contratadas no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES entre aquelas com a possibilidade de serem prorrogadas pelas instituições financeiras.
120	25.08	3.773	26.08	Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de investimento rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Agilizar o processo de renegociação de dívidas e reduzir os impactos financeiros das renegociações nas contas públicas com a inclusão de operações de investimento rural contratadas no âmbito do Pronaf entre aquelas com a possibilidade de serem prorrogadas pelas instituições financeiras.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
121	25.08	3.774	26.08	Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de custeio, de tratos culturais e de colheita contratadas no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Agilizar o processo de prorrogações de dívidas rurais e reduzir os impactos financeiros das renegociações nas contas públicas incluindo as operações de crédito de custeio, de tratos culturais e de colheita contratadas com recursos repassados pelo Funcafé entre aquelas sujeitas à prorrogação.
122	25.08	3.775	26.08	Dispõe sobre o bônus de adimplência nas operações de crédito de investimento Grupo "C" do Pronaf.	Incentivar a adimplência dos mutuários do Pronaf, enquadrados no Grupo "C", por meio da concessão de bônus de adimplência, de acordo com as condições previstas na resolução nº 3.775, de 2007, objeto deste Voto.
123	25.08	3.776	26.08	Dispõe sobre a linha de crédito para financiamento de capital de giro às agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Ajustar as condições operacionais da linha de crédito instituída pela Resolução CMN 3.725/2009.
129	15.09	3.782	16.09	CRÉDITO RURAL - Prorroga o prazo para pagamento de parcelas de operações de crédito no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.	Adequar os prazos previstos na Lei nº 11.775/2008, alterada pela Lei nº 11.922, de 13.4.2009, para operacionalização do processo de regularização das operações e financiamentos no âmbito do Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana,

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
130	15.09	3.783	16.09	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) - Linha especial de financiamento destinada a cafeicultores.	Instituir linha especial de crédito com recursos do Funcafé destinada a cafeicultores, por intermédio de suas cooperativas de crédito, para liquidação de operações efetuadas por cafeicultores e cujos recursos tenham sido utilizados na produção de café.
131	15.09	3.784	16.09	Dispõe sobre linhas de crédito de comercialização operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé.	Definir que a base de cálculo para Estocagem e Financiamento para Aquisição de Café (FAC), considere, sempre, valor nunca inferior ao definido como o preço mínimo do produto à época da contratação do financiamento e que as operações contratadas até 30 de junho de 2009, passem a ser remuneradas pela taxa efetiva de juros de 6,75% a.a., alinhando-se às demais operações de igual base regular.
132	15.09	3.785	16.09	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA (FUNCAFÉ) - Medidas de apoio à produção e à comercialização de café.	Preservar a capacidade financeira do setor cafeicultor mediante prorrogação do prazo de vencimento das dívidas amparadas no Funcafé.
139	23.09	3.791	24.09	CRÉDITO RURAL - Ajustes nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Ajustes nas normas do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).	Aperfeiçoar as normas de crédito rural concernentes a financiamentos com recursos do Pronaf e do Proger Rural.
140	23.09	3.788	24.09	Dispõe sobre Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização de produtos agropecuários.	Incentivar a produção de suínos, laranja, mel, lã ovina, leite de ovelha e leite de cabra mediante concessão de apoio creditício oficial sob a forma de Linha Especial de Crédito (LEC) com recursos do MCR 6-2.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
146	15.10	3.795	15.10	CRÉDITO RURAL - Estabelece novas condições para as dívidas operacionais de investimento e custeio contratadas com fruticultores com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na área de atuação da SUDENE.	Preservar a capacidade financeira da fruticultura irrigada na área de atuação da SUDENE mediante renegociação das dívidas de investimento e custeio amparadas no FNE.
147	15.10	3.799	16.10	CREDITO RURAL - Estabelece os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 18 e 29 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Obter maior número de adesões ao processo de renegociação instituído pela Lei 11.775/2008, mediante dilatação dos prazos para adesão, renegociação, pagamento e formalização.
148	15.10	3.796	15.10	CRÉDITO RURAL - Consolidação dos prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Obter maior número de adesões ao processo de renegociação instituído pela Lei 11.775/2008, mediante dilatação dos prazos para adesão, renegociação, pagamento e formalização.
149	15.10	3.797	15.10	CRÉDITO RURAL - Ajustes nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Altera as condições de acesso à linha de crédito de refinanciamento de dívidas de cooperados, de que trata o art. 57 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Aperfeiçoar as normas operacionais do Pronaf; facilitação do acesso dos cooperados à linha de crédito para refinanciamento de dívidas rurais contraídas junto a cooperativas, mediante concessão de novos prazos para contratação e ajustes no fluxo operacional.
150	15.10	3.798	15.10	CRÉDITO RURAL - Medida emergencial para agricultores atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008 e 2009.	Mitigar os impactos financeiros resultantes do excesso de chuvas que atingiu Santa Catarina em 2008 e 2009 mediante concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de crédito rural e ampliação público-alvo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Reconstrução e Revitalização.

<b>RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009</b>					
<b>VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL</b>					
<b>Voto</b>		<b>Resolução</b>		<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>		
152	15.10	3.800	19.10	Dispõe sobre a linha de crédito para financiamento da aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Aperfeiçoar os normativos referentes à linha de crédito para liquidação de dívidas vinculadas a CPR com recursos do Funcafé.
155	23.10	3.803	28.10	Dispõe sobre condições para o financiamento da produção ou industrialização de cana-de-açúcar.	Estímulo à produção sustentável de cana-de-açúcar mediante estabelecimento de condições (zoneamento agroecológico) para concessão de crédito rural a produtores e beneficiadores do produto
156	23.10	3.805	28.10	CRÉDITO RURAL - Dispõe sobre linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Apoiar à formação de preços e à manutenção de renda do setor cafeeiro mediante ajustes nas normas relativas às operações do Funcafé.
157	23.10	3.806	28.10	Renegociação e individualização de operações ao amparo de Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Obter maior número de adesões, no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ao processo de renegociação instituído pela Lei 11.775/2008, mediante dilatação dos prazos para adesão, renegociação, pagamento e formalização.
158	23.10	3.807	28.10	Autoriza o financiamento de investimento na cultura do dendê ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Estimular a produção de dendê mediante inclusão do produto no rol de culturas financiáveis pelas linhas de investimento do Pronaf.
159	23.10	3.808	28.10	CRÉDITO RURAL - Dispõe sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio agropecuário no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Mitigar os impactos financeiros resultantes das enchentes que atingiram estados do Norte-Nordeste e da estiagem que atingiu estados do Sul-Sudeste e o MS desde o final de 2008, mediante concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de Pronaf.



RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
167	23.10	3.804	28.10	Dispõe sobre condições para o financiamento, às agroindústrias, da produção ou industrialização de cana-de-açúcar.	Estimular a produção sustentável de cana-de-açúcar mediante estabelecimento de condições (zoneamento agroecológico) para concessão de crédito rural a produtores e beneficiadores do produto
170	25.11	3.812	26.11	CRÉDITO RURAL - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Estabelece em 3 (três) anos o prazo para reembolso de operações de custeio de açafraão e palmeira real (palmito) - Inclui erva-mate, caminhões e caminhonetes entre os itens financiáveis da linha de crédito Pronaf Mais Alimentos.	Aperfeiçoar as normas de crédito rural concernentes a financiamentos com recursos do Pronaf.
171	25.11	3.814	26.11	Condiciona o crédito agroindustrial para expansão da produção e industrialização da cana-de-açúcar ao Zoneamento Agroecológico e veda o financiamento da expansão do plantio nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.	Editar novo normativo de forma dirimir dúvidas apresentadas pelos agentes financeiros dando maior clareza as condições previstas para concessão de crédito rural a produtores e beneficiadores de cana-de-açúcar.
172	25.11	3.813	26.11	Condiciona o crédito rural para expansão da produção e industrialização da cana-de-açúcar ao Zoneamento Agroecológico e veda o financiamento da expansão do plantio nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.	Editar novo normativo de forma a dirimir dúvidas apresentadas pelos agentes financeiros dando maior clareza as condições previstas para concessão de crédito rural a produtores e beneficiadores de cana-de-açúcar.

RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2009					
VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
173	25.11	3.815	26.11	CRÉDITO RURAL - Concede novos prazos para a renegociação de operações de investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que tratam os arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei nº 11.775, de 2008.	Obter maior número de adesões, no âmbito do Pronaf, ao processo de renegociação instituído pela Lei 11.775/2008, mediante dilatação dos prazos para renegociação de dívidas.
182	15.12	3.819	16.12	Consolida normas relativas à linha de crédito instituída ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada ao financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias e altera o prazo de contratação das operações enquadradas na referida linha.	Aperfeiçoar as normas referentes à linha de crédito instituída pela Resolução CMN 3.714/2009 mediante dilatação do prazo para contratação das operações amparadas na linha e consolidação dos normativos pertinentes.
185	15.12	3.821	16.12	CRÉDITO RURAL - Autoriza, excepcionalmente para a safra 2009/2010, exceder os limites de crédito, previstos no Manual de Crédito Rural, no caso de concessão de crédito suplementar ao valor do financiamento já concedido para custeio de empreendimentos em regiões atingidas por enchentes.	Apoiar financeiramente a recuperação dos empreendimentos rurais, localizados nas regiões Sul e Sudeste, atingidos por enchentes, mediante autorização para exceder os limites de crédito, previstos no Manual de Crédito Rural, no caso de concessão de crédito suplementar ao valor do financiamento já concedido para custeio.
186	15.12	3.822	16.12	Crédito Rural - Estende o prazo para contratação de financiamento para aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).	Dilatação do prazo para contratação de financiamento para liquidação de dívidas vinculadas a CPR, de modo a permitir que um número mais expressivo de cafeicultores possam se beneficiar do referido crédito.

<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
6	20.01	Projeto de Lei 4.171, de 2008, que dispõe sobre a liberação de garantias hipotecárias.	Parecer contrário, tendo em vista que tornar obrigatória a liberação parcial de garantias hipotecárias em operações de crédito rural afastaria o sistema financeiro tradicional da concessão do crédito rural.
8	21.01	Indicação 2.594, de 2008, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – PE, propondo medidas de apoio aos agricultores canavieiros de Pernambuco e do Nordeste.	Parecer contrário, tendo em vista que foram definidas outras medidas de apoio ao setor canavieiro do Nordeste.
47	09.03	Projeto de Lei Complementar nº 418/2008 - Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, que limita a aquisição e o arrendamento da propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira.(Dep. Antônio Carlos Mendes Thame).	Parecer contrário, pois além de o PLC apresentar algumas lagunas em relação à norma vigente, o próprio proponente pediu arquivamento, conforme o Memorando n.º 28/09 – COPER - requerimento nº 3.320/2008.
64	27.03	Proposta de Decreto de regulamentação do art. 50 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Parecer favorável, uma vez que a proposta visa dar apoio aos agricultores familiares, propiciando condições de recuperação de sua capacidade produtiva e renda, concedendo benefícios instituído na forma de bônus percentual para amortização ou liquidação de financiamentos, ao amparo do Pronaf, contraídos por agricultores que sofreram perdas na produção em função de fenômenos climáticos, epizootias ou doenças de plantas de difícil controle .

<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
66	02.04	Projeto de Lei Complementar nº 177/2004 – Dispõe sobre o Sistema de Crédito Cooperativo.	Parecer favorável, uma vez que a proposta de Decreto visa regulamentar e promover o sistema de crédito cooperativo conforme artigo 192 da CF/1988.
75	13.04	Projeto de Lei do Senado 201/2004 - Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra 2005.	Parecer contrário, já que o PLS 2004/00201 pretende regular matéria já disciplinada pela Lei nº 11.092, de 12.1.2005.
83	20.04	Proposta de Emenda à constituição Nº 331/2009 - Cria os Fundos Especiais de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.	Parecer contrário, já que os produtores rurais têm disponíveis diferentes ações e benefícios que garantem a segurança do cultivo e comercialização da produção, não sendo oportuna a criação de fundos municipais de apoio ao setor agrícola familiar.
84	20.04	Medida Provisória nº 449, de 2008 – Projeto de Lei de Conversão Nº 2/2009 (Altera Legislação tributária)	Parecer contrário. Foi manifestada posição contrária sobre as questões agrícolas dispostas nos artigos 14, 45 e 65 do PLV nº 2/2009, originário da MP nº 449/2008.
103	11.05	Proposta de decreto que altera os limites do Programa de Aquisição de Alimentos.	Parecer favorável, uma vez que a proposta visa adequar os valores limites do Programa à especificidades de cada modalidade, bem como possibilitar a recomposição de renda do agricultor familiar.
140	12.06	Projeto de Lei do Senado 110, de 2009 - Tratamento Tributário do Ato Cooperativo.	Parecer contrário, tendo em vista que o PLS 110/2009 amplia em demasia o conceito de ato cooperativo e seu respectivo tratamento tributário, acarretando vantagens desproporcionais às cooperativas frente aos demais agentes do sistema econômico.

PARECERES			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
141	12.06	Sanção do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2009 -Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, e altera dispositivos legais.	Parecer favorável à sanção presidencial, desde que seja vetado o artigo 7º desse normativo. A sugestão de veto se deve à inclusão de autorização da regularização de imóveis rurais para pessoa natural que exerça exploração indireta.
165	25.06	Proposta de Portaria Interministerial MAPA/MDA/MF - Disponibilizar venda em balcão de milho na Região Sul, ao preço mínimo vigente, visando atender demanda emergencial.	Parecer favorável, uma vez que a proposta visa a dar suporte à agricultura familiar na região Sul do país, atingida por estiagem e contribui para reduzir os impactos do evento climático sobre os custos e a rentabilidade das atividades da avicultura, suinocultura e bovinocultura, minimizando a retração da oferta e elevação de preços, além de dar destinação aos estoques públicos de milho.
180	09.07	Proposta de Portaria Interministerial MAPA/MDA/MF- venda de milho em balcão, ao preço mínimo vigente, visando a atender demanda emergencial na região Sul.	Parecer favorável, desde que sejam contempladas as sugestões apresentadas pela PGFN/MF.
185	21.07	Anteprojeto de lei instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, criando o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	Parecer favorável, uma vez que a proposta visa dar novo formato institucional para atuação do Governo Federal no apoio a prestação de serviços, em complemento à ação dos governos estaduais e municipais. Observando as alterações propostas por esta SPE.
187	23.07	Solicitação de adoção de medidas para beneficiar o setor da vitivinicultura no Estado do Rio Grande do Sul.	Parecer contrário, já que o Governo Federal adotou medidas de apoio a comercialização da uva para a safra 2009.

PARECERES			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
193	07.08	Minuta de Decreto que concede rebate sobre financiamentos de custeio, no âmbito do Pronaf, com vencimento em 2009.	Parecer favorável, uma vez que a proposta objetiva atender às necessidades dos pequenos produtores rurais atingidos por eventos climáticos, ressaltando que seja feito ajustes na redação e consulta à STN sobre o impacto financeiro-orçamentário da proposta.
215	27.08	Indicação nº 4.317, de 2009 - Revogar dispositivo da Resolução nº 3.224, de 29 de julho de 2004, do CMN, que trata do Proagro. Deputado Celso Maldaner	Parecer contrário. A demanda apresentada já se encontra regulada por meio da Resolução nº 3.478 do CMN, de 26 de julho de 2007.
218	01.09	Minuta de Projeto de Lei para institucionalizar a Política Nacional de Economia Solidária	Parecer contrário, pois existe a possibilidade da proposta, em sua forma atual, causar gestão temerária de recursos públicos.
222	02.09	Projeto de Lei nº 5.366/2009 - Dispõe sobre anistia de dívidas oriundas de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes de 2009.	Parecer contrário, pois o Governo Federal, por meio do CMN, editou as Resoluções nº 3.724/2009 e nº 3.732/2009, que promoveram a prorrogação de dívidas de agricultores atingidos pelas enchentes de 2009.
223	02.09	Projeto de Lei nº 5.364/2009- Dispõe sobre a anistia de dívidas oriundas de operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF nos estados atingidos pelas enchentes de 2009.	Parecer contrário, pois o Governo Federal, por meio do CMN editou as Resoluções nº 3.724/2009 e nº 3.732/2009, que promoveram a prorrogação de dívidas de agricultores atingidos pelas enchentes de 2009.

<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
224	03.09	Projeto de Lei nº 5.424, de 2009 - Conceder subvenção econômica ao produtor rural para o fomento e desenvolvimento sustentado da agricultura no País.	Parecer contrário, pois o PL propõe somente ao produtor rural a posse ou arrendamento da terra, beneficiando principalmente os grandes proprietários. Além disso, o governo não dispõe de meios para fiscalizar e avaliar a efetividade e os benefícios desse projeto.
232	11.09	Projeto de Lei que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e biocombustível, e estabelecer diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional de cana-de-açúcar.	Parecer favorável, pois o PL visa disciplinar a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, bem como a instalação de novas unidades agroindustriais voltadas a esses produtos.
234	16.09	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Pauta Nacional Acampamento Via Campesina – 2009.	Parecer contrário, pois as medidas solicitadas pelo movimento já foram criadas pelo Governo Federal, e estão em pleno funcionamento.
237	23.09	Ofício nº 297/2009-GP/GB/PR - Execuções de propriedades no estado de Alagoas.	Parecer contrário, o setor em comento encontra-se atendido em suas principais demandas, no que cabe à esfera do Governo Federal
238	23.09	Ofício nº 01258/2009, de 28.07.2009 - Fortalecimento do setor de cana-de-açúcar, por meio de criação de linha de crédito	Parecer contrário, o setor em comento encontra-se atendido em suas principais demandas, no que cabe à esfera do Governo Federal.

<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
255	13.10	Cadastro de empregadores – Trabalho Escravo.	Parecer favorável, uma vez que a medida visa garantir condições adequadas e dignas de trabalho nas atividades agropecuárias. Recomenda-se análise prévia da PGFN/MF para posterior envio de minuta de voto ao CMN com vistas a estabelecer condicionantes para o acesso ao crédito rural àqueles que constarem no cadastro.
264	19.10	Anteprojeto de lei sobre acesso a recursos genéticos de interesse para alimentação e agricultura, repartição de benefícios advindos da sua exploração econômica e regulamentação do Tratado de Fitogenéticos da FAO.	Parecer favorável, pois visa criar as bases para o incentivo à pesquisa da biodiversidade agrícola existente no território nacional, entre outros objetivos. Porém, é necessário que o anteprojeto de lei explicita a autorização para transferência direta de recursos aos agricultores e comunidades tradicionais e demonstre a previsão de valores da dotação orçamentária.
279	04.11	Substitutivo ao PL 18/2007 e seus apensos, instituindo a Política Nacional sobre Mudança de Clima.	Parecer favorável, pois dispõe sobre a obrigatoriedade de medidas pelo poder público visando à redução das emissões de gases de efeito estufa.
292	17.11	Substitutivo do Projeto de Lei nº 3.692/2008, que consolida a legislação brasileira relativa ao crédito rural e dá outras providências.	Parecer favorável, desde que sejam consideradas as propostas e questões sugeridas pela SPE, para que o PL mantenha seu objetivo e esteja de acordo com a legislação vigente.



<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
293	17.11	Projeto de Lei nº 5.770, de 2009 - Classifica como ato cooperativo as aplicações financeiras da cooperativa de crédito.	Parecer contrário, o amplia em demasia o conceito de ato cooperativo e seu respectivo tratamento tributário, acarretando vantagens desproporcionais às cooperativas de crédito frente aos demais agentes do sistema econômico.
305	23.11	Projeto de Lei nº 5.703, de 2009 - Prorrogação do pagamento das parcelas de 2009, referentes a dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Parecer contrário, o problema do endividamento rural tem sido enfrentado pelo Governo Federal, em articulação com o Legislativo, mediante adoção de medidas que permitam aos produtores rurais honrarem as suas obrigações em atraso e assim se habilitarem a novos créditos.
325	09.12	Análise do Substitutivo ao PL 5665/2009 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural para Agricultura Familiar e reforma Agrária - PNATER e cria o Programa nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	Parecer favorável, uma vez que o PL visa consolidar, por meio legal, as diretrizes e os objetivos da atuação do Governo federal no apoio à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, em complemento as ações dos governos estaduais e municipais, observando as alterações e ressalvas sugeridas por esta SPE.
329	10.12	Projeto de Lei do Senado nº 324/2009, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 - Estender o benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.	Parecer contrário. O Garantia Safra é um instrumento específico para as condições do semi-árido nordestino. As diferentes variações climáticas, as características de chuva e secas, a baixa densidade de estações meteorológicas são fatores impeditivos para a aplicação do programa à região Norte.

<b>PARECERES</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
337	16.12	Projeto de Lei nº 5.595, de 2009, que propõe alteração da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989 - Incluir as cooperativas de crédito entre as administradoras dos fundos Constitucionais.	Parecer contrário. O papel que cabe às cooperativas de crédito é o da operacionalização dos recursos dos fundos constitucionais através de contratos de repasse com os bancos administradores.
348	29.12	Análise de redação final do PL 5665/2009, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural para Agricultura Familiar e reforma Agrária - PNATER e cria o Programa nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.	Parecer favorável, ressaltando apenas que, de maneira geral, as mudanças tornarão mais difícil a contratação de entidades e empresas privadas na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, o que pode apresentar limitação à prestação desses serviços em áreas de cobertura insuficiente pelas empresas públicas.

<b>DECRETOS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
Decreto	6.977	07.10	Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor dos financiamentos de custeio agropecuário, com vencimento em 2009, contratado no âmbito do PRONAF	Conceder desconto para os agricultores familiares quitarem suas operações de crédito rural.

<b>DECRETOS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
Lei Ordinária	11.922	13.04	Propõe ajustes por meio do Arts. 14, 15,16, 17 e 18 - Propõe alterações nas Leis nº 8.427, de 27.5.1992 (concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural), 11.322, de 13.7.2006 (renegociação de dívidas rurais na área da Adene) e 11.775, de 17.9.2008 (renegociação da dívidas rurais).	Inserir o "Art. 3º-A" na Lei nº 8.427, de 1992 , para estabelecer competências no âmbito da referida Lei ao Conselho Monetário Nacional, e estender os prazo de previstos na Lei 11.322, de 2006 e 11.775, de 2008, para permitir a adesão de um número maior de produtores rurais ao processo de renegociação das dívidas rurais.
Lei Ordinária	11.941	27.05	Propõe medidas nos Artigos 65 e 66. Autoriza a União a conceder subvenção extraordinária aos produtores independentes da cana-de-açúcar da região Nordeste, na safra 2008/2009 e a adquirir sacas de açúcar junto a usinas circunscritas na região Nordeste	Implementar um programa emergencial de socorro aos pequenos e médios produtores independentes de cana-de-açúcar na região Nordeste, que contam com grande participação na cadeia produtiva, devido à crise do setor sucroalcooleiro. Essa região recebeu maior atenção também devido às condições climáticas e topográficas, que agravam o problema.

<b>DECRETOS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
Lei Ordinária	12.058	13.10	Propõe ajustes por meio dos artigos 21 e 22. Altera dispositivos da Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (renegociação da dívidas rurais), art. 23, acresce parágrafos no art. 3º da lei nº 11.326, de 24.7.2006 ( diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) arte. 24 altera redação da Lei nº 8.427, de 27.5.1992, (subvenção econômica nas operações de crédito rural) e art. 25, altera redação da Lei nº 8.171, de 17.1.1991(dispõe sobre política agrícola)	Ampliar o prazo para renegociação de dívidas de que trata a lei nº 11.775/08, para atender ao maior número possível de produtores rurais; estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares;explicitar que as cooperativas de produtores rurais também são beneficiarias de subvenções econômicas; e incluir no Proagro a garantia para pagamento de parcelas de operações de crédito de investimento rural.

<b>NOTAS TÉCNICAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
1	09.01	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural em janeiro de 2009.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de janeiro de 2009.
2	05.02	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural em fevereiro de 2009.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de fevereiro de 2009.

NOTAS TÉCNICAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
5	10.02	Portaria Interministerial para pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar e para compra de açúcar da região Nordeste.	Justificar a proposta de portaria interm. Para possibilitar o pagamento de subvenções aos produtores de cana-de-açúcar, bem como a compra de açúcar na região nordeste.
7	04.03	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural em março de 2009.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de março de 2009.
8	17.03	Portaria Interministerial para pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar e para compra de açúcar da região Nordeste.	Apresentar Manifestação favorável da SPE à proposta da PGFN/MF para alterar o disposto na minuta de portaria que possibilita o pagamento de subvenções aos produtores de cana-de-açúcar, bem como a compra de açúcar na região nordeste, objeto da Nota 05/SPE, de 10.02.2009.
11	01.04	Concessão de crédito para comercialização de carne suína ao amparo da Linha Especial de Crédito (LEC).	Apresentar manifestação favorável da SPE para continuidade de tramitação da publicação da minuta de portaria interministerial que define as condições para contratação de LEC para carne suína.
12	01.04	Portaria Interministerial MAPA/MF dispondo sobre alocação de recursos do Funcafé.	Apresentar manifestação favorável da SPE para continuidade da tramitação da publicação da portaria interministerial relativa à alocação de recursos do Funcafé.
13	02.04	Portaria Interministerial MAPA/MF dispondo sobre Linha de Crédito Especial - LEC destinada à comercialização dos cafés arábica e robusta.	Apresentar manifestação favorável da SPE para continuidade da tramitação da publicação da portaria interministerial que implementa LEC destinada às comercialização dos cafés arábica e robusta.

<b>NOTAS TÉCNICAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
14	03.04	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural em abril de 2009.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de abril de 2009.
15	08.04	Operações Oficiais de Crédito - Ajuste na programação financeira para o crédito rural em abril/2009, objeto da nota nº 014 - SPE/MF, de 3.4.2009.	Ajustar os valores de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, objeto da Nota nº 014-SPE/MF, de 3.4.2009, remanejando os valores referentes ao desembolsos de equalização, parte inscritas em restos a pagar, da dotação orçamentária de 2009 para a de 2008.
18	30.04	Prorrogação do prazo de pagamento mínimo para reescalonamento das operações de custeio e colheita amparadas em recursos do FUNCAFÉ.	Explicitar a posição contrária da SPE à nova prorrogação de pagamento de operações do Funcafé, em virtude das muitas medidas já adotadas e de que poderia provocar concentração de pagamentos em um período e de poder estimular a inadimplência.
20	08.05	Operações Oficiais de Crédito - Propostas de prorrogação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de maio de 2009.
26	01.06	Aviso nº 86, de 27 de maio de 2009, do Mapa, encaminhando Portaria Interministerial que define os preços de exercício para o lançamento de contratos de opção de venda de café pela Conab.	Apresentar manifestação favorável da SPE para publicação da portaria interministerial que define os preços de exercício para contratos de opção de venda de café pela Conab.

NOTAS TÉCNICAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
28	04.06	Portaria Interministerial Mapa/MF para estabelecer a distribuição dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Funcafé.	Apresentar manifestação favorável da SPE para continuidade da tramitação da publicação da portaria interministerial que estabelece a distribuição dos recursos do OGU para o Funcafé.
29	05.06	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de junho de 2009.
33	22.06	Portaria Interministerial que define os preços de exercício para o lançamento de contratos de opção de venda de café pela Conab.	Apresentar Manifestação favorável para edição de portaria interministerial retificando o tipo de café de que trata a Portaria Interministerial nº 430, de 9.6.2009, adequando-a ao tipo de café constante dos normativos que definiram o preço mínimo para o produto.
35	29.06	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para o pagamento de equalização de preços para o algodão das safras 2008/2009 e 2009.	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial definindo o tipo e o volume de algodão, os adquirentes, o volume de recursos e o valor máximo do prêmio de equalização, para efeito dos leilões da Conab.
37	06.07	Portarias Interministeriais que definem os critérios e condições para o pagamento de equalização de preços para milho e trigo e para o lançamento de leilões de contratos de opção de arroz	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial definindo o tipo e o volume de milho e de trigo, os adquirentes, o volume de recursos e o valor máximo do prêmio de equalização, para efeito dos leilões da Conab. Definindo, também, o tipo de arroz, os beneficiários e os preços de exercício, com base no preço mínimo, para efeito do lançamento de contratos de opção pela Conab.

<b>NOTAS TÉCNICAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
38	06.07	Procedimentos para fins das condições e limites para as operações de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos.	Propor a adoção de nova sistemática para definição de limites, condições, critérios e forma de concessão de subvenção econômica aos produtos extrativos.
39	07.07	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de julho de 2009.
40	08.07	Portaria Interministerial que disciplina o pagamento da subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar do estado do Rio de Janeiro.	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial para disciplinar, exclusivamente, a concessão de subvenção aos produtores de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro.
45	11.08	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de agosto de 2009.
46	14.08	Minuta de Portaria autorizando a subvenção de preços de produtos extrativos na safra 2009/2010, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos.	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial autorizando a realização de operações de subvenção de preços aos produtos extrativos para safra 2009/2010.



<b>NOTAS TÉCNICAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
47	21.08	Portaria Interministerial propondo a definição de novos critérios para o valor máximo do prêmio a ser pago nas operações de equalização de preço, na venda de trigo em grãos produzidos nos estados da BA, DF, GO, MG, MS, MT, PR, RS, SC e SP e revoga a Portaria Interministerial nº 508, de 10 de julho de 2009.	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial que define novos critérios para o valor máximo do prêmio a ser pago nas operações de equalização de preço, na venda de trigo em grãos.
48	21.08	Portaria Interministerial propondo a definição de novos critérios para o valor máximo do prêmio a ser pago nas operações de equalização de preço, na venda de milho em grãos produzidos nos estados da BA, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PI, PR, RO e TO e revoga a Portaria Interministerial nº 509, de 10 de julho de 2009.	Elencar motivos e justificar proposição de edição de portaria interministerial que define novos critérios para o valor máximo do prêmio a ser pago nas operações de equalização de preço, na venda de milho em grãos.
49	02.09	Revisão da composição e das atribuições da instância de coordenação da Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos oriundos do extrativismo.	Revisar a composição e as atribuições da instância de coordenação da Política de Garantia de Preços Mínimos, com vistas a estabelecer uma sistemática para definição periódica das condições operacionais para a subvenção de preços de produtos extrativos.
50	09.09	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de setembro de 2009.

NOTAS TÉCNICAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
51	22.09	Elevação da TEC do Trigo de 10% para 35%.	Defender a elevação da TEC (tarifa externa comum) do Trigo de 10% para 35%, de forma que os moinhos se abasteçam com trigo nacional, minimizando a intervenção do governo com equalização de preço e reduzindo os custos do Tesouro.
53	05.10	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de outubro de 2009.
55	16.10	Ofício nº 1020, de 7 de outubro de 2009, por meio do qual a SE do Mapa solicita ajustes no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.	Esclarecer que, embora a SPE entenda ser justificável uma maior intervenção do governo para garantir os preços mínimos ao produtor, a avaliação sobre essa possibilidade deve ser realizada pela STN, uma vez que as ações orçamentárias para equalização de preços estão sob condução daquela Secretaria.
56	27.10	Portaria Interministerial Mapa/MF que revoga a Portaria Interministerial Mapa/MF nº 47, de 28 de março de 2007, que dispõe sobre Linha de Crédito Especial - LEC para comercialização dos cafés arábicas e robusta.	Evitar duplicidade de regulamentação sobre um mesmo tema.
57	10.11	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de novembro de 2009.

<b>NOTAS TÉCNICAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
63	04.12	Ofício nº 060, de 14 de julho de 2009, por meio do qual o presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativos (CAPC), solicita a aplicação do disposto no artigo 85 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que determina o mínimo de 30% de margem de lucro para o produtor rural, quando do cálculo para fixação do preço mínimo.	Explicitar a posição da SPE acerca da determinação de se prever, no mínimo 30% de margem de lucro para o produtor rural, quando do cálculo para fixação do preço mínimo.
64	04.12	Operações Oficiais de Crédito - Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Definir as prioridades de aplicação de recursos das Operações Oficiais de Crédito, bem como do orçamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), conforme dispõe a Port.Interm. nº 38, de 2004, para o mês de dezembro de 2010.
67	14.12	Aplicação da Lei nº 8.212/91, que trata do custeio da previdência social, em consonância com o Decreto Lei 79/96, que institui normas para fixação do Preço Mínimo de produtos agropecuários.	Solicitar avaliação jurídica da PGFN/MF, de forma a subsidiar o posicionamento da SPE junto ao Mapa, bem como para elaboração de normativos pelo MF relacionados à inclusão do custeio da previdência social pela PGPM.
69	17.12	Portaria interministerial que define os critérios e condições para pagamento de equalização de preços para a fibra de sisal.	Apresentar manifestação favorável da SPE para edição de portaria interministerial definindo critério e condições para pagamento de equalização de preços para a fibra de sisal.
73	29.12	Encontro de contas Conab e o estado do Mato Grosso, referente à cobrança de ICMS de operações de compra e venda no âmbito da PGFN.	Recomendar o envio do processo que trata do encontro de contas entre Conab e o estado do Mato Grosso, referente à cobrança de ICMS para a Secretaria Executiva do MF e à AGU, por se tratar de assunto que extrapola as competência da SPE.

<b>PORTARIAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
37	16.01	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define as condições para a contratação de Linha Especial de Crédito (LEC) para maçã, pêssego, mel e lã de ovinos	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o pagamento do preço mínimo ou de referência aos produtores rurais
144	10.03	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define as condições para a contratação de Linha Especial de Crédito (LEC) para leite e seus derivados.	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o pagamento do preço mínimo ou de referência aos produtores rurais.
217	02.04	Portaria Interministerial MF/MAPA - Estabelece, exclusivamente para a safra 2008/2009, as condições para o pagamento da subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar produzida e destinada à elaboração de açúcar e álcool na região Nordeste.	Minimizar as dificuldades enfrentadas por produtores de cana na região nordeste em função do aumento dos custos de produção dessa cultura.
271	20.04	Portaria Interministerial MAPA/MF - Estabelecer, em caráter emergencial, a distribuição dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Fundo de defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, no exercício 2009, destinados a cafeicultura.	Garantir recursos para operações de crédito de custeio, colheita, comercialização e FAC (Financiamento da Aquisição do Café).
279	27.04	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define as condições para a contratação de Linha Especial de Crédito (LEC) para carne suína.	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o pagamento do preço mínimo ou de referência aos produtores rurais
214	14.05	Portaria Interministerial MF/MAPA - Define as condições para a contratação de Linha Especial de Crédito (LEC) para café arábico e robusto.	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o pagamento do preço mínimo ou de referência aos produtores rurais.

<b>PORTARIAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
430	09.06	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define os parâmetros para o lançamento de contratos de opção de venda de café da safra 2009 pela CONAB	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o recebimento pelos produtores rurais do preço de referência, mediante pagamento de prêmio em leilão público
453	16.06	Portaria Interministerial MAPA/MF - Estabelece a distribuição de recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Fundo de Defesa do Café - Funcafé, no exercício de 2009	Garantir recursos para operações de crédito de custeio, colheita, comercialização e FAC (Financiamento da Aquisição do Café)
482	03.07	Portaria Interministerial MAPA/MF - Redefine os parâmetros para o lançamento de contratos de opção de venda de café da safra 2009 pela CONAB. Revoga a Portaria Interministerial 430 (9/6/2009)	Adequar as especificações do café estabelecidas na Portaria nº 430, de 9.6.2009, às práticas do mercado.
501	09.07	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define as condições de pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar produzida e destinada à elaboração de açúcar e álcool no estado do Rio de Janeiro.	Minimizar as dificuldades enfrentadas por produtores de cana no estado do RJ em função do aumento dos custos de produção dessa cultura.
502	09.07	Portaria Interministerial MAPA/MF - Define os parâmetros para o lançamento de contratos de opção de venda de arroz da safra 2008/2009 pela CONAB.	Permitir o carregamento dos estoques e garantir o recebimento pelos produtores rurais do preço de referência, mediante pagamento de prêmio em leilão público
508	10.07	Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG - Estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para trigo em grãos, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela CONAB.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.

<b>PORTARIAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
509	10.07	Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG - Estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para milho em grãos, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela CONAB.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
510	10.07	Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG. Estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para algodão em pluma, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela CONAB	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
529	17.07	Portaria Interministerial MAPA/MF/MPOG - Estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica na forma de equalização de preços na venda em balcão de 300 mil ton. de milho para suprir demanda emergencial de avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite da região Sul.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
454	01.08	Portaria Interministerial MF/MAPA/MPOG - Restabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para trigo em grãos, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela CONAB. Revoga a Portaria Interministerial nº 508, de 10.7./2009.	Adequar as especificações do trigo às práticas do mercado.
445	27.08	Portaria Interministerial MF/MAPA/MPOG - Restabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica para milho em grãos, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela CONAB. Revoga a Portaria Interministerial nº 509, de 10.7.2009.	Adequar as especificações do milho às práticas do mercado.

<b>PORTARIAS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
930	07.11	Portaria Interministerial MAPA/MF - Revoga a Portaria Interministerial nº 47, de 28.3.2007.	Revogar medida já prevista em outro instrumento legal.
539	12.11	Portaria Interministerial MF/MPOG/MAPA/MMA/MDA - Estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para produtos da atividade extrativista, conduzida pela CONAB	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
149	26.03	Portaria MF - Designar servidores para compor o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, instituído pela Portaria nº 266, de 7.11.2009, incumbido de analisar as operações de crédito contratadas até 15.1.2001, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.	Designar representantes para comporem GTI, de caráter temporário, incumbido de analisar as operações de crédito contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
16	21.01	Reclassificação de operações do programa FAT Giro Rural para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	Solicita ao Ministério da Integração Nacional - MIN, manifestação sobre a demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para que fosse permitida a reclassificação das operações de FAT para o FCO, para subsidiar o posicionamento contrário desta Pasta.

OFÍCIOS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
17	21.01	Reclassificação de operações do programa FAT Giro Rural para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	Solicita ao Conselho Deliberativo do FCO, manifestação sobre a demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para que fosse permitida a reclassificação das operações de FAT para o FCO, para subsidiar o posicionamento contrário desta Pasta.
24	27.01	Ação de Rito nº 2000.34.00.034726-1 - Ofício nº 123/2009/AGU/PRU/G1 - Autor CAIMANN S/A.	Oferecer à Advocacia-Geral da União informações e subsídios para fundamentação de defesa da União em ações ajuizadas por empresas sucroalcooleiras.
31	02.02	Indicação 3356/2008, contida no Ofício nº 1280-SUPAR/SAG - Prorrogação de prazos constantes da Resolução nº 3612/2008, BACEN.	Informar à Casa Civil da Presidência da República a publicação das Resoluções BACEN 3.676 e 3.679 que trata de alongamento de dívidas de alguns programas disciplinados pela Lei 11.775/2008.
42	11.02	Resolução CMN nº 3.545/2008 - Adiamento da aplicabilidade do disposto na Resolução que estabelece exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.	Informar ao Deputado Federal Joaquim de Lira Maia que a Resolução CMN nº 3.545/2008 encontra-se em vigência desde a safra 2008/2009 e que o assunto, objeto da preocupação do deputado, foi cientificado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.
43	11.02	Resolução CMN nº 3.545/2008 - Adiamento da aplicabilidade do disposto na Resolução que estabelece exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.	Encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário ofício do Deputado Lira Maia solicitando adiamento da aplicabilidade da Resolução 3.545/2008 e cópia do Ofício SPE em resposta ao Deputado.



<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
47	17.02	Expediente da Associação Brasileira da indústria Têxtil e de Confecções - ABIT - Solicita adoção de medidas em relação aos limites de operação de Empréstimos do Governo Federal - EGF.	Informar à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT, a adoção de medidas que permitam o carregamento da produção pelos produtores e cooperações e agroindústrias, na forma da Resolução CMN nº 3.680, de 29.1.2009.
51	26.02	Emissão de certidão pelo Conselho Monetário Nacional atestando a vigência do Voto CMN nº 232/90, de 4 de janeiro de 1991.	Expor à secretaria da Diretoria do Conselho Monetário Nacional a posição da SPE acerca da vigência do Voto CMN nº 232/90.
64	09.03	Solicitação de subsídio aos fertilizantes agrícolas para pequenos e médios agricultores e para agricultores familiares.	Esclarecer à Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste que os pequenos produtores rurais tem disponíveis diferentes ações e benefícios que atendem às suas peculiaridades e necessidades de forma a lhes garantir segurança para o cultivo e comercialização da sua produção.
68	18.03	Normas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para concessão do crédito Pronaf.	Esclarecer ao Deputado Federal Carlos Abicalil que, caso os assentados interessados em obter o financiamento junto à Sicredi não disponham documento que ateste expedido pelo INCRA, devem solicitá-lo junto à Superintendência Estadual ou a Unidade Avançada do INCRA mais próxima.

<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
90	07.04	Direcionamento de recursos da Poupança Rural para aplicação em certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).	Comunicar ao presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Andima, que o MAPA manifestou-se, informalmente, contrário à destinação de recursos da exigibilidade da poupança rural para o financiamento da aquisição de 'CRA' por instituições financeiras.
99	20.04	Solicitação de medidas em favor da suinocultura.	Expor ao Deputado José Riva, presidente da Assembléia Legislativa do MT, que as medidas adotadas pelo MF atendem o setor de aves permitindo viabilizar crédito para carregamento de estoques ou exportação.
100	20.04	Expediente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos, de 14 de janeiro de 2009 - solicita linha especial de crédito para o setor avícola.	Expor ao presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos que as medidas adotadas pelo MF atendem o setor de aves permitindo viabilizar crédito para carregamento de estoques ou exportação.
101	20.04	Expediente da União Brasileira de Avicultura, de 14 de janeiro de 2009 - solicita linha especial de crédito para o setor Avícola.	Expor ao presidente da União Brasileira de Avicultura que as medidas adotadas pelo MF atendem o setor de aves permitindo viabilizar crédito para carregamento de estoques ou exportação.
106	29.04	Proposição nº 04/2009 - Programação do FCO para 2009. Prorrogação do pagamento das prestações de 2009 dos financiamentos contratados por avicultores integrados.	Apresentar voto contrário à aprovação da Proposição nº 04/2009.

<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
123	22.05	Ofício nº 0200/SPA/09, de 20 de abril de 2009, solicitando prorrogação de prazos das operações de crédito rural.	Informar ao presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura que o CMN autorizou, para agricultores familiares, a prorrogação de operações conforme a Resolução 3.724/2009, além de haver estabelecido linha emergencial de crédito de R\$ 150 milhões para pronafianos atingidos por enchentes ou estiagens.
128	06.06	Indicação 3.880/2009 contida no Ofício nº 411 - SUPAR/SAG- O deputado Fernando Coelho Filho sugere medidas para garantir melhores condições de competitividade à fruticultura nacional.	Informar à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, que a Resolução 3.681/2009 garantiu melhores condições de competitividade à fruticultura nacional, autorizando a aplicação de até R\$ 200 milhões destinados a operações de capital de giro beneficiando empresas do setor da fruticultura; e permitiu que operações de fruticultura contratadas até 30.06.2007, com recursos do BNDES, equalizadas, não impeçam a contratação de novo investimento.
139	18.06	Expediente GS/0635/09, de 25 de maio de 2009 - Solicita a alteração da Resolução nº 3.724, de 15.5.2009, que dispõe sobre concessão de prazo adicional para pagamento das operações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Pronaf.	Informar ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento de Curitiba - PR, que as medidas adotadas pelo CMN (Resolução 3.732) aprovou ajustes que atendem às demandas apresentadas.

<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
153	02.07	Ofício nº 645/GAB-C.CIVIL/PR - solicitação para que sejam disponibilizados recursos financeiros para comercialização de mandioca e derivados, de produtores do estado de São Paulo e regiões produtivas.	Informar ao Chefe de Gabinete da Casa Civil da Presidência da República que o Ofício 057/2009, da Câmara Municipal de Candido Mota, que trata de disponibilização de recursos financeiros para comercialização de mandioca e derivados, foi encaminhado ao MAPA para análise e avaliação.
154	02.07	Apoio aos produtores de mandioca e derivados	Repassar ao MAPA solicitação da Câmara Municipal de Cândido Mota acerca de disponibilização de recursos financeiros para comercialização de mandioca e derivados, no estado de São Paulo.
155	06.07	Endividamento Rural.	Apresentar ao Deputado Federal Joaquim Beltrão as medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao endividamento rural.
157	09.07	Obrigatoriedade da apresentação da Documentação para Obtenção de Crédito de Integração.	Encaminhar ao Mapa o ofício 10709, de 23.06.2009, do presidente da ABEF - Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos, acerca da obrigatoriedade da apresentação da documentação para obtenção de créditos de integração.
158	09.07	Ofício nº 463/2009 - SUDAP/SEAP/PR, com solicitação de esclarecimentos sobre a aplicabilidade do art. 27 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.	Apresentar esclarecimentos ao Subsecretário de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca, acerca do dispositivo apresentado e colocar a SPE à disposição para discutir eventuais dúvidas remanescentes.

<b>OFÍCIOS</b>			
<b>Nº.</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
159	09.07	Requerimento de Informação C-2009/4047 - Programas de renegociação de dívidas implementados pelas normas divulgadas pelo Banco Central do Brasil, relacionadas ao setor cafeeiro nacional, a partir de 1994.	Encaminhar cópia do requerimento em destaque ao Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil S.A., para exame e verificação de possibilidade de informar os dados concernentes ao BB.
160	09.07	Requerimento de Informação C-2009/4047 - Programas de renegociação de dívidas implementados pelas normas divulgadas pelo Banco Central do Brasil, relacionadas ao setor cafeeiro nacional, a partir de 1994.	Encaminhar cópia do requerimento em destaque ao Presidente da FEBRABAN, para exame e verificação de possibilidade de informar os dados concernentes às instituições financeiras vinculadas àquela entidade.
187	11.08	Pleito da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, acerca de prorrogações de Operações e de depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural - DIR.	Sugerir que as cooperativas de crédito, quando da contratação dos DIR, negociem com as instituições financeiras a possibilidade de se prorrogar um percentual do valor repassado.
190	14.08	Alteração das regras para renegociação de operações ao amparo da Resolução 3.766, de 29.7.2009.	Informar ao Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná expondo as medidas adotadas em relação ao pleito.
193	31.08	Ofício nº 1033/09 - SEAB/PR - solicitação de implementação de medidas emergenciais de apoio a comercialização da produção paranaense de milho-safra	Apresentar ao Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná considerações acerca de medidas emergenciais de apoio à comercialização da produção paranaense de milho e trigo.
218	28.09	PRONAF - Financiamentos contratados em Municípios de Santa Catarina afetados por excesso de chuvas e enchentes em 2008.	Obter do Banco do Brasil S.A. informações atinentes aos produtores atingidos por excesso de chuvas em Santa Catarina que não possuem Proagro ou seguro, no caso de investimentos.

OFÍCIOS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
251	17.11	Ofício GSFA/0993/2009, do Senador Flávio Arns - Dificuldades enfrentadas pelo produtor rural paranaense.	Encaminhar ao Banco do Brasil S. A., para avaliação, ofício do Senador Flávio Arns, acerca de dificuldades enfrentadas pelo produtor rural paranaense.
271	11.12	Medidas de apoio aos agricultores familiares atingidos pelos recentes temporais no Rio Grande do Sul.	Esclarecer ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG/RS, que as medidas de apoio aos agricultores familiares atingidos pelos temporais são suficientes para superar a situação.

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da <b>Fruticultura</b>	A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura foi criada pela Portaria nº 34, de 26 de janeiro de 2006. Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à fruticultura, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da <b>Mandioca e Derivados</b>	A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados foi criada pela Portaria nº 67, de 16 de março de 2006. Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção de mandioca e derivados, por se tratar de setor importante para a alimentação básica.

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de <b>Carne Bovina</b>	A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina é constituída oficialmente por 42 instituições e teve sua criação publicada no DOU do dia 28 de novembro de 2003, posteriormente alterada pela Portaria nº 15, de 05 de janeiro de 2006. Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção de carne bovina e derivados, principalmente por se tratar de importante item na pauta de exportações brasileiras.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de <b>Culturas de Inverno</b>	Essa Câmara Setorial é constituída por representantes dos setores público e privado. Fazer uma avaliação da conjuntura do setor tritícola e demais cereais de inverno, de modo a fundamentar sugestões de políticas públicas para esse segmento da agropecuária, que tem no trigo o principal produto da pauta agrícola de importações brasileira.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de <b>Leite e Derivados</b>	A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados é atualmente constituída por 44 instituições e teve sua composição original alterada pela Portaria nº 13, de 05 de janeiro de 2006. Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção e ao abastecimento de leite e derivados, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro.

<b>REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos</b>		
<b>Nº. de reuniões</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de <b>Oleaginosas e Biodiesel</b>	A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel foi criada pela Portaria nº 39, de 31 de maio de 2006. Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à cadeia de óleos e biodiesel, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro, especialmente quanto à questão energética e ambiental.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do <b>Feijão</b>	Essa Câmara Setorial é constituída por representantes dos setores público e privado. Fazer uma análise da conjuntura da lavoura de feijão, de modo a fundamentar sugestões de medidas para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas a esse produto fundamental do ponto de vista do abastecimento do mercado interno.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do <b>Milho e Sorgo</b>	Essa Câmara Setorial é composta por representantes dos setores público e privado. Fazer uma discussão da conjuntura desses produtos, de modo a fundamentar sugestões de aprimoramento das políticas públicas voltadas para essas culturas, que são fundamentais para assegurar o adequado suprimento das cadeias produtivas de aves e suínos.
4	Câmara Temática da <b>Agricultura Sustentável e Irrigação</b>	Discutir propostas e apresentar sugestões sobre ações que garantam o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável.
3	Câmara Temática de <b>Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio</b>	Discutir os efeitos e apresentar propostas de solução para os problemas referentes à infra-estrutura e logística (estradas, portos, armazéns, fontes de energia, ...) do agronegócio.



REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
5	Câmara Temática de <b>Insumos Agropecuários</b>	A Câmara Temática de Insumos Agropecuários é composta por representantes dos setores público e privado. Após a discussão da conjuntura dos diversos segmentos fornecedores de insumos para a atividade rural, seguem-se as sugestões para o aprimoramento das políticas públicas de apoio e esse importante segmento do agronegócio brasileiro.
12	Comissão de <b>Programação Financeira Mensal</b> das Operações Oficiais de Crédito direcionadas ao setor rural	Constituída pela Portaria Interministerial nº 243, de 20.3.1992, tem por objetivo indicar as prioridades de aplicação dos recursos do orçamento das operações oficiais de crédito no crédito rural.
8	Comissão Especial de Recursos do <b>PROAGRO – CER – 1º TJR/DF</b>	Essa comissão tem por objetivo avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
9	Comissão Especial de Recursos do <b>PROAGRO – CER – 4º TJR/RS</b>	Essa comissão tem por objetivo avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
4	Comissão Especial de Recursos do <b>PROAGRO – CER – 5º TJR/PR</b>	Essa comissão tem por objetivo avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
2	Comissão Executiva Interministerial e Grupo Gestor <b>Biodiesel</b>	Essa comissão/grupo tem por objetivo avaliar e propor medidas com vistas à implementação do Programa Nacional de Uso do Biodiesel, com base na segurança do abastecimento e nas disponibilidades de matéria-prima.

<b>REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos</b>		
<b>Nº. de reuniões</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
2	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio do Café <b>CDPE/Café</b>	Esse Comitê de assessoramento do CDPC é composto por representantes dos setores público e privado, tendo com o objetivo proceder a análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios além de programas e projetos estruturantes e estratégias para o agronegócio do café.
2	Comitê Gestor do <b>Fundo Seguro-Safra</b>	Definir critérios e percentuais de valores para participação de agricultores/municípios/estados a concessão do Seguro-Garantia Safra.
3	Comitê Gestor <b>Interministerial do Seguro Rural</b>	Compete a esse Comitê apreciar e encaminhar ao Poder Executivo propostas relativas ao percentual sobre o prêmio ou valor máximo da subvenção econômica, assim como propor limites subvencionáveis e as condições operacionais para implementação do seguro rural no País.
1		Visa subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO; definir prioridades e condições técnicas e operações do PNMPO; e receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, ao CODEFAT e ao CMN.
4	Comitê Permanente do <b>Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário</b>	O programa de reordenamento fundiário é uma ação do poder público que visa a ampliar a redistribuição de terra, consolidar regimes de propriedades e o uso em bases familiares, visando a justa distribuição através do crédito fundiário.

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
8	Comitê Técnico de <b>Assuntos Rurais</b>	Avaliar as propostas de votos que deverão ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.
7	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – <b>EMBRAPA - CONSAD</b>	Ao conselho de administração caberá a avaliação das atividades da empresa, fixar políticas de ação, aprovar o plano diretor, aprovar a política pessoal, fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural, aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da Embrapa; indicar, ao Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para nomeação pelo Presidente da República, nomes para os cargos de Diretor-Presidente e de Diretores-Executivos.
5	Conselho Deliberativo da Política do Café – <b>CDPC</b>	O CDPC é composto por representantes dos setores público e privado, cabendo-lhe aprovar o plano de safra para o setor cafeeiro e a proposta orçamentária anual referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ.
6	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - <b>CONDEL/FCO</b>	Tem por finalidade aprovar até 15 de dezembro de cada ano os programas do FCO, com base na proposta de aplicação dos recursos; compatibilizar as aplicações, acompanhar e avaliar as atividades e os resultados obtidos.

<b>REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos</b>		
<b>Nº. de reuniões</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
12	Conselho Monetário Nacional – <b>CMN</b>	Ao CMN compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.
9	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – <b>CONDRAF</b>	É um programa definido pelo Governo Federal de inclusão social, tendo a agricultura familiar como base da cadeia de produção.
3	Conselho Nacional de Política Agrícola – <b>CNPA</b>	O CNPA é composto por representantes dos setores público e privado, cabendo-lhe orientar e assessorar o Ministério da Agricultura na identificação das prioridades da política agrícola.
7	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – <b>CONSEA</b>	O CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.
35	Grupo de Trabalho – <b>Mudanças Climáticas</b> – SE/MF	Elaborar propostas, no escopo da missão e das atribuições do MF, visando a implementação das ações e alcance das metas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e, em particular, criar condições para a consolidação e expansão da participação de agentes econômicos brasileiros no mercado de créditos de carbono.

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
1	Grupo Temático do <b>Biodiesel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF</b>	Essa grupo tem por objetivo avaliar e propor medidas com vistas à inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Uso do Biodiesel, com base na segurança do abastecimento e nas disponibilidades de matéria-prima.
3	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Extrativismo – <b>PRODEX</b> – Comissão de acompanhamento.	Esse grupo foi criado com o objetivo de facilitar o acesso dos extrativistas aos recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.
8	Programa de Aquisição de Alimentos – <b>PAA</b> - Grupo Gestor	Tem por finalidade deliberar, propor, apoiar e acompanhar ações necessárias à operacionalização do programa.
5	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – <b>PGPAF</b>	O PGPAF tem por objetivo assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou a liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros.
3	Projeto de Assistência Técnica para a Agenda de Sustentabilidade Ambiental – <b>TAL Ambiental - Comitê Técnico</b>	O Comitê Gestor foi criado com a finalidade de coordenar a implementação do Projeto Assistência Técnica para Agenda da Sustentabilidade Ambiental - Projeto 05/043-TAL Ambiental.
7	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – <b>SESCOOP – CONSAD</b>	O SESCOOP é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Seus objetivos são: promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas.

<b>REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos</b>		
<b>Nº. de reuniões</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultados Esperados</b>
4	Câmara Interministerial se <b>Segurança Alimentar e Nutricional</b> (no âmbito do SISAN)	Câmara que tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional
3	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da <b>Agenda 21 Brasileira - CPDS</b>	Atua no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais do Conselho de Governo e coordena a implementação da Agenda 21 Brasileira, o apoio aos processos de Agendas 21 Locais e avaliação da implementação do Plano Plurianual, da LDO e da Lei do Orçamento Anual, tendo como referencia a Agenda 21 Brasileira e estratégias de desenvolvimento sustentável.
5	Câmara Temática de <b>Insumos Agropecuários</b>	A Câmara pretende manter o alto desempenho do crescimento da agropecuária Brasileira, sugerir e produzir as regras que determinem a política específica para esse setor da economia nacional

## 2 – ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

O processo de reestruturação da SPE iniciou-se em agosto de 2008, conforme relatado no Relatório de Gestão do ano passado. Entretanto, dado que as necessidades de recursos humanos e de reforma do espaço físico representavam um grande investimento, e procedimentos burocráticos nem sempre tempestivos, o envolvimento de outros órgãos internos e externos ao Ministério, a estratégia delineada para as áreas finalísticas e de gestão somente lograram êxito na implementação da estratégia no decorrer do ano de 2009.

Dentre as diversas ações executadas na área finalística ressaltamos a elaboração das políticas econômicas e os arranjos institucionais do Programa Pré-Sal, em conjunto com diversos órgãos do Governo Federal, detalhados nos itens 1.2, 1.3 e 1.4 deste Relatório de Gestão. Ressaltamos também as medidas de combate à crise financeira internacional. Por natureza, as crises não são perfeitamente previstas, e podem causar estragos e desequilíbrios, caso seus efeitos não sejam minimizados e seus riscos mitigados. Neste sentido, a gestão estratégica da SPE soube redirecionar esforços de seus recursos humanos e computacionais para a análise e previsão daqueles efeitos, sem, contudo deixar de lado a agenda de reformas institucionais, ou seja, das propostas de políticas econômicas de longo prazo.

Cabe especial destaque ao programa Minha Casa Minha vida, o qual visava inicialmente a formulação de uma política social de longo prazo, em conjunto com outros órgãos do Governo Federal, que minimizasse o déficit habitacional. No decorrer da sua implementação o Programa MCMV mostrou-se ainda uma eficiente política de combate à crise, com a criação de novos postos de trabalho, de distribuição de renda para trabalhadores integrantes das classes menos favorecidas e de dinamização e ampliação do crédito habitacional, com efeitos multiplicadores em todos os setores da economia no curto prazo, tendo chegado até a impactar positivamente o setor de produção de bens de consumo duráveis, aliado, obviamente, a medidas de políticas econômicas anti-cíclicas, como é o caso das desonerações de IPI, promovidas pelo Ministério da Fazenda para vigor no ano de 2009 e parte de 2010.

Do lado da gestão administrativa, já havíamos detectado a necessidade de novos recursos humanos e de espaço físico que comportasse esta adição ao corpo técnico. Em janeiro iniciamos a reforma, que terminou em novembro de 2009. É importante ressaltar que, ainda que a SPE não tenha recebido sequer um metro quadrado a mais, conseguimos criar espaços adicionais para 35 estações de trabalho. A expectativa inicial era de criar pelo menos 20 estações na área técnica, expectativa esta ultrapassada em quase 100%. O método de distribuição do espaço físico na SPE seguiu as recomendações exaradas pelo Comitê de Espaço Físico do MF, elaborado por um grupo de trabalho *ad hoc* e liderado pela SPOA, no final de 2008.

Em outubro de 2009 a estrutura física da SPE estava pronta para receber os novos servidores, os quais somam atualmente 23 profissionais de carreira do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda e profissionais anistiados da Eletronorte.

## **2.1 – Melhoria Contínua da Estrutura Organizacional**

A moderna gestão na administração pública prega, principalmente, a mudança contínua, adaptativa, dos processos organizacionais e da incorporação das melhores práticas de gestão como um todo. O motivo é óbvio: nunca há recursos suficientes para se fazer uma reforma profunda, a não ser em casos extremos (i.e., extinção e/ou criação de órgãos), e o processo de gestão da mudança, em termos culturais, é altamente complexo e influenciado por demandas políticas, o que compromete sobremaneira as reais necessidades de mudança na organização.

Em agosto de 2008, a estratégia apontou uma necessidade de mudança profunda na secretaria. O planejamento estratégico apontava necessidades de mudança, não só no sentido de resgatar a capacidade de formular, acompanhar e coordenar a política econômica, função regimental desta secretaria, mas também se preparar para o monitoramento e o a formulação das ações de combate à crise financeira mundial que se anunciava já nos Estados Unidos da América, desde o início daquele ano.

Por isso, os recursos financeiros utilizados foram aproveitados do orçamento de 2008, sob a forma de restos a pagar. Entretanto, diversas outras mudanças seriam ainda necessárias implementar no decorrer de 2009. Feita a mudança mais radical na estrutura e nos processos de trabalho em 2008, organizamo-nos para realizar as mudanças contínuas, ou adaptativas, no decorrer do ano de 2009. A melhoria contínua é de natureza lenta e gradual, diária e suave, de forma a minimizar o efeito das forças contrárias à mudança que se quer implementar. Assim tem sido feito.

### **2.1.1 – Planejamento Estratégico**

No início de fevereiro de 2009, em meio à maior crise financeira dos últimos 70 anos, a SPE atualizou seu planejamento estratégico de curto e médio prazo. Chegamos à conclusão que com tantas tarefas diárias, muito além das rotineiras, o corpo técnico teria que se dedicar mais e melhor no acompanhamento da crise e na elaboração de políticas econômicas alternativas (i.e., medidas anticíclicas) o que exigia grande esforço, expertise de seus gestores estratégicos e intensa negociação junto aos demais órgãos envolvidos, interna e externamente. Os recursos humanos demandados ainda em 2008 (i.e., 20 servidores da carreira de analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional) ainda não haviam chegado à SPE e, mesmo depois que aqui chegassem, deveríamos considerar a produtividade em função da curva de aprendizado de cada indivíduo.

O planejamento estratégico da 2009 se resumiu a reorganizar o cronograma das medidas de longo prazo no tempo, as quais deveriam iniciar negociações ainda no início de 2009, e priorizar as medidas de política econômica de curto prazo que favorecessem a manutenção do emprego e da renda das famílias, minimizassem os efeitos da crise sobre o mercado de crédito do setor produtivo e das famílias, de maneira a fomentar o consumo de curto e longo prazo notadamente eletrodomésticos, automóveis, infra-estrutura e habitação.



O objetivo principal foi a manutenção do nível de atividade econômica (produtividade, emprego e renda), de forma que toda a atividade estimulada colaborasse com a manutenção ou diminuição dos impactos da crise no produto interno bruto (PIB). Ao final de fevereiro deste ano de 2010, foi divulgado o PIB pelo IBGE, cujo percentual foi de -0,2%, considerado um excelente resultado face às dificuldades engendradas pela crise internacional. Outro fator determinante do sucesso da estratégia da política econômica anticíclica está demonstrado no número de empregos criados em 2009, também divulgado pelo IBGE, ou seja, 995.000 novos postos de trabalho foram criados, demonstrando de forma irrefutável que os esforços despendidos na elaboração e negociação das políticas de curto prazo tiveram seus objetivos alcançados.

Ao mesmo tempo em que o planejamento estratégico da área finalística teve que ser revisto, o planejamento da área de gestão manteve-se praticamente o mesmo. A gestão concentrou-se em formular a aprovar o novo arranjo institucional, refletido na nova estrutura organizacional e redistribuição de tarefas, cargos e responsabilidades internas. A reforma do espaço físico foi iniciada em janeiro e concluída em meados de novembro. 14 novos servidores, oriundos da carreira de Analistas de Finanças e Controle, entraram em exercício na SPE durante o mês de outubro e foram direcionados para a área finalística, de forma a aumentar o desempenho das equipes no curtíssimo prazo. A totalidade destes servidores são de excelente formação, ainda que não tivessem treinamento específico na área de formulação de política econômica, e em muito contribuíram para o alcance das metas de manutenção do emprego e renda das famílias, e da aceleração da produtividade no setor produtivo.

A consecução da estratégia de longo prazo está, em grande parte, relacionada à incorporação de novos recursos humanos de forma a refinar a capacidade de resposta da SPE às demandas *ad hoc* oriundas de quaisquer origens, e, adicionalmente, dinamizar as áreas de previsão de índices sociais, estimativas de variáveis macroeconômicas e elaboração de cenários. Dito isto, a SPE acredita que a estabilidade de corpo funcional é a maneira mais eficaz de promover a especialização tanto na área técnica quanto na área de gestão. Todos os profissionais selecionados, e que integraram o quadro da SPE em 2009, salvo raras exceções, são servidores de carreira concursados, cujos perfis serão retratados em detalhe, na seqüência deste Relatório de Gestão.

Além disso, a SPE ao final de 2009 adiantou-se à decisão do Tribunal Superior do Trabalho, e entregou à SPOA todas as vagas antes ocupadas por profissionais terceirizados na SPE (secretárias e auxiliares administrativos), exceto aquelas permitidas em Lei. Na verdade, como estes profissionais realizavam pouca ou nenhuma tarefa especializada, decidiu-se por reduzir o custo total de pessoal e os coordenadores-gerais passaram a atender seus próprios telefones e a manipular suas próprias agendas, tal como fazem atualmente diversas organizações modernas.

Pretende-se, durante o ano de 2010, adquirir aparelhos telefônicos com secretária eletrônica acoplada para todos os servidores da SPE, a fim de facilitar a comunicação com a secretaria, na ausência eventual do servidor, sem prejuízo das tarefas e da comunicação sob sua

responsabilidade. A função de secretária está prevista apenas para atender ao Gabinete (Secretário e Adjuntos). Aos outros órgãos do Governo Federal, fica aqui a sugestão.

### **2.1.2 – Mapeamento dos Processos de Trabalho**

Como a aprovação da nova estrutura regimental do Ministério da Fazenda foi publicada apenas ao final de dezembro de 2009, o andamento dos trabalhos na elaboração tanto do Regimento Interno quanto do mapeamento dos processos de trabalho ficaram prejudicados. Em dezembro de 2009 a secretaria havia concluído apenas o mapeamento do macroprocesso de gestão administrativa, uma vez que a área finalística ainda se encontrava em fase de amadurecimento e consolidação das melhores práticas de funcionamento no novo contexto de formulação e coordenação da política econômica. Espera-se concluir o mapeamento dos macroprocessos de formulação, coordenação e acompanhamento de políticas microeconômica, macroeconômica e de agrícola até o final de 2010.

### **2.1.3 - Modelo de Atuação da SPE junto aos órgãos de Governo**

O processo de formulação de política econômica é um processo dinâmico, abrangente e que altera sobremaneira a cultura e os interesses de grupos ou indivíduos na economia. Por isso, o modelo de atuação da SPE nesta gestão tem sido pautado pela inclusão de todas as partes interessadas na formulação e na negociação dos principais temas, tais como metas de inflação, metas de superávit primário, metas de endividamento, metas de taxa SELIC, e outras igualmente importantes no cenário político e econômico nacional. Todas as medidas adotadas tiveram envolvimento das partes interessadas, foram formuladas com o envolvimento direto do Senhor Ministro da Fazenda, Ministros setoriais e apresentados à Casa Civil e à Presidência da República.

### **2.1.4 - Assessoria do Gabinete da SPE**

No novo modelo de atuação da SPE, o Gabinete da Secretaria conta com dois assessores. Um deles é ligado diretamente à área de assuntos parlamentares, do Gabinete do Ministro, cujo objetivo principal é monitorar os assuntos em pauta legislativa de interesse da SPE, seja qual for a autoria ou origem. Este assessor mantém foco especial nas medidas legislativas que afetam as variáveis macroeconômicas, tais como impactos fiscais de legislação e arranjos institucionais com reflexos econômicos. Outro assessor atende necessidades e demandas específicas do Secretário de Política Econômica e do Senhor Ministro no que tange a análises conjunturais, acompanhamento da situação internacional, elaboração de apresentações, e relacionamento com a imprensa. Dentre outras, estão incluídas em suas atribuições a elaboração de notas de imprensa bem como respostas específicas a demandas tanto da Presidência da República (especialmente da imprensa), quanto da Casa Civil (a exemplo do Caderno Destaques).

### **2.1.5 - Comissão de Ética da SPE**

A Comissão de Ética da SPE está pronta para ser implantada. As nomeações ainda não foram feitas, uma vez que as indicações iniciais haviam sido rejeitadas pela PGFN, que analisou

todo o material, em função de ter sido indicado pessoal não pertencente ao ativo permanente do quadro estável da União, ou seja, pessoal sem vínculo. Pretende-se consolidar a implantação desta Comissão tão logo o restante dos servidores sejam indicados pelos superiores. É importante ressaltar que durante o ano de 2009 não houve necessidade de manifestação da dita Comissão, uma vez que não ocorreu qualquer denúncia o ocorreu qualquer fato relevante de que tenhamos tido notícias.

### 2.1.6 – Projetos Executados no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

Como reportado no relatório anterior, o Ministério da fazenda e a Fundação Getúlio Vargas mantém um Acordo de Cooperação Técnica para estudos em assuntos específicos em política econômica. O acordo permite que todo o Ministério se beneficie, quando um assunto novo, ou cujo foco não possua especialistas internos, precise ser discutido e elaborado, de forma tempestiva, e sem qualquer custo para o MF.

#### a) Projetos finalizados em 2009

<i>Origem</i>	<i>Projeto</i>	<i>Responsável</i>	<i>Início</i>	<i>Finalização</i>
STN	Modelagem Macroeconômica com Sustentabilidade Fiscal	João Victor Issler	21.01.2009	29.12.2009
STN	Projeto para TR Laboratório de Estudos Fiscais	Marco Antonio C Bonomo	20.02.2009	31.07.2009

#### b) Projetos em andamento em dez/2009

<i>Origem</i>	<i>Projeto</i>	<i>Responsável</i>	<i>Início</i>	<i>A Finalizar</i>
STN	Curso de Finanças Aplicadas	Marco Antonio C Bonomo	20.02.2009	02.10.09
STN	Interpolação de Variáveis Fiscais usando Indicadores Coincidentes e Antecedentes de Atividade Econômica: modelagem estatística e mudança de periodicidade	João Victor Issler	03.11.2009	29.10.10

#### c) Projetos propostos pelo MF e aceitos pela FGV no início de 2010

<i>Origem</i>	<i>Projeto</i>	<i>Responsável</i>	<i>Início</i>	<i>A Finalizar</i>
STN	Projeto para Avaliação de Choques de Produtividade e Políticas Fiscais em um Modelo DFGE para a Economia Brasileira	Marco Antonio C Bonomo	26.01.2010	22.10.10
STN	Projeto para TR Laboratório de Estudos Fiscais 2010	Marco Antonio C Bonomo	02.02.2010	27.11.10

SPE	Metodologias de Avaliação Microeconômica de Efetividade e Políticas Públicas	Luis Henrique Braido	10.02.2010	08.09.10
-----	--	----------------------	------------	----------

### 2.1.7 – Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA

Novamente, em função da crise financeira internacional, houve a necessidade de estabelecer novos procedimentos e outras prioridades de curto prazo tanto na agenda estratégica da SPE quanto na agenda estratégica do IPEA. Em função deste rearranjo, apenas as ações de consolidação e desenvolvimento do Fórum de Integração do Ciclo de Gestão das Políticas Públicas foram executados. A Coordenação-Geral de Políticas Públicas participou das reuniões de discussão e da formulação do regimento, ainda em fase de análise nos órgãos integrantes do Fórum. Importante mencionar que não houve gasto financeiro na consecução destas atividades, restando, portanto, apenas o registro do esforço dos servidores nesta tarefa adicional, e de seus salários, não contabilizados à conta da atividade referida.

É importante mencionar que se o Governo Federal possuísse um sistema de contabilização de custos, as horas gastas nesta atividade seriam contabilizadas como “over-head” e rateados pelos órgãos integrantes do fórum, o que, acreditamos, seria a base para o desenvolvimento de um sistema maior e mais abrangente de avaliação da efetividade do gasto público.

## 2.2 – Gestão de Patrimônio e Logística

Durante o ano de 2009 as instalações físicas da SPE foram renovadas e a infra-estrutura da Secretaria passou a contar com mais 2 salas de reunião (com capacidade para 60 pessoas) um espaço funcional para o Gabinete, sistema de refrigeração de ar moderno e mais eficiente, iluminação otimizada, com troca de toda a fiação elétrica, reforma da copa/cozinha e banheiros, 35 novas estações de trabalho em toda secretaria e salas grandes divididas por áreas de concentração do macroprocesso de trabalho (i.e., Política Microeconômica, Política Macroeconômica, Política Agrícola e Gestão Administrativa). A reforma do espaço físico foi fruto de um projeto idealizado ao final de 2008, com a cooperação dos profissionais (arquitetos e engenheiros da SPOA), posto em prática em janeiro de 2009 que, por motivos diversos, foi finalizada somente em novembro de 2009.

No que se refere à reforma do espaço físico da SPE, cabe ressaltar que a execução orçamentária foi feita pela SPOA/MF e com grande parte dos recursos inscritos em restos a pagar em 2008. A administração da obra (cronograma, fiscalização e administração de contratos) também ficou a cargo da SPOA, em respeito à Portaria MF nº 290 de 30 de setembro de 2004. Coube à SPE o acompanhamento das atividades da obra em consonância com o cronograma estabelecido e o arranjo arquitetônico do layout, de forma a garantir a execução da mesma dentro do que havia sido aprovado pelo Secretário de Política Econômica.

Cabe registrar que o cronograma da obra foi alterado três vezes, acarretando um atraso de aproximadamente cinco meses, em função de problemas com a empresa contratada para execução do revestimento do piso e do forro. Ficou evidente que todas as dificuldades que enfrentamos foram motivadas por deficiências no processo licitatório que, em certa medida, tiveram sua origem na própria 8.666. Felizmente o atraso mencionado não comprometeu o desempenho das atividades da SPE nem tampouco o alojamento dos novos profissionais que recebemos ao final do ano.

No que tange à gestão de patrimônio e logística, a rotina da área se concentrou nas atividades relacionadas com administração e controle de material e patrimônio, de forma a proceder à conferência periódica dos mesmos e, ainda, com a logística concernente a serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço. Adicionalmente, em 2009, a área ficou responsável pelo acampamento da obra da SPE. É notório reconhecer o bom desempenho da equipe e, ao final do exercício, o servidor responsável pela área foi congratulado com o cargo de Assistente Técnico – DAS 102.2 – em troca do antes ocupado (Chefe de Serviço – DAS 101.1). Esta reclassificação foi meritória e levou-se em conta, principalmente, a importância das atividades da área para o perfeito funcionamento da Secretaria.

Ainda sobre a equipe responsável pelas atividades de patrimônio e logística, está previsto para 2010, uma reestruturação (novos recursos humanos) haja vista que os dois profissionais que integravam a área eram terceirizados e foram desligados no último mês de fevereiro de 2010, por imposição do Termo de Conciliação Judicial, Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, os quais serão substituídos. Esta substituição será feita por servidor Assistente Técnico Administrativo (Carreira Fazendária) e por empregado anistiado da empresa Eletronorte, já incorporado ao quadro da SPE na data deste relatório. Também está prevista a contratação de estagiário de nível médio, dado a aplicabilidade de algumas atividades de logística (reprografia e controle de serviços de telefonia) e o caráter social que permeia o estágio.

Com relação ao patrimônio da SPE, em 2009, concomitante ao acompanhamento da execução da obra, foi empreendida uma renovação dos bens da Secretaria e, para isso, vários bens na condição de inservíveis foram transferidos para o depósito da SPOA/MF, bens em bom estado de conservação foram oferecidos para outras unidades do MF e bens novos foram incorporados.

Desta forma, na tentativa de uniformizar os bens móveis da Secretaria e de otimizar a ocupação do espaço físico, em consonância com o determinado pela Comissão de Espaços Físicos do MF, foram adquiridas estações de trabalho no sistema de baias, armários e gaveteiros de mesma padronagem, mesas de reunião extensíveis, várias divisórias, sendo algumas com tratamento acústico e outras com sistema retrátil (sanfonado).

Ainda com referência à renovação dos bens da SPE, cabe mencionar a troca de todos os aparelhos de ar-condicionado. Com a execução da reforma do espaço físico, foi possível

modernizar o sistema de refrigeração e circulação de ar da Secretaria e, para isso, contou-se com a assistência técnica da SPOA e da empresa contratada para serviços elétricos. Foram instalados 34 aparelhos de teto, do tipo “Cassete”, com controle remoto, o que propiciou um ambiente de trabalho mais agradável como um todo, uma vez que além do aparelho ser compartilhado em larga escala economizando energia elétrica, os mesmos não fazem qualquer ruído, o que, se comparados com os antigos, representam grande salto de qualidade e bem-estar no ambiente de trabalho. Em dezembro de 2009, foi realizado o Inventário Anual que verificou a conformidade dos bens patrimoniais existentes em contrapartida com o contabilizado.

Importante destacar ainda a variação patrimonial da SPE nos três últimos anos em que fica evidenciado o aumento de 45 % no valor total dos bens referente ao ano anterior (2008), apesar de finalizarmos o ano de 2009 em fase de incorporação de bens adquiridos na reforma. Estima-se que a incorporação dos bens restantes, que se dará no início de 2010, alcançará uma variação de 52%.

#### **Variação Patrimonial da SPE**

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Quantidade de bens	492	616	682
Valor Total	R\$631.739,98	R\$606.111,41	R\$879.506,43
Variação Patrimonial	-	(4%)	45%

### **2.3 - Gestão de Tecnologia da Informação**

No início do exercício de 2009 a área de Tecnologia da Informação foi reformulada em função do novo perfil e de novas necessidades da secretaria e suas atribuições foram redirecionadas para serviços de suporte à execução das atividades finalísticas. Essa adaptação abrangeu reestruturação da equipe (troca de profissionais), racionalização dos processos de trabalho e utilização de serviços adicionais prestados pelo SERPRO, previstos em contrato com a SPOA/MF (plantão de atendimento). Assim, a equipe foi reduzida de quatro para dois funcionários terceirizados e desde então tem estado sob o comando da Coordenação de Gestão Administrativa.

Vale ressaltar que a estrutura adotada para a área de TI não foi a nossa primeira ou melhor opção. No entanto, dadas as necessidades de substituição de toda a equipe antiga, os novos profissionais contratados e as novas atribuições, foram consideradas, num primeiro momento, suficientes para atender às necessidades da Secretaria, principalmente se considerarmos as limitações orçamentário-financeiras e a falta de cargo em comissão para estruturar a área em linha de comando, como o é na maioria das Secretarias do MF.

Dentre as atividades da área de TI, destacamos especialmente as seguintes:

- i) Manutenção preventiva de hardwares, softwares e periféricos;
- (ii) Suporte ao usuário, orientando a utilização ótima dos recursos;
- (iii) Manutenção da INTRANET, com o objetivo de disseminação de informações institucionais para os servidores da SPE e para os outros órgãos do MF;
- (iv) Disponibilização de acesso aos pontos de Agências de Notícias;
- (v) Controle de bens da infra-estrutura tecnológica, de acessos e usuários.

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO auxiliou a SPE nos serviços relacionados à infra-estrutura tecnológica, por intermédio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – COGTI/SPOA/SE/MF, através do contrato nº 41/2005. Os principais serviços desenvolvidos pelo SERPRO foram:

- (i) Rede Corporativa – Administração de rede lógica;
- (ii) Portal Institucional – Hospedagem do portal institucional da SPE;
- (iii) Agência de Notícias – Disponibilização de acesso aos pontos de Agências de Notícias;
- (iv) Servidor de Correio Eletrônico – servidor de contas de e-mail para os servidores do órgão;
- (v) REDE SERPRO - Disponibilização dos sistemas corporativos de grande porte (SIAPE, SIAFI, SIADS, COMPROT); e
- (vi) Internet – Acesso remoto e acesso à web.

### 2.3.1 – Infra estrutura tecnológica

#### Microcomputador

TEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	HP DC 5200	5	Locado
02	HP DC 5200	3	Tombado
03	HP DC 5800	48	Tombado
04	Montados (sem marca)	27	Tombado
<b>TOTAL:</b>		<b>83</b>	

#### Notebook

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Acer	1	Tombado
02	Semp Toshiba	4	Tombado
03	Toshiba	9	Tombado
04	Dell	1	Tombado
05	Asus	2	Tombado
<b>TOTAL:</b>		<b>17</b>	

### Scanner

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	HP Scanjet 8250	1	Tombado
<b>TOTAL:</b>		<b>1</b>	

### HD Externo

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Iomega 80 GB	4	Tombado
<b>TOTAL:</b>		<b>4</b>	

### Impressora

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Xerox Phaser 3428	20	Locada
02	Xerox WorkCentre M128	2	Locada
03	Xerox Phaser 4510	2	Locada
04	HP Color LaserJet 5500 PCL5c	1	Locada
05	OKI 7350 (PCL)	1	Locada
<b>TOTAL:</b>		<b>26</b>	

### Serviços de Informação

ITEM	MODELO	QUANTIDADE DE ACESSOS
01	Reuteris	2
02	Reuteris ECOWIN	1
03	BROADCAST (Agência Estado)	22
04	CMA	1
05	ECONOMÁTICA	1
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>

É importante mencionar que os profissionais terceirizados, destacados para a área de TI, em muito contribuíram, através de suas atividades rotineiras, com o controle de patrimônio. Com a tempestiva e correta atuação da equipe, foi possível economizar esforço e tempo na atividade de controle dos bens e serviços, utilizando planilhas de Excel. Ao longo do exercício de 2009 este controle se apresentou incipiente e, para janeiro de 2010, com a cooperação da Secretaria



de Acompanhamento Econômico – SEAE na cessão de um módulo de controle patrimonial, está planejado a implementação do Sistema de Inventário - RTI. Este sistema tem a finalidade de automatizar as tarefas (aquisição ou movimentação de equipamentos/software) na Secretaria de Política Econômica, tal e qual já vem sendo feito na SEAE.

### **Custos de Tecnologia da Informação**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CUSTO (R\$)</b>
01	Serviços de Informação	367.647,69
02	Locações	33.218,20
03	Aquisições diversas ( toner etc.)	15.249,90
<b>TOTAL</b>		<b>416.115,79</b>

#### **2.3.2 - Dificuldades Encontradas na área de TI**

A SPE, ao final de 2008, havia planejado algumas ações na área de TI, as quais não se concretizaram no exercício de 2009, seja por questões orçamentárias ou por questões legais.

Em meados do ano de 2009, a SPE foi obrigada a reduzir, consideravelmente, os acessos aos serviços de informação (banco de dados de preços de mercado), apesar de sua importância para a área finalística. Este corte alcançou a margem de 65% uma vez que a SPE teve grande contingenciamento de seu orçamento no ano da crise. Em novembro de 2009, devido à mudança da conjuntura econômica do país, mais favorável à recomposição das estimativas iniciais, foi possível restabelecer os antigos acessos junto à SPOA.

Em virtude da competência exclusiva da SPOA, conforme Portaria MF nº 290, de 30 de setembro de 2004, para “*administração dos recursos de informação e informática*”, a SPE ficou impedida a atuar no que se refere a aquisições de bens e serviços. Com isso, várias demandas apresentadas no decorrer do ano também não foram atendidas, gerando impactos negativos na capacidade de geração de dados, estudos e análises, principalmente quando a atividade depende enormemente da eficiência das máquinas, do acesso a bancos de dados proprietários e da aquisição de novos softwares que otimizam e aumentam a produtividade da atividade de estimação, estatística, formulações econométricas e elaboração de grade de parâmetros..

Vale registrar as demandas que até a data de envio deste relatório ainda não haviam sido atendidas:

### Necessidades Tecnológicas da SPE

Item	Discriminação	Status da demanda em dez/2009
Microcomputador	25 para substituição de locação	pendente 5 máquinas
	25 para novos servidores	pendente 10 máquinas
	26 para substituição do PACE	pendente 26 máquinas, demanda não atendida
	1 máquina configuração especial *(1)	demanda não atendida
Periféricos	20 teclados	pendentes 19 teclados
	20 mouses	pendentes 15 mouses
E-Views	6 licenças	pendente 6 licenças, demanda não atendida

\*(1) Microcomputador com as seguintes configurações: CPU Intel Core 2 Quad Q9550, Placa mãe Asus P5Q3 Deluxe, Placa de vídeo: GeForce 9800GT 512 MB, HD: Samsung 500GB, Memória RAM: 4GB DDR3 PC10666/1333 Mhz, Gravador DVD, Fonte 500 Watts.

Tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas, ainda em 2009, foi apresentada a seguinte demanda à SPOA/MF para 2010:

### Demandas para a COGTI/SPOA/MF

Item	Discriminação
Softwares	Adobe Acrobat Professional 8.1
	Eviews 6.0
	CATS RATS 7.0
	SPSS 17.0
	SAS (Analytic PRO+ETS)
	BME
	Oxmetrics STAMP e PC-GETS (PC-GIVE)
	Matlab Econometrics Toolbos 1.1
	Microsoft Access 2007
	SQL Server 2008
	Agência Notícias (adicionar 10 pontos)

### 2.3.3 - Desafios para 2010

A SPE, em parceria com a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, ao longo do exercício de 2009, desenvolveu o projeto piloto para implantação de um Data Warehouse (DW), a ser compartilhado com as demais secretarias do MF, para coleta e análise de preços (nacionais e internacionais) e de séries de variáveis macroeconômicas.

O principal objetivo para a adoção desta ferramenta do DW na SPE é armazenar informações de índices econômicos em um Banco de Dados de forma consolidada, com o processamento e acesso rápido a informações fidedignas, apresentando-as em um formato amigável e de fácil customização pelo servidor da SPE. O orçamento para o desenvolvimento foi estimado inicialmente na SEAE, cuja Unidade Gestora havia se comprometido em arcar com os custos iniciais.

Em dezembro de 2009, a SEAE desligou-se do projeto e, devido a sua importância para os trabalhos da SPE, está em estudo na COGTI/SPOA a possibilidade de a Secretaria assumir tecnicamente o projeto em 2010 e a SPOA assumir a parte financeira, uma vez que a SPE não havia feito esta previsão em seu orçamento para o período de 2008-2010. Para isso, alguns insumos serão necessários, tais como: reestruturação da área de TI e remanejamento de recursos orçamentários de outras unidades do MF para atender às necessidades de desenvolvimento do projeto, uma vez que o desligamento da SEAE do projeto DW ocorreu após formulação da proposta orçamentária da SPE.

## 2.4 - Gestão Documental e Protocolo da SPE

Para a execução das atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação e arquivo de documentos a Secretaria conta com uma equipe de 4 servidores, todos servidores estáveis. Em julho de 2009, foi iniciado um processo de unificação dos Protocolos do MF e a SPE foi a primeira unidade a se decidir pela transferência dos serviços de Protocolo para a SPOA/MF. A criação de um Protocolo Geral no MF visava à otimização de espaços físicos e de mão de obra e evitaria a circulação de pessoas estranhas nas dependências do Ministério.

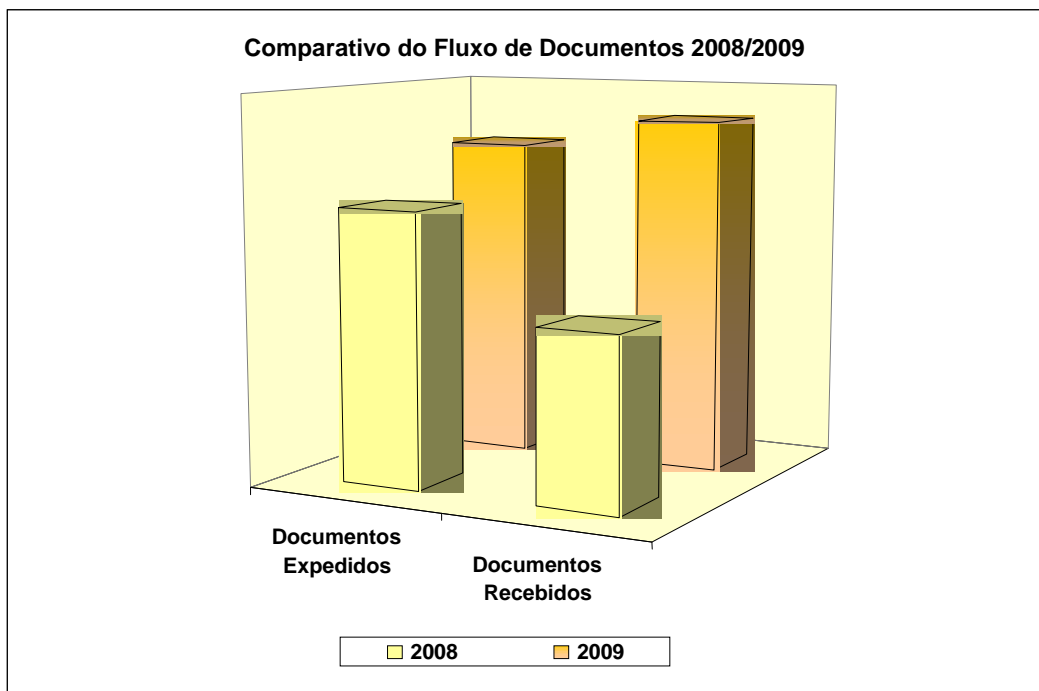
Inicialmente o recebimento e o cadastramento de documentos encaminhados à SPE seriam processados no Protocolo Geral (Térreo do Edifício Sede). Num segundo momento da unificação, seria transferida a tarefa de remessa externa e distribuição interna de documentos. No entanto, com o aumento do fluxo de documentos na Secretaria, devido à inserção de novas atividades e atribuições à SPE, entendeu-se que o momento não era apropriado e a unificação não foi adiante. A própria SPOA já reconheceu que faltou ação de “gestão da mudança cultural”, uma vez que as secretarias ainda se vêem como algo separado no Ministério da fazenda. Como se cada secretaria fosse um ministério à parte. O levantamento da totalidade de documentos recebidos e expedidos na SPE, segue na tabela abaixo:

**Fluxo de Documentos na SPE 2008/2009**

	2008	2009	Variação (%)
Documentos Expedidos	1420	1677	15%
Documentos Recebidos	891	1830	105%

A diferença apurada entre os documentos recebidos e expedidos (153 documentos), numa análise superficial feita no Protocolo, deve-se ao registro de convites, solicitações de reformas econômicas ou políticas setoriais, cujas medidas não devem ser comentadas ou divulgadas ou quando as mesmas são feitas de forma extemporânea, ou ainda do envio de correspondências por engano (matéria não pertencente ao rol de atribuições institucionais da SPE) ou que pertença ao rol de outra secretaria do MF. A estas correspondências, a SPE tem dado o tratamento de arquivamento simples, com o devido registro do despacho da autoridade competente no COMPROT, para fins de auditorias futuras.

**Gráfico Representativo (dezembro 2009)**



## 2.5 - Gestão de Recursos Humanos

A questão do gerenciamento de recursos humanos na Secretaria de Política Econômica é restrita, em função, principalmente, da secretaria não possuir quadro próprio.

Para entender um pouco mais o processo de construção do quadro de servidores da SPE, vamos retornar ao mês de agosto do ano de 2008, quando a gestão atual assumiu a secretaria e elaborou a agenda estratégica da área finalística de curto e médio prazo (2008-2010).

A agenda estratégica de política econômica daquele período foi construída com base nas necessidades de se cumprir com as atribuições institucionais e nas oportunidades que o secretário vislumbrou à época, diante do contexto da economia brasileira. Naquela agenda constavam 83 novos assuntos (não públicos, mas à disposição das auditorias que o desejarem), além das atividades rotineiras, que foram tratados como projetos de curto e médio prazo, de elaboração de propostas de políticas, a serem discutidas e apresentadas ao Ministro da Fazenda e aos órgãos diretamente envolvidos na política. No que tange à agenda estratégica de longo prazo, a SPE, juntamente com o MDIC e o BNDES, desenvolveu as propostas de PDP (política de desenvolvimento produtivo), estratégias de dinamização e monitoramento do PAC (programa de aceleração do crescimento), proposta de políticas habitacionais de curto e longo prazo, juntamente com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, o programa MCMV (minha casa, minha vida) e, além disso, com a eclosão da crise internacional, as políticas anticíclicas de combate à crise.

Entretanto, em agosto daquele já se sabia que a SPE precisaria fortalecer a equipe técnica. Com o apoio da Secretaria do Tesouro Nacional, a SPE recebeu 14 servidores da carreira de analista de finanças e controle, sendo nove de novo concurso (realizado em 2008) e 5 de concurso de remoção interna, com mais de 3 anos de experiência. Atualmente acredita-se que para dinamizar algumas áreas, tais como a coordenação-geral de políticas públicas e a coordenação-geral de seguros e previdência complementar, a SPE necessitaria ainda de cinco servidores adicionais, o que será atendido assim que a Secretaria do Tesouro Nacional obtiver autorização para realizar novo concurso do Ministério do Planejamento.

### 2.5.1 – Quadro de Pessoal

<b>FORÇA DE TRABALHO DA SPE</b>	
Servidor com vínculo	64
Servidor sem vínculo	10
*Empregado da Caixa econômica Federal - CEF	3
Terceirizados	14
Estagiários	4
<b>Total da força de trabalho</b>	<b>95</b>
<b>OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO</b>	
Servidor com vínculo	32
Servidor sem vínculo	10
Servidor sem cargo em comissão	32

Fonte: SPE/MF \*Acordo de Cooperação Técnica entre a SPE e a Caixa Econômica Federal, ( PAC)

<b>FORÇA DE TRABALHO – APOIO ADMINISTRATIVO</b>	
Servidor com vínculo	13
Servidor sem vínculo	4
Terceirizado*	14
<b>SERVIDORES EM CARGO EM COMISSÃO</b>	
Com vínculo	6
Sem vínculo	3
<b>COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO – APOIO</b>	
<b>Comissionado com vínculo</b>	6
Ministério da Fazenda (PCFAZ)	8
SERPRO	2
STN	3
<b>Comissionado sem vínculo</b>	3
<b>Sem comissão e com vínculo</b>	7
<b>Com Função Gratificada (FG)</b>	6

Fonte: SPE/MF \*Processo de Desligamento iniciado em fevereiro de 2010 (5 secretárias e 3 assistente administrativo)

<b>FORÇA DE TRABALHO – ÁREA FINALÍSTICA</b>		
<b>QTDE</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
1	Secretário	Economia (PhD)
3	Secretário Adjunto	2 Economia, 1 Agronomia
1	Chefe de Gabinete	Economia/Matemática
5	Coordenador Geral	Economia
1	Coordenador Geral	Agronomia
2	Coordenador Geral	Administração
1	Coordenador Geral	Ciências da Computação
1	Coordenador Geral	Direito
1	Assessor	Economia
6	Coordenador	Economia
1	Coordenador	Administração
1	Coordenador	Agronomia
1	Coordenador	Engenharia
1	Assessor Técnico	Direito
1	Assistente	Economia
2	Chefe de Divisão	Economia
1	Chefe de Divisão	História
1	Assistente Técnico	Economia
1	Assistente Técnico	Letras
1	Assistente Técnico	Ensino Médio
<b>TOTAL</b>		<b>33</b>

Fonte: Sistema de RH da SPE

### Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

QTDE	CARGOS EM COMISSÃO	QTDE	FUNÇÃO GRATIFICADA
1	DAS 101.6	6	FG-1
3	DAS 101.5	2	FG-2
1	DAS 102.4	3	FG-3
11	DAS 101.4		
2	DAS 102.3		
9	DAS 101.3		
7	DAS 102.1		
2	DAS 102.2		
5	DAS 101.2		
1	DAS 101.1		

Fonte: SPE/MF

### Distribuição dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas

CÓDIGO DAS	ATIVIDADE	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA DE GESTÃO
101.6	Secretário	1	0
101.2	Secretário Adjunto	3	0
101.4	Chefe de gabinete	1	0
101.4	Coordenador Geral	10	0
102.4	Assessor	1	0
102.3	Assessor Técnico	2	0
101.3	Coordenador	8	1
102.1	Assistente Técnico	7	0
102.2	Assistente	1	1
101.2	Chefe de Divisão	3	2
101.1	Chefe de Serviço	0	1

Fonte: SPE/MF

### Servidores Cedidos ou em Exercício Descentralizado na SPE

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	QTDE	OCUPANDO CARGO EM COMISSÃO
BACEN	7	7
BNDDES	1	1
*CEF	3	0
CONAB	2	2
IPEA	1	1
MPOG	10	7
SERPRO	2	1
UFRJ	1	1
**STN	27	8
<b>TOTAL</b>		<b>26</b>

\*Acordo de Cooperação Técnica, entre a SPE e a CAIXA (PAC)

\*\*Servidores da carreira de Analista de Finanças e Controle (STN), em exercício descentralizado na SPE.

Outro ponto relevante mencionar diz respeito ao quadro de pessoal terceirizado. No início de 2009, o MPOG autorizou o MF a realizar concurso para seleção de 2600 servidores, com fins de substituição do pessoal terceirizado. Em 2009, o quadro de terceirizados contava com 16 (dezesesseis) profissionais, sendo: 4 na área de suporte à copa, 2 na área de TI, 6 na função de secretária, 4 na função de assistente administrativo. À exceção dos 4 profissionais de copa e dos 2 profissionais de TI, todos os 10 profissionais terceirizados foram desligados em fevereiro de 2010. Atualmente não existe na SPE profissionais terceirizados passíveis de enquadramento no Termo de Conciliação Judicial, do Ministério Público do Trabalho.

### **2.5.2 – Capacitação dos servidores**

Como a SPE não possui quadro próprio de servidores, a política de capacitação se resume em capacitação típica de curto e longo prazo, sendo a capacitação de curto prazo focada nas tarefas e atividades desempenhadas pelo servidor e nas necessidades institucionais e técnicas da SPE, e a capacitação de longo prazo voltada apenas a servidores estáveis, ou seja, regidos pelo Regime Jurídico Único, orientados sempre pelas normas constantes dos pareceres PGFN/CJU/Nº 556/2002, PGFN/CJU/Nº 1440/2006 e PGFN/CJU/Nº710/2006.

Neste contexto a SPE tem autorizado apenas treinamentos e capacitações de curto prazo, com foco nas atividades desempenhadas pelos servidores. Quanto aos cursos de longo prazo, é importante estabelecer que ainda não existe uma regra clara dentro da SPE ou do próprio Ministério da Fazenda, mas na SPE, as autorizações seguem o seguinte raciocínio (cursos solicitados e cursos recomendados):

#### *A – Cursos Solicitados:*

- a) Análise da chefia imediata sobre a natureza e aplicabilidade do curso solicitado;
- b) Com a avaliação de mérito, tanto do servidor quanto do conteúdo do curso, a proposta é enviada à chefia de gabinete (que desempenha a função de ordenação de despesas) que confere a elegibilidade do servidor, dentro dos requisitos previstos em Lei, e avalia a pertinência ou não da consulta aos órgãos de origem do servidor indicado;
- c) Dependendo da carreira do servidor e do período de duração do curso, o órgão de origem deverá ser consultado e manifestar-se. Os casos mais críticos são as solicitações para afastamento para cursar cursos de longa duração (acima de 4 meses), pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- d) Após manifestação do órgão, se curso de longa duração, o afastamento é publicado em Portaria, pelo órgão de origem, devendo o servidor ser exonerado do cargo em comissão, quando houver.

#### *B – Cursos Recomendados:*

- a) A SPE, anualmente, prepara uma listagem com os cursos oferecidos pela ESAF e pela FGV, para avaliação interna e oferta estes cursos, com públicos tanto na área finalística quando na área de gestão administrativa, para que os servidores se programem no ano a fim de participarem dos cursos que são recomendados.



- b) Como tanto os cursos da ESAF quanto da FGV não apresentam um custo direto para a SPE (o MF possui um Acordo de Cooperação Técnica com a FGV que permite a concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação a servidores estáveis) e seminários e cursos de curta duração para todos os servidores, incluindo-se aqueles sem vínculo com a administração federal.

Ainda assim, na SPE, após todas as análises e avaliações de mérito, o setor de gestão administrativo, juntamente com a ordenadora de despesas, são instados a se manifestar sobre a situação orçamentária da secretaria, se o pleito é razoável em termos de custo financeiro, dentro do contexto da secretaria, isoladamente. Com isso, diminui-se o risco de gastos inadequados e viagens e liberações desnecessárias, ou pouco contributivas, em termos de treinamento e capacitação.

No que tange aos servidores da carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do MPOG, o regulamento da carreira prevê treinamentos periódicos para progressão na ENAP. Neste sentido, a SPE tem a política de liberar os servidores, sempre que demandado pelo próprio.

No que tange aos servidores do Banco Central, há o mesmo procedimento: apenas liberados pela SPE para fazer cursos de curta duração, sem necessidade de autorização do BACEN. Caso o servidor pleiteie curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado, o servidor deverá retornar ao órgão de origem para ser liberado.

No que tange aos servidores da carreira de Analista de Finanças e Controle, da Secretaria do Tesouro Nacional, uma vez que a carreira é de lotação no Ministério da Fazenda, podendo ter exercício descentralizado em outro órgão fazendário, os servidores que pleitearem cursos de longa duração terão apenas que informar o RH da STN, que é o gestor da carreira no MF, desde que o superior imediato na SPE aprove o mérito. Os servidores pertencentes às carreiras do PGPE e do ATA (Auxiliar Técnico Administrativo), deverão seguir o mesmo procedimento, devendo apenas ser consultada a COGRH/SPOA, que é o órgão gestor destas carreiras no MF. Há ainda servidores de outros órgãos, em menor número, como IPEA, UFRJ, CONAB e outros. Estes servidores recebem cursos de curta duração, com o mesmo procedimento contido na letra "A" acima, e, no caso de pleito de cursos de longa duração, deverão obter a liberação de seus respectivos órgãos de origem.

Para cursos de mestrado, ou doutorado, no exterior, é lícito que o Ministério como um todo se manifeste sempre desfavorável ao pagamento dos mesmos, uma vez que a Administração Pública já possui organismos que concedem bolsas de estudos no exterior a cidadãos brasileiros (tais como CAPES e CNPQ), cujo candidato necessita ser aprovado em processo seletivo público (concurso). Há ainda outros meios de financiamento, tais como bolsas de organismos internacionais, mas que também exigem aprovação em seleção pública prévia (concurso). Portanto, o MF não arca com o custo de cursos de mestrado ou doutorado no Brasil ou no exterior, exceto aqueles desenvolvidos pela ESAF, com foco no desenvolvimento institucional do Ministério da Fazenda.

### Capacitação de Servidores na SPE em 2009

	Evento/Treinamento/Curso	Quantidade de Servidores qualificados
1	2009 Brazil Summit	1
2	29º ENAEX – Encontro Nacional de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro/RJ.	1
3	2º Curso "Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP)"	1
4	2º Seminário Informação Pública Federal	1
5	A Short Course on Estimation, Solution and Policy Analysis Using Equilibrium Monetary Models	1
6	Advanced Seminar on Regulatory Policy	1
7	Análise de Dados em Painel	2
8	Colóquio Empregos Verdes e Construções Sustentáveis	2
9	Como Elaborar Pareceres e Relatórios Técnicos	1
10	Constituição de Grupos de Trabalho no Nível Estratégico da Gestão PPA 2008 / 2011 (GT-SAÚDE)	2
11	Curso de Contas Nacionais e Trimestrais	2
12	Curso de introdução aos Mercados Derivados BB/BM&F, em São Paulo/SP.	1
13	Direito e Desenvolvimento - Debates Sobre O Impacto do Mercado Jurídico no Desenvolvimento Econômico Brasileiro	1
14	Direito Tributário e o Mercado Financeiro e de Capitais	1
15	Estatísticas Monetárias e Financeiras	1
16	Formação de Expectativas e Aprendizagem em Economia Monetária	1
17	Gastos Tributários da União (Renúncia Fiscal)	2
18	Gestão da Ética Pública	1
19	Gestão Macroeconômica e Política Fiscal	1
20	Gestão Macroeconômica e Política Fiscal	1
21	I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em Salvador/BA.	1
22	II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira – As repercussões da Crise Financeira sobre a América Latina e o Brasil.	1
23	Introdução aos Métodos Quantitativos de Políticas Públicas	5
24	Introdução às Contas Nacionais	2
25	Matriz Insumo-Produto	1
26	Mercados Financeiros e Novos Instrumentos Financeiros	3
27	Monitoramento e Avaliação na Administração Pública	2
28	Nova Regra Ortográfica - Turma 1 - Ministério da Fazenda	1
29	Previsão e Análise de Receitas	1
30	Reunião de Orientação para Novos Membros do Conselho de Financial Stability Board -FSB	1
31	Seminário “Desoneração Tributária das Exportações: Um apelo por competitividade”, em São Paulo/SP.	1
32	Seminário “Sustainable Development Leadership Program” e de reuniões com representantes do governo britânico e setores da Comissão Européia.	2
33	Seminário ABC do Diálogo e do Desenvolvimento a fim de debater o	1

	Evento/Treinamento/Curso	Quantidade de Servidores qualificados
	papel do Poder Público Federal, Estadual e municipal na Superação da Crise Internacional, São Bernardo do Campo/SP.	
34	Seminário Alternativas Tecnológicas e Novas Tendências na Mobilidade Urbana, em Porto Alegre/RS	1
35	Seminário CGPP / Direito e Desenvolvimento	1
36	Seminário Crise Mundial e Desenvolvimento Regional: Desafios e Oportunidades para o Brasil	1
37	Seminário Crise Mundial e Desenvolvimento Regional: Desafios e oportunidades para o Brasil.	1
38	Seminário de Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo do Governo Federal, na FIESP e de reunião sobre Conjunturas Econômicas com representantes da FEBRABAN.	1
39	Seminário de Política Fiscal do Laboratório de Setudos Fiscais	1
40	Seminário do Núcleo de Estudos Internacionais – NEI – Tema: As perspectivas do Brasil frente a crise, no Rio de Janeiro/RJ.	1
41	Seminário Internacional - Cooperação Federativa: Estratégia para o Desenvolvimento	1
42	Seminário Internacional “A Hora e a vez da Política de Desenvolvimento Produtivo”, no Rio de Janeiro/RJ.	1
43	Seminário Internacional “Crises Financeira e Financiamento Agropecuário e Rural na América Latina” em Santiago/Chile.	1
44	Seminário Internacional sobre “Agricultura Familiar, Soberania Alimentar e Sistemas Financeiros Rurais: Desafios e Oportunidades diante da Crise” em Fortaleza/CE.	1
45	Seminário Internacional Informação de Custos no Setor Público	3
46	Seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2009 e 2010, em São Paulo/SP.	2
47	Seminário Sistemas de Informação de Custos na Administração	1
48	Seminário sobre o Direito Tributário e o Mercado Financeiro e de Capitais – 2009, em São Paulo/SP.	1
49	Shadow G8	1
50	Simpósio de Recomendações Estratégicas para a Siderurgia no Brasil, em São Paulo/SP	1
51	Sustainable Development Program	2
52	V Seminário ANBIMA de Mercado de Capitais, em São Paulo/SP.	1
53	Workshop “Desafios e Oportunidades da Política de Desenvolvimento Produtivo: Workshop Setoriais”, em São Paulo/SP.	2
54	XXI - Seminário Regional de Política Fiscal / 2009	1
55	XXI Seminário Regional de Política Fiscal – CEPAL, em Santiago/Chile.	1
56	XXIV Seminário de Política Externa	1
57	XXXVII Encontro Nacional de Economia	2
58	XXXVII Encontro Nacional de Economia, a ser realizado em Foz do Iguaçu/PR.	1
	<b>Total de Servidores Beneficiados</b>	<b>78</b>

Importante mencionar que o total investido em treinamento e capacitação na SPE, durante o ano de 2009, foi de R\$ 47.450,96, incluindo-se neste cálculo os custos de passagens e diárias, quando ocorreram. Ou seja, mesmo num ano de cortes profundos no orçamento, a SPE não deixou de investir na capacitação de seus servidores. O investimento *per capita* foi de R\$ 608,35. Para 2010, a previsão é de R\$ 980,00 *per capita*, caso não haja cortes substanciais no orçamento do Ministério como um todo.

## 2.6 – Gestão Orçamentária e Financeira

O recurso vinculado ao Programa 1266 “Gestão da Política Econômica” (constituído pelas Ações: 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas e 2272 - Gestão e Administração do Programa) foi de R\$ 2.231.142,00 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e quarenta e dois reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 1.516.000,00 (um milhão quinhentos e dezesseis mil reais). Tendo em vista as alterações dos Decretos nº 6.752, de 28/01/09 e nº 6.808, de 27/03/09 de 2008, informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2009.

A Secretaria de Política Econômica priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais. As despesas executadas na fonte 0100, pela UG 170250, foram de R\$ 182.320,61 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e vinte reais e sessenta e um centavos). Foram descentralizados R\$ 963.427,14 (novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quatorze centavos) para a UG 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/MF, R\$ 33.218,20 (trinta e três mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos) - Gerência Regional de Administração do MF em Minas Gerais e o valor de R\$ 13.626,39 (treze mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos) para a COGRH/SPOA/MF e R\$ 63.860,95 (sessenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), inscritos em restos a pagar, para a execução de ações de competência daqueles órgãos, porém, em benefício do plano de trabalho anual da SPE.

Ainda referente à execução de despesas na fonte 0100 pela UG 170250, as despesas com diárias, passagens e locomoção totalizaram em R\$ 179.340,81 (cento e setenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e um centavos). As despesas com diárias foram de R\$ 64.302,74 (sessenta e quatro mil trezentos e dois reais e setenta e quatro centavos) e com passagens R\$ 115.038,07 (cento e quinze mil, trinta e oito reais e sete centavos).

## 2.7 – Suprimento de Fundos/Serviços

A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

## 2.8 – Controle da Gestão

### 2.8.1 - Controle interno da gestão

#### Diárias e passagens decorrentes de viagem em finais de semana e feriados

Nº	Nome	Trecho	Período do afastamento	Qt. diárias	Valor da diária	Motivo da viagem	Valor da passagem
1	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/MAO/MIA/GRU/BSB	08/01 a 10/01/09	2,0	2.193,27	Proferir palestra na "Latin America CEO Conference", sobre os fundamentos macroeconômicos brasileiros, em Miami, Estados Unidos.	15.062,26
2	Júlio Alexandre Menezes da Silva	BSB/GRU/SCL/GRU/BSB	25/01 a 30/01/09	5,0	2.363,18	Participar do XXI Seminário Regional de Política Fiscal - CEPAL, no período de 26 a 29/01/2009, em Santiago-Chile.	1.988,57
3	Nelson Henrique Barbosa Filho	GIG/GRU/LHR/GRU/BSB	30/01 a 04/02/09	5,0	5.513,55	Participar da "Reunião de Vice-Ministros e Diretores de Bancos Centrais do G-20", em Londres - Reino Unido.	11.198,29
4	José Antônio Pereira de Souza	BSB/GRU/LHR/BSB	30/01 A 04/02/09	5,0	4.670,05	Assessorar o Secretário de Política Econômica que irá participar da "Reunião de Vice-Ministros e Diretores de Bancos Centrais do G-20", em Londres - Reino Unido.	11.282,83
5	Ana Lúcia Carvalho	BSB/CWB/BSB	08/02 a 10/20/09	2,5	332,30	Participar de reunião da 5ª Turma de Julgamento Regional, em Curitiba.	935,50
6	Dyogo Henrique	BSB/GIG/BSB	09/02 a 10/02/09	1,5	262,93	Participar de reunião PDP - TIC/Semicondutores, no Rio de Janeiro/RJ.	596,96
7	José Sampaio Barros	BSB/POA/BSB	15/02 a 17/02/09	2,5	411,38	Participar de reunião da 4ª TJCER/PROAGRO, como representante do Ministério da Fazenda, para julgamento de recursos, em Porto Alegre/RS.	915,93
8	Dyogo Henrique de Oliveira	BSB/SUÍÇA/BSB	07/03 a 12/03/2009	5,0	4.758,55	Compor a Delegação Brasileira que irá participar do quinto exercício de Revisão da Política Comercial do Brasil (Trade Policy Review-TPR).	3.947,43

Nº	Nome	Trecho	Período do afastamento	Qt. diárias	Valor da diária	Motivo da viagem	Valor da passagem
9	Ana Lúcia Carvalho Jardim Ferreira	BSB/CWB/BSB	22/03 a 24/03/2009	2,5	332,30	Participar da reunião do Colegiado para julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais no PROAGRO, como representante do Ministério da Fazenda, em Curitiba/PR.	858,63
10	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/SP/BSB	29/03 a 30/03/09	1,5	314,55	Acompanhar o Exmº Senhor Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista coletiva no Banco do Brasil, de 10h00 as 13h00, e, despachos diversos com o Ministro da Fazenda, de 15h00 as 17h00, em São Paulo.	988,23
11	Dyogo Henrique de Oliveira	BSB/CGH/BSB	05/04 a 06/04/09	1,5	270,30	Representar o Senhor Secretário de Política Econômica, Nelson Henrique Barbosa Filho, como palestrante e participar como moderador no Workshop Internacional Política de Subsídio Habitacional e Fundo Garantidor, na sede da ABCP, em São Paulo/SP.	1.050,10
12	José Sampaio de Barros	BSB/POA/BSB	26/04 a 28/04/09	2,5	411,38	Participar da 4ª TJR-CER/PROAGRO, para julgamento de recursos durante o mês de abril de 2009, em Porto Alegre/RS.	896,83
13	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/CGH/GRU/AD/ JFK/GRU/BSB	22/04 a 29/04/09	7,0	7.297,42	Participar das reuniões do Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial, e do evento "2009 Brazil Summit", em Washington e Nova Iorque, Estados Unidos, no período de 22/04 a 29/04/2009.	18.389,36
14	Aloísio Lopes Pereira de Melo	BSB/GRU/LHR/ BRU/LHR GRU/BSB	02/05 a 09/05/09	7,0	5.969,18	Participar do Seminário "Sustainable Development Leadership Program" e de reuniões com representantes do governo britânico e setores da Comissão Européia.	3.497,31
15	Tiago Nunes de Freitas Dahdah	BSB/GRU/LGW/ LUX/LGW/GRU/ BSB	02/05 a 09/05/09	7,0	5.969,18	Participar do Seminário "Sustainable Development Leadership Program" e de reuniões com representantes do governo britânico e setores da Comissão Européia.	3.484,78
16	Júlio Alexandre Menezes da Silva	BSB/CGH/BSB	24/05 a 28/05/09	4,0	3.481,75	Participar da reunião de Orientação para Representantes Graduados dos Novos Membros, em 26/05/2009, na Basileia/Suíça.	4.987,40
17	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/SP/BSB	20/06 a 20/06/09	0,5	88,98	Proferir palestra no Seminário Internacional sobre a crise mundial com o seguinte tema: "Os organismos internacionais frente à crise", em São Paulo/SP.	592,19
18	José Sampaio Barros	BSB/POA/BSB	14/06 a 16/06/09	2,5	411,38	Participar da 4ª TJR-CER/PROAGO, para julgamento de recursos durante o mês de junho de 2009, em Porto Alegre/RS.	926,44
19	Júlio Alexandre Menezes da Silva	BSB/SP/CDG/ BSL/SP/BSB	24/06 a 28/06/09	4,0	3.438,71	Participar da reunião inaugural do Conselho do <i>Financial Stability Board - FSB</i> , na Basileia/Suíça.	5.870,32
20	Júlio Alexandre Menezes da Silva	BSB/SP/BSB	24/07 a 25/07/09	1,5	270,30	Representar o Senhor Secretário de Política Econômica, Nelson Henrique Barbosa Filho, em reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em São Paulo/SP.	1.049,63

Nº	Nome	Trecho	Período do afastamento	Qt. diárias	Valor da diária	Motivo da viagem	Valor da passagem
21	Gilson Alceu Bittencourt	BSB/SP/BSB	20/10 a 24/10/09	4,0	1.394,55	Participar do Seminário Internacional "Crises Financeira e Financiamento Agropecuária e Rural na América Latina", em Santiago/Chile.	1.100,61
22	Mônica Avelar Antunes Netto	BSB/LDB/BSB	27/09 a 29/09/09	2,5	609,02	Participar do 4º Rural Tecnoshow onde haverá um amplo debate sobre "Trigo Brasil - Situação atual e desafios", em Londrina/PR.	474,34
23	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/GRU/JFK/AD/GRU/BSB	31/10 a 07/11/09	0,0	0,00	Participar de em Nova Iorque da Conferência sobre AL/Beyond Economic Crisis - Assesing Impact and Defining new norms for Economic Policy in LA e em Washington participar da Conferência sobre o Impacto de Longo Prazo das Flutuações de Curto Prazo.	9.686,19
24	Nelson Henrique Barbosa Filho	BSB/SP/IAD/JFK/SP/BSB	31/10 a 07/11/09	6,0	5.392,95	Proferir palestra na ONU no dia 30/10/09 e participar em Nova Iorque da Conferência sobre AL/Beyond Economic Crisis - Assesing Impact and Defining new norms for Economic Policy in LA e em Washington participar da Conferência sobre o Impacto de Longo Prazo das Flutuações de Curto Prazo.norms for Economic Policy in LA e em Washington participar da Conferência sobre o Impacto de Longo Prazo das Flutuações de Curto Prazo.	8.793,47
25	Manoel Carlos de Castro Pires	BSB/SP/IAD/JFK/SP/BSB	31/10 a 07/11/09	6,0	4.578,15	Acompanhar o Senhor Secretário de Política Econômica, Nelson Henrique Barbosa Filho, na palestra que será realizada na ONU no dia 30/10/09 e participar em Nova Iorque da Conferência sobre AL/Beyond Economic Crisis - Assesing Impact and Defining new norms for Economic Policy in LA e em Washington participar da Conferência sobre o Impacto de Longo Prazo das Flutuações de Curto Prazo.norms for Economic Policy in LA e em Washington participar da Conferência sobre o Impacto de Longo Prazo das Flutuações de Curto Prazo.	9.029,79
26	José Sampaio Barros	BSB/POA/BSB	29/11 a 01/12/09	2,5	714,77	Participar das reuniões da 4ª TJR-CER/PROAGRO, para julgamento de recursos, em Porto Alegre/RS.	439,89
27	Daniel Henrique Salgado	BSB/CGH/BSB	22/11 a 27/11/09	5,5	1.226,38	Participar do curso de Introdução aos Mercados Derivativos BB/BM&F, em São Paulo/SP.	681,35
28	Bruno Orsi Teixeira	BSB/REC/NAT/BSB	04/12 a 06/12/09	2,5	589,14	Participar de visitas às áreas definidas para a instalação das ZPE de Assú (RN) e Jaboaão dos Guararapes (PE).	1.877,86



### **2.8.2 - Controle externo da gestão**

Dentro da nova sistemática de prestação de contas, implantada pelo Tribunal de Contas da União, ano passado não tivemos Tomada de Contas.

### **2.8.3 – Diligências**

Não houve diligências de órgãos de controle na Secretaria de Política Econômica – SPE no exercício de 2009.



### 3 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

#### 3.1. Programas

##### 3.1.1 – 1266 - Gestão da Política Econômica e 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas

**Finalidade:** Propor medidas e aperfeiçoamentos nos normativos legais, avaliando os efeitos econômicos e sociais de sua implementação visando promover a eficiência econômica e a inclusão social. Acompanhar e analisar a evolução dos indicadores econômicos e fiscais, com o intuito de subsidiar e coordenar as decisões de política econômica e avaliar proposições legislativas de cunho econômico.

**Descrição:** Elaboração de propostas com avaliação, de forma acurada, de seus impactos sobre a economia; participação em grupos de trabalho e fóruns especializados, que concorram para o objetivo das medidas que se pretende implementar; elaboração de notas com avaliação dos indicadores econômicos e fiscais do País, confecção de estudos contemplando análises da experiência internacional com o intuito de subsidiar, no que couber, a formatação das medidas propostas para o País e elaboração de relatórios sobre o tema em avaliação. Acompanhamento dos indicadores econômicos e fiscais, com elaboração de análises, de forma a aferir a eficiência das medidas de política econômica e avaliar a conveniência e a oportunidade de implementar correção de rumos. Elaborar projeções para a evolução da economia e para os parâmetros do orçamento. Avaliar os impactos econômicos e fiscais de proposições legislativas.

#### Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Promover o acompanhamento e análise dos indicadores econômicos, bem como, dos agregados monetários e financeiros das contas do setor interno e externo e dos diversos setores produtivos da economia.
Objetivo específico	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda
Gerente do programa	Nelson Henrique Barbosa Filho
Gerente executivo	Juliêta Alida Garcia Verleun
Responsável pelo programa	Nelson Henrique Barbosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Quantitativo de Notas Técnicas emitidas/unidade
Público-alvo (beneficiários)	Governo e sociedade

Fonte: SIGPLAN

### 3.1.2 – 2272 - Gestão e Administração do Programa

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades de suporte necessárias à gestão e administração do programa.

#### Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Objetivo específico	Essas despesas compreendem: <ol style="list-style-type: none"> <li>serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União;</li> <li>manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;</li> <li>tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins);</li> <li>sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;</li> <li>promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; e</li> <li>produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.</li> </ol>
Gerente do programa	Nelson Henrique Barbosa Filho
Gerente executivo	Juliêta Alida Garcia Verleun
Responsável pelo programa	Nelson Henrique Barbosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Este Programa não possui indicador(es).
Público-alvo (beneficiários)	Servidores da SPE

Fonte: SIGPLAN

### 3.1.3 – Resultados

#### Despesas, por ação, com Diárias e Passagens e outras julgadas relevantes

<b>Ação</b>	<b>Item</b>	<b>Valor</b>
2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas	33.90.14.14 – Diárias Nacionais	29.363,00
	33.90.14.16 – Diárias Internacionais	32.782,45
	33.90.33.01 – Passagens Nacionais	56.847,57
	33.90.33.02 – Passagens Internacionais	58.190,50
	33.90.36.02 – Diárias a Colaborador Eventual	2.157,29
2272 – Gestão Administração do Programa	33.90.14.14 – Diárias Nacionais	0,00
	33.90.33.01 – Passagens Nacionais	0,00

Fonte: SIAFI

## 4 – DESEMPENHO OPERACIONAL E INDICADORES DA GESTÃO

### 4.1. Indicadores de Eficiência

**Tabela**  
**Comparativo das metas previstas e realizadas em 2009**

Ação	R\$1,00					
	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas	120	120	100	889.000	705.616	80
2272 – Gestão e Administração do Programa	0	0	0	820.388	486.976	60
Total SIGPLAN				1.709.388	1.192.592	70

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em março de 2010.

### 4.2 - Indicadores de Eficácia

#### 4.2.1 - Orçamento e finanças

Objetivo: O objetivo deste índice é demonstrar o percentual da execução orçamentária no ano.

Índice:  $\frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa autorizada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 1.192.592,00}}{\text{R\$ 1.516.000,00}} \times 100 = \mathbf{78.67\%}$

Comentário: O total da despesa fixada na LOA foi de R\$2.231.142,00. Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 1.516.000,00. O corte mencionado representou uma redução de 32% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

#### 4.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

Não há

#### 4.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

Não há

## 4.3 – Indicadores de Economicidade

### 4.3.1 - Custos dos Serviços de Informática

$$\text{Índice: } \frac{\text{despesa de TI 2009} - \text{2008}}{\text{despesa de TI 2009}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 416.115,79} - \text{R\$ 272.485,66}}{\text{R\$ 405.153,79}} \times 100 = \mathbf{34,52\%}$$

Os serviços de informática apresentaram uma elevação de aproximadamente 35%. Deve-se este incremento à inclusão dos custos de manutenção do E-views/EcoWin (R\$ 110.000,00), que é uma base de dados que contém as informações necessárias às formulações econométricas da SPE. O restante da variação deve-se a incrementos marginais de acesso à Agência Estado e a bancos de dados de preços agrícolas.

### 4.3.2 – Custos com pessoal terceirizado

$$\text{Índice: } \frac{\text{despesa em 2009} - \text{2008}}{\text{despesa em 2009}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 287.698,73} - \text{R\$ 344.514,16}}{\text{R\$ 287.698,73}} \times 100 = \mathbf{-19,75\%}$$

A partir da decisão do secretário de política econômica, em novembro de 2009, de substituir todos os terceirizados elegíveis no âmbito do Termo de Conciliação Judicial do MPT, o profissionais terceirizados que se desligaram não foram substituídos, gerando uma economia ao final do ano de aproximadamente 20%, em relação ao ano anterior. Em fevereiro de 2010 foram desligados os últimos profissionais nesta situação, estando a SPE, portanto, já em funcionamento de acordo com a determinação judicial.

## 4.4 – Evolução de Gastos Gerais

### 4.4.1 - Gastos Discriminados

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	Var %
1. Passagens	100.456,11	120.163,90	115.038,07	- 4,26
2. Diárias	71.181,44	70.152,74	62.145,45	- 11,41
3. Colaborador Eventual	491,35	553,21	2.157,29	290
4. Ressarcimento de Despesas em Viagens	0,00	565,64	1.110,36	96,30
5. Serviços Terceirizados	338.058,23	344.514,16	287.698,73	-16,50
6. Tecnologia da Informação	23.940,76	273.407,98	416.115,79	34,29
7. Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	-
8. Manutenção e Conservação de bens imóveis*	0,00	674.055,23	181.861,34	- 73,00
9. Outros	281.511,54	291.955,68	126.465,31	- 56,67
<b>TOTAL</b>	<b>815.639,43</b>	<b>1.775.368,54</b>	<b>1.192.592,34</b>	<b>- 32,82</b>

\*Reforma na SPE/MF.  
Fonte: SIAFI

#### 4.4.2 – Eficiência do gasto da SPE

Em 2008 foram gastos R\$ 1.775.368,54, para o funcionamento da secretaria. O quadro de pessoal contava com 77 servidores, ao custo de R\$ 23.056,73 *per capita*. No ano de 2009, o quadro de pessoal da SPE sofreu algumas alterações, tendo o mesmo fechado o ano com 95 servidores (23,3% de incremento), tendo ainda assim, resultado num custo *per capita* significativamente menor, ou seja, R\$ 12.553,60 (45,6% de redução do gasto *per capita*). A grande variação percentual se deveu à execução da obra para adequação do espaço físico, que foi em sua grande maioria executada com recursos de 2008. Entretanto, vale observar que houve também variações significativas na economia de itens tais como redução no pagamento total de diárias, no custo com pessoal terceirizado e redução pela metade do gasto com a contratação de serviços e/ou aquisições de outros produtos (i.e., toner, tradução, telefonia móvel, bebedouro, carinho de copa, estagiários, talheres, travessas etc.), cujos materiais possuem características permanentes e não deverão ser adquiridos novos nos próximos anos.

Vale lembrar que a produtividade foi significativamente maior, haja vista que, além das tarefas e atividades rotineiras, os servidores da SPE tiveram ainda um acréscimo nas tarefas diárias em função das necessidades de acompanhamento e monitoramento da crise financeira internacional, tarefas essas não quantificáveis do ponto de vista de um produto propriamente dito, a não ser pelo registro das notas técnicas, pareceres e propostas de medidas provisórias ou de projetos de lei, encaminhados através da Secretaria Executiva deste Ministério.

Acrescente-se a isso, o fato de que a SPE expediu 15% a mais de documentos oficiais em 2009, representando um ganho efetivo no custo de aproximadamente 3,5% por documento (vide item 2.4, deste Relatório de Gestão). Todavia, o cálculo leva em consideração apenas os documentos oficiais expedidos, não havendo como contabilizar quantitativamente ou qualitativamente as diversas participações dos servidores da Secretaria em conselhos, comitês, grupos de trabalho e outros fóruns em funcionamento na Administração Pública Federal.

5 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-100/2009.

Não se aplica à SPE

**6 – Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-100/2009.**

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO -PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	-	-	-	-	52.810,01	52.810,01	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	<b>52.810,01</b>	<b>52.810,01</b>	-	-

Fonte: SIAFI

Obs.: Restos a Pagar cancelado em 31.12.2009.

**7 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-100/2009.**

Não se aplica à SPE.

**8 – Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-100/2009.**

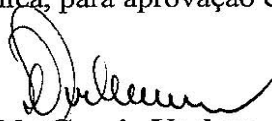
Não se aplica à SPE.

**9 – Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-100/2009.**

Não se aplica à SPE.

Brasília, 31 de março de 2010.

Ao Senhor Secretário de Política Econômica, para aprovação e providências.



**Juliêta Alida Garcia Verleun**  
Chefe de Gabinete

De acordo.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, nesta data.



**Nelson Henrique Barbosa Filho**  
Secretário de Política Econômica



## ANEXO I – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO



### MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Coordenador de Coordenação de Análise Contábil COGER/SPO/ASE/MF	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF



## **ANEXO II – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO**

Não se aplica à SPE



## **ANEXO III- RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

Não se aplica à SPE



## **ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS**

Não se aplica à SPE

## **ANEXO V – DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.**

Não se aplica à SPE



## **ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO**

Não se aplica à SPE



## **ANEXO VII – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

Não se aplica à SPE

## ANEXO VIII – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Unidade Jurisdicionada					
Descrição Completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718-42/2005-P	9.1	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar à Secretaria de Política Econômica – SPE do Ministério da Fazenda a adoção de providências no sentido de proceder, a cada exercício, tendo em vista o disposto nos arts. 165, § 6º, 84, inciso XXIV, e 74, incisos I, II e III, da Constituição Federal, bem como na Lei Complementar 101/2000, ao levantamento dos valores nele efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios, encaminhando ao Tribunal, até o final do mês de março do ano subsequente, relatório anual para fins de subsídio ao Relatório das Contas de Governo, devendo o procedimento iniciar-se já em relação ao exercício financeiro de 2005.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 78/SPE-MF, de 31 de março de 2009, o demonstrativo dos benefícios financeiros e creditícios realizados em 2008.					
Síntese dos resultados obtidos					
O demonstrativo divide-se em três grandes áreas: setor agropecuário; setor produtivo e os programas sociais. Para o ano de 2008, os subsídios concentram-se nos programas sociais com 49% do total do subsídios, sendo que os outros 51 % divide-se em 16 % para área agrícola e 35 % para o setor produtivo					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O recebimento das informações (dados) necessárias ao cálculo dos subsídios é o principal problema que a SPE tem enfrentado para executar essa atividade. Muitas vezes as solicitações de informações encaminhadas aos diversos Órgãos da Administração Pública Federal ou não são atendidas ou nos chegam em data próxima ao prazo final de envio do Demonstrativo. Isso, quando não chegam após a data de envio do Demonstrativo ao TCU. Por outro lado, A SPE desenvolveu uma metodologia própria para cálculo desses subsídios baseada no conceito de custo de oportunidade, metodologia exposta no Ofício nº 118, de 16/06/2008, encaminhado ao TCU.					



Unidade Jurisdicionada					
Descrição Completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718-42/2005-P	9.3.2	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.3.2. elaborar, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal, metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, discriminadas por tipo de benefícios, encaminhando no prazo de cento e oitenta dias ao Tribunal plano e cronograma contemplando solução para o caso.					
<b>Providências Adotadas</b>					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 259/SPE-MF, de 01 de dezembro de 2009, avaliação preliminar do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Os resultados preliminares apontam que o diferencial de educação é um fator importante para explicar o rendimento dos trabalhadores e também indicam que o FIES, consideradas determinadas restrições, é uma política importante para explicar a elevação do rendimento dos trabalhadores.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A principal questão a condicionar a qualidade da avaliação efetuada centrou-se na base de dados recebida pela SPE, à qual não permitiu a aplicação efetiva das metodologias de avaliação de impacto. Por exemplo, não foi possível identificar na base de dados recebida quando um determinado indivíduo aderiu ao programa, o que impossibilitou a construção adequada de grupos de tratamento e controle, conforme recomendado pelas metodologias que a SPE teve acesso. Do ponto de vista mais geral, a Secretaria de Política Econômica tem desencadeado um processo de capacitação do seu corpo técnico para empreender futuras avaliações, de que são exemplos os treinamentos de Avaliação Econométrica de Programas Governamentais que vêm sendo oferecidos pelo próprio TCU. Além disso, a SPE tem procurado obter um melhor conhecimento de cada Programa através de visitas aos Órgãos Federais responsáveis pelas respectivas execuções.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Descrição Completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718-42/2005-P	9.4.1	DE	Ofício
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Política Econômica					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>9.4.1. disciplinar em norma infralegal o conteúdo do demonstrativo de "Benefícios Financeiros e Creditícios Regionalizados" de que trata o art. 165, § 6º, da Carta Magna, bem como o § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101/2000, devendo tal normativo conter, em especial, para cada instrumento:</p> <p>9.4.1.1. conceituação do benefício ou subsídio;</p> <p>9.4.1.2. fundamento legal;</p> <p>9.4.1.3. descrição metodológica do cálculo;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Política Econômica					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Publicação da Portaria nº 130, de 10 de março de 2009, no D.O.U, Seção 1, de 13 de março de 2009.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atualização do Anexo da Portaria nº 379, de 13 de novembro de 2006.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
<p>A existência de programas oficiais de crédito cuja natureza da operação é revestida de alguma complexidade. Além disso existiram dificuldades para agendamento de reuniões com determinados órgãos federais para a discussão de seus respectivos programas oficiais de créditos. Neste caso, fica a recomendação de que o TCU venha a emitir normativo recomendando aos Órgãos Federais a divulgação de todos os Programas Oficiais de Crédito sob sua gestão em que as taxas de juros praticadas sejam inferiores ao custo de captação do governo federal, o que viria facilitar futuras revisões da Portaria.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Descrição Completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.107/2007-0	1.690-35/2007-P	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.4. determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:					
9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos; e					
9.4.2. avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva a metodologia de cálculo utilizada;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 77/SPE-MF, de 31 de março de 2009, o cálculo dos subsídios das operações de crédito concedidas pelas instituições financeiras federais no âmbito do PAC, bem como a avaliação do impacto dos resultados dos empreendimentos e seus efeitos na economia.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Dos valores desembolsados em 2008, o destaque foi para o eixo de infra-estrutura em energia (69%), ficando a infra-estrutura social e urbana em segundo lugar com 27% e, por último, a infra-estrutura logística com 5%. Além disso, de forma geral, o PAC reflete as ações que propiciam a distribuição de renda através da expansão dos serviços públicos (energia elétrica, água tratada e esgotamento sanitário, bem como as ações que buscam a superação dos desequilíbrios regionais e que sustentam um patamar elevado de investimento público, dinamizando o setor privado por meio de parcerias.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A tempestividade e o formato dos dados enviados à SPE são as principais dificuldades que enfrentamos para calcular os subsídios dos financiamentos do PAC. Embora as informações estejam sendo solicitadas ao Agentes Financeiros pelo TCU, as questões relativas à tempestividade e à qualidade dessas ainda não se encontram plenamente resolvidas. Quanto ao processo de avaliação do PAC, a exemplo do que ocorreu na avaliação dos demais Programas do Governo Federal (Ofício SPE nº 78, de 31.03.2009), a reestruturação do corpo técnico que ocorreu na SPE e o agravamento da crise financeira internacional culminou no atraso desse processo. Além disso, especificamente com respeito ao PAC, existem dificuldades para que uma avaliação de impacto possa ser realizada, como, por exemplo: a não maturação dos investimentos realizados e a falta de acesso às informações relevantes. E, da mesma forma que nos demais programas, a SPE desenvolveu uma metodologia para o cálculo dos subsídios envolvidos no financiamento do PAC, metodologia essa que vem sendo aperfeiçoada por meio de discussões com o próprio corpo técnico do TCU. O Ofício SPE nº 260, de 04.12.2009 expõe em detalhes a metodologia desenvolvida pela Secretaria.					

Unidade Jurisdicionada					
Descrição Completa:					Código SIORG
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acordão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.107/2007-0	1.690-35/2007-P	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:</p> <p>9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos; e</p> <p>9.4.2. avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva a metodologia de cálculo utilizada;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 82/SPE-MF, de 31 de março de 2009, avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva a metodologia de cálculo utilizada;</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Os setores envolvidos nas desonerações do PAC são: Semicondutores, TV Digital, Construção Civil, Setor de Informática (Microcomputadores) e Perfis de aço. Em 2008, não foram registradas desonerações envolvendo o setor de <b>semicondutores e de TV Digital</b>, não sendo possível analisar o impacto sobre tais setores. Em relação ao setor de <b>construção civil</b>, a taxa de crescimento dos insumos para este setor registrou desaceleração ao final de 2008 e início de 2009, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Mesmo assim, o segmento segue ritmo de expansão e acumula crescimento de 7,0% no ano, enquanto o acumulado de 12 meses apresentou taxa de 6,7%. Já a indústria de <b>microcomputadores</b> apresentou crescimento no período 2004 a 2007. Todavia, em 2008, o comportamento da taxa de câmbio e do acesso ao crédito contribuíram negativamente no desempenho do setor. Apesar da queda na produção, o faturamento teve crescimento de 12% em 2008. Para os <b>perfis de aço</b>, verificamos que o setor de metalurgia básica experimentou crescimento de 3,3% em 2008. Entretanto, o mês de janeiro de 2009 apresenta uma queda de 31,3% em relação ao mesmo mês de 2008.</p>					